INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Operacionalização do Trabalho em Parceria no RSI: desafios e potencialidades intersetoriais nos Núcleos Locais de Inserção

Candidata: Simone Barreto Dativo

Doutoramento em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Maria Inês Amaro, Professora Auxiliar ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:
Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2024

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Operacionalização do Trabalho em Parceria no RSI: desafios e potencialidades intersetoriais nos Núcleos Locais de Inserção

Candidata: Simone Barreto Dativo

Doutoramento em Serviço Social

Júri:

Doutora Elsa Rocha de Sousa Justino, professora auxiliar do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Paula Isabel Marques Ferreira, Professora Associada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa

Doutora Sandra Raquel Pereira de Aguiar Ricardo Mendes, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Serviço Social do Porto

Doutor Jorge Manuel Leitão Ferreira, Professor Catedrático do Instituro Superior de Economia e Gestão

Doutora Maria Inês Martinho Antunes Amaro, Professora Auxiliar convidada do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2024

Dedicatória

Dedico a minha família que incentivou-me a sonhar e a ter coragem para perseguir os meus sonhos. Mesmo que para isso tenha sido necessário ausentar-me temporariamente do círculo de convivência e amor. Um círculo que nos fortalece e une diariamente.

Agradecimento

Segundo Osho, "quando o coração está repleto de gratidão, qualquer porta aparentemente fechada pode representar uma abertura para uma bênção maior". São com estas palavras que inicio os meus agradecimentos.

Agradeço aos professores do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe pelo incentivo a prosseguir os meus estudos na área da pós-graduação, com vista a tornar-me uma profissional mais qualificada para atuar no campo das políticas sociais, área à qual dedico a minha vida profissional desde 2002.

Agradeço também ao corpo docente do curso de Serviço Social do ISCTE. Em especial, às professoras Dra. Maria Inês e Dra. Maria João Pena.

Aos membros da banca de defesa que acreditaram no potencial do estudo apresentado e me deram a oportunidade de o apresentar.

Aos representantes dos Núcleos Locais de Inserção de diferentes regiões de Portugal, que contribuíram com as suas experiências para a produção de novos conhecimentos. E, por fim, pelo apoio e incentivo ao meu processo de formação profissional.

Aos colegas da turma de doutoramento e aos integrantes do NUDLA. Em particular, às colegas Ana Ruxa, Maria Costa e Rafaella Canini.

Ao meu namorado, José Pecorelli que esteve ao meu lado durante as madrugadas de estudo e diante dos obstáculos que me deparei Portugal.

Por fim, agradeço a Deus por me ter dado a força e a coragem necessárias para alcançar mais um objetivo de vida, apesar dos muitos obstáculos, possivelmente os mais difíceis com que já me deparei por ter estado ao mesmo tempo na condição de doutoranda, de trabalhadora com jornadas noturnas em serviços nunca feitos no Brasil e na condição de imigrante enfrentando as dificuldades com que a AIMA se depara neste momento com a transição do antigo SEF (2023).

Resumo

Considerando a estimativa de que em Portugal existem 1,7 milhões de pessoas a viver em situação de pobreza, a medida do Rendimento Social de Inserção traduz uma estratégia para combater os seus efeitos multidimensionais, visando a inclusão social dos cidadãos. Aprovada em 2003, no cumprimento da Recomendação 92/442/CEE do Conselho Europeu, esta medida adota uma abordagem transversal que promove parcerias entre os diferentes setores.

A investigação teve como objetivo analisar o modelo de parceria intersetorial, nos âmbitos teórico e prático. Foram analisadas as potencialidades e os desafios para a sua efetividade no Núcleo Local de Inserção, definindo-se a operacionalização de estratégias de parceria intersetorial enquanto objeto de estudo. O universo da pesquisa compreendeu coordenadores de NLI, com uma amostra de vinte participantes. Empregaram-se estudo bibliográfico e documental, além de entrevista semiestruturada. A pesquisa orientou-se pela matriz teórica do paradigma crítico e aplicou o método indutivo no campo metodológico. Para o tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

Conclui-se, que a parceria intersetorial tem um potencial significativo na resposta aos problemas complexos, mas enfrenta desafios, tais como: dificuldade na participação dos parceiros; frágil aplicação de instrumentos técnicos; inexistência de discussões sobre orçamentos integrados; ações fragmentadas e pouco inovadoras; excesso de trabalho e sobrecarga de funções; escassez de formação sobre o tema parceria; pouca utilização de ferramentas de comunicação; e rutura com a cultura do trabalho setorial.

Palavras – Chave: Pobreza, Rendimento Social de Inserção, Parceria, Intersetorialidade

Abstract

Considering the estimate that there are 1,7 million people living in poverty in Portugal, the Social Insertion Income (RSI) measure reflects a strategy to combat its multidimensional effects, aiming to guarantee social inclusion of citizens. Approved in 2003, following the European Council Recomendation 92/442/CEE, this measure adopts a cross-cutting approach that establishes partnerships between different sectors,

The research aimed to analyze the intersectoral partnership model, both theoretically and practically. The potential and challenges for its effectiveness in the Local Insertion Center were analyzed, defining the operationalization of intersectoral partnership strategies as the object of study. The research universe comprised coordinators of NLI, with a sample of twenty participants. A bibliographic and documentary study was used, in addition to semi-structured interviews. The research was guided by the theoretical framework of the critical paradigm and applied the inductive method as a methodology. Data analysis was performed using content analysis technique.

In conclusion, the intersectoral partnerships, have significant potential to respond to complex problems, but faces challenges, such as: reduced participation from partners; weak application of technical instruments; lack of discussions on integrated budgets; fragmented and non-innovative actions; excessive workload and overload of functions; scarcity of training on the topic of partnerships; limited use of communication tools; and a break with the culture of sectoral work.

Keywords: Poverty, Social Insertion Income, Intersectorality, Partnership

Índice

Agradecimentos ……iii
Resumo ……iv
Abstract ……v
Indíce de Gráfico……ix
Indíce de Tabela……x
Índice de Figuras……xi
Glossário de Siglas……xii

INTRODUÇÃO 1
Capítulo 1. O ESTADO PROVIDÊNCIA EM PORTUGAL E O SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL. 7
1.1. A situação histórica da pobreza em Portugal e a construção do Estado Providência 7
1.2. Caracterização do Estado Providência 14
1.3. Conceitos de pobreza e exclusão social 16
1.4. Sistema de Segurança Social 18

Capítulo 2. POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA MÍNIMA E O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO 24
2.1. Transferência de renda mínima 24
2.2. Rendimento Social de Inserção (RSI)..... 30

Capítulo 3. CONCEITO DE PARCERIAS: INTERDISCIPLINAR, INTERPROFISSIONAL, PLURISSETORIAL E INTERSETORIAL 44
3.1. Características da parceria interdisciplinar 44
3.2. Características da parceria interprofissional..... 45
3.3. Características da parceria plurissetorial 48
3.4. Características da parceria intersetorial 48
3.4.1. Dimensão conceitual 49
3.4.2. Dimensão metodológica técnico-operacional..... 50
3.4.3. Dimensão comunicação 55
3.4.4. Dimensão investigação 57

Capítulo 4. OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA 60
4.1. Paradigma 63
4.2. Método indutivo 65

4.3. Abordagem qualitativa 67
4.4. Campo empírico 67
4.5. Técnicas de recolha de dados empíricos 68
4.6. Análise dos dados coletados 73
4.7. Conduta ética na investigação 78

Capítulo 5.OPERACIONALIZAÇÃO DA PARCERIA NO NLI COM ÊNFASE NO MODELO DE PARCERIA INTERSETORIAL 80
5.1. Perfil dos participantes 80
5.2. Dimensão conceitual 81
5.2.1. Perspetiva: Potencialidades na organização em parceria 81
5.2.2. Perspetiva: Desafios na operacionalização em parceria 84
5.2.3. Perspetiva: Interesse em integrar novos setores através do protocolo de parceria ... 88
5.2.4. Perspetiva: Estratégias e ferramentas para a integração de novos setores no NLI 91
5.3. Dimensão metodológica técnico-operacional 93
5.3.1. Perspetiva: Mapeamento socioterritorial 93
5.3.2. Perspetiva: Partilha efetiva entre todos os setores 95
5.3.3. Perspetiva: Intervenção comunitária e coletiva 97
5.3.4. Perspetiva: Diagnóstico social e as principais necessidades dos beneficiários do RSI.101
5.3.5. Perspetiva: Apoio dos gestores as ações em parceria 103
5.3.6. Perspetiva: Estrutura física e material para o funcionamento do NLI 105
5.3.7. Perspetiva: Orçamento compartilhado 107
5.3.8. Perspetiva: Ferramentas técnico-operacionais na prática da parceria intersetorial.. 108
5.3.9. Perspetiva: Agenda coletiva 112
5.3.10. Perspetiva: Formação em parceria (modelo intersetorial) 114
5.4. Dimensão comunicação 115
5.4.1. Perspetiva: Cronograma digital 119
5.5. Dimensão Investigação 119
5.5.1. Perspetiva: Interesse em trabalhar com metodologias de investigação 120
5.5.2. Perspetiva: Produção de conhecimentos e informações através da investigação 122
5.5.3. Perspetiva: Competência profissional 123
5.5.4. Perspetiva: Sugestão aos representantes de desenvolver investigação no NLI 124

Conclusão 127
Fontes 131

Referências Bibliográficas 134
Anexo I Termo de consentimento informado 141
Anexo II Declaração de consentimento 142
Anexo III Carta II - Solicitação de participação na pesquisa 143
Anexo IV Guião da entrevista 144
Anexo V Lista de contatos dos representantes do NLI 151

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Taxa de desemprego 13

Gráfico 2 Evolução do número de beneficiários e das famílias com processamento do RSI. 30

Índice de Tabelas

Tabela 1 Índice de pobreza por território 11
Tabela 2 Pessoas em situação de Sem - Abrigo em Portugal 12
Tabela 3 Debates realizados na Assembleia Legislativa referentes ao RSI (2002 a 2023) 31
Tabela 4 Informações divulgadas sobre a articulação entre setores pelas autarquias municipais referentes ao NLI 39
Tabela 5 Recomendações relacionadas com os atores da intersetorialidade, suas conexões e alianças estratégicas 54
Tabela 6 Recomendações sobre a participação e espaços de diálogo intersetorial.....54
Tabela 7 Estratégias técnicas – operacionais intersetoriais.....61
Tabela 8 Eixo categórico – dimensão conceitual.....75
Tabela 9 Eixo categórico – dimensão metodológica técnico-operacional 76
Tabela 10 Eixo categórico – dimensão comunicacional.....77
Tabela 11 Eixo Categórico – dimensão investigação.....78
Tabela 12 Integração de novos setores na composição do NLI.....88

Índice de figuras

Figura 1 Eixos da Pesquisa 60
Figura 2 Pressuposto filosófico e raciocínio lógico da pesquisa 67

Glossário de Siglas

BIEN - Basic Income Earth Nework

EUA - Estados Unidos da América

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

NLI - Núcleo Local de Inserção

RSI - Rendimento Social de Inserção

PBF – Programa Bolsa Família

PTR – Programa de Transferência de Renda

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

INTRODUÇÃO

A pobreza é um problema social de longa data em Portugal. Contudo, ao longo dos anos, tem-se observado flutuações graduais no número de pessoas afetadas, o qual atualmente corresponde a cerca de 1,7 milhões.

De acordo com o dever de contribuir para a redução e o combate à pobreza no país, e sendo instado a fazê-lo pelo Conselho Europeu, por via da Recomendação 92/442/CEE do conselho, que incentiva os Estados -Membros a garantirem um padrão de vida digno para todos os cidadãos, o Governo português criou, em 1996, o programa de transferência de renda designado "Rendimento Mínimo Garantido" (RMG), o qual, em 2003, passou a designar-se "Rendimento Social de Inserção" (RSI) com foco na combate à pobreza extrema.

O RSI é uma prestação pecuniária do Sistema de Segurança Social, associada a um programa de intervenção, gerido pelo Núcleo Local de Inserção (NLI), no sentido de trabalhar a inclusão social, laboral e comunitária dos seus beneficiários, traçada numa nova abordagem transversal, a ser implementada através da parceria entre os setores público, social e solidário de modo a combater as múltiplas dimensões da pobreza e as necessidades socioeconómicas dos indivíduos.

A organização em parceria subjacente à operacionalização desta medida pode ser desenvolvida através de diferentes modelos de colaboração. O presente estudo aborda o modelo de parceria intersetorial por ser uma estratégia que integra os setores público, social e solidário de forma colaborativa visando articular orçamentos e serviços com vista a racionalização de recursos, na busca pela sinergia de competências, experiências e conhecimentos de profissionais em prol de objetivos comuns. Neste caso, de enfrentamento a situações de pobreza extrema.

Trata-se de encarar o desafio de ultrapassar a tradicional fragmentação das políticas públicas, através da atenção integrada aos cidadãos e da transformação da cultura organizacional através de uma nova maneira de planear, monitorizar e avaliar os serviços. Neste modelo, reconhece-se o valor da partilha efetiva e contínua e a realização de processos investigativos como sendo fundamentais na mitigação da pobreza, dada a complexidade das necessidades multifacetadas dos indivíduos nessa situação.

Nesse sentido, o tema da presente investigação, "Operacionalização do Trabalho em Parceria no RSI: Desafios e Potencialidades Intersetoriais nos Núcleos Locais de Inserção" tem como objetivo geral analisar o modelo de parceria intersetorial tanto a nível teórico como prático, de modo a identificar as potencialidades e os desafios que possam criar barreiras à sua efetividade.

Além disso, reflete a preocupação em contribuir para a produção de novos conhecimentos sobre o conceito de parceria de modo a responder às necessidades dos beneficiários do RSI e a formular novas alternativas à prática dos profissionais que trabalham no NLI.

O foco principal da pesquisa incide sobre o objeto de estudo, "operacionalização de estratégias de parceria intersetorial", e concebe o Núcleo Local de Inserção como campo empírico. O tema é considerado relevante na área da investigação do Serviço Social em Portugal, dada a necessidade de aprofundamento deste debate investigativo no meio académico no país.

Para atingir este propósito, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) descrever as abordagens transversais no âmbito do aparato legal do Sistema de Segurança Social para o enfrentamento da pobreza, estruturadas a partir do modelo de Estado - Providência em Portugal; b) apresentar a organização em parceria como uma abordagem comum utilizada em programas de transferência de rendimento mínimo em distintos países; c) identificar as principais características conceituais e metodológicas relacionadas ao modelo de parceria intersetorial; d) e sistematizar as estratégias de intervenção em parceria atualmente operacionalizadas pelos NLI, com destaque ao modelo de parceria intersetorial.

De acordo com os objetivos específicos, levantou-se o seguinte conjunto de indagações: os representantes dos setores estão preparados para atuar sob uma abordagem de parceria intersetorial? Qual a perceção sobre o conceito de parceria intersetorial? Os setores atuam de forma integrada e permanente em todas as intervenções para atingir objetivos comuns? Os núcleos contam com a participação dos setores público, social e de solidariedade na sua composição formal? Quais são os meios de comunicação utilizados para integrar os representantes dos setores? Existe um canal de transparência para a sociedade conhecer o trabalho realizado pelo NLI? São produzidos Informação e conhecimento relacionados com o tema da pobreza extrema e outras problemáticas a partir dos dados coletados e assuntos discutidos pelo NLI?

A investigação orientou-se pela matriz teórica do paradigma crítico, dado tratar-se de uma abordagem que, entre outras características, procura atribuir sentido histórico e contextual ao objeto de estudo, reconhecendo a forma como é influenciado por fatores políticos, sociais e culturais.

Neste sentido, o RSI é enquadrado como uma das medidas de solidariedade disponíveis no âmbito do subsistema de proteção social e cidadania da Segurança Social e que, na sua consolidação, reflete as dinâmicas da sociedade, nas suas tensões, contradições e interesses conflituantes. Em paralelo, a medida do RSI reflete, também, a orientação política da ação do Estado Português face à problemática da pobreza.

O objetivo final da presente tese, não é apenas interpretar ou compreender os dados coletados, mas propor mudanças práticas através do modelo de parceria intersetorial, com vista à emancipação dos beneficiários do RSI, e constribuir para o processo de transformação das desigualdades sociais, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Foi privilegiada a lógica indutiva, partindo-se do discurso dos sujeitos empíricos como base para a construção de categorias teóricas orientadas para a conceptualização das práticas de parceria no âmbito do RSI e para a proposição de mudanças no âmbito das políticas sociais. A partir da observação e análise dos dados coletados nos domínios teórico e prático, foi desenvolvida uma aproximação teórica sobre o conceito de parceria intersetorial com base nas potencialidades identificadas, tendo igualmente sido produzida uma reflexão sobre os desafios mais comuns na organização do trabalho em parceria por parte dos representantes do NLI.

A abordagem qualitativa foi aplicada com o objetivo de compreender as perspetivas dos coordenadores de NLI sobre a prática da parceria nos núcleos em questão e os procedimentos utilizados para a sua operacionalização, com base nas experiências vivenciadas nos espaços de intervenção. Inicialmente pretendia-se investigar os representantes dos setores público, social e de solidariedade que compõem os núcleos, mas surgiram obstáculos de natureza pandémica (Covid-19) e o projeto de investigação teve de ser reformulado. Assim, o universo da investigação foi definido como o conjunto dos coordenadores de NLI e foi contruída uma amostra não – probabilística por conveniência, na qual os participantes foram selecionados de acordo com a sua disponibilidade para colaborar.

A amostra foi constituída por vinte participantes e a recolha de dados empíricos foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, cujo guião foi estruturado a partir de quatro eixos de investigação sobre o modelo de parceria intersetorial (dimensão conceitual, metodológica técnico-operacional, comunicação e investigação), tendo as entrevistas terminado quando deixaram de ser obtidas informações, categorias ou temas novos e significativos. A análise dos dados consistiu na sistematização das categorias identificadas nos discursos dos entrevistados relativamente aos temas mais frequentes, tendo sido aplicada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977).

A fundamentação teórica da tese está estrutrada nos seguintes capítulos: o Capítulo I, intitulado "O Estado Providência em Portugal e o sistema de Segurança Social", descreve sucintamente a situação da pobreza em Portugal, abordando as iniciativas governamentais para a enfrentar durante o Estado Novo e no período pós-revolução de 1974. Destaca-se também a implementação do modelo de Estado Providência e a formalização do sistema de Segurança Social em 1984. Através do estudo das transformações históricas ocorridas nestes períodos, é possível identificar as contradições na forma como o Estado português concebeu a problemática da pobreza nas suas ações e compreender a origem do RSI e a estrutura dos seus respetivos dispositivos legais.

O Capítulo II oferece uma análise mais específica do Rendimento Social de Inserção (RSI), realizada com base na recolha de dados extraídos de artigos, produções académicas, discursos parlamentares e aparatos normativos legais. Com o tema “Política de Transferência de Renda e Rendimento Social de Inserção” explora a organização em parceria como uma característica

predominante nos programas de transferência de rendimento mínimo aplicados em diversos países para combater a pobreza extrema.

O Capítulo III, intitulado "Conceito de Parceria: Interdisciplinar, Interprofissional, Plurissetorial e Intersetorial", procura delinear as principais características e conceções teóricas destes quatro conceitos em termo de intensão, integração, articulação e objetivos estruturantes, tendo em conta que a sua operacionalização é realizada em diferentes níveis, e fundamentar o modelo de parceria intersetorial. Nesse capítulo, são apresentadas as dimensões teóricas do modelo de parceria intersetorial.

O Capítulo IV, "Os Percursos Metodológicos da Pesquisa", aborda detalhadamente o processo de desenvolvimento da investigação, contemplando aspetos como o campo empírico, onde o NLI foi constituído como espaço analítico, o método de investigação utilizado, o paradigma teórico, a abordagem científica, as técnicas de recolha e de análise dos dados, bem como a conduta ética da investigação. Alguns dos aspectos metodológicos foram abordados de forma breve em parágrafos anteriores.

O Capítulo V, intitulado "Operacionalização da parceria no NLI: com ênfase no modelo de parceria intersetorial", abordou o campo empírico e procurou compreender o conceito de parceria, bem como as potencialidades e os desafios enfrentados pelos representantes dos núcleos para a sua efectivação na prática, e as estratégias transversais que estão a ser utilizadas entre os setores que compõem os núcleos, tendo como referência o modelo de parceria intersetorial. As questões de investigação foram elaboradas de acordo com os quatro eixos teóricos:

- No eixo *Dimensão Conceitual* é apresentado um conjunto de características evidenciadas durante a investigação empírica sobre o trabalho em parceria, elaboradas a partir das narrativas dos entrevistados e abordadas de forma complementar ao enquadramento teórico sobre o conceito de parceria intersetorial. São também analisadas as estratégias utilizadas pelos representantes para incluir novos setores na composição dos núcleos e os desafios enfrentados pelos setores do NLI para desenvolver uma prática transversal através da estratégia de parceria, refletidas no modelo de parceria intersetorial.

- Quanto ao eixo *Dimensão Metodológico Técnico - Operacional,* este refere-se ao conjunto de estratégias, como ferramentas e técnicas empregues ou desenvolvidas através da organização em parceria entre os representantes do NLI, com vista a promover ações integradas e eficazes no combate à pobreza extrema. Neste processo, foi previamente sistematizado um conjunto de estratégias intersetoriais, com base numa pesquisa bibliográfica e documental sobre o conceito de intersetorialidade, selecionadas através dos parágrafos considerado como relevantes e específicos ao objetivo do presente eixo.

- A *Dimensão Comunicacional* refere-se à utilização de ferramentas que promovam a gestão integrada da informação e da comunicação entre os elementos que representam os setores no NLI, incluindo a ferramenta tecnológica, enquanto inovações que viabilizem a integração e o fluxo de informações não só entre os membros dos setores representados, como também entre os setores e a sociedade, utilizados como mecanismos de transparência social.

- Por último, a *Dimensão Investigativa* as questões refere-se à produção de informações e conhecimentos relacionados com o tema da pobreza extrema, a serem produzidos de forma integrada pelos representantes dos setores que integram o NLI, com destaque para o interesse na investigação interdisciplinar. Procurou-se fomentar a produção de um conhecimento colaborativo, que envolva não só os núcleos investigados, mas também suscite as discussões académicas e nos espaços dedicados à formulação de políticas sociais.

Sobre a análise dos dados coletados no campo empírico destacam-se inúmeras potencialidades, tais como: i) maior facilidade na articulação e agilidade nas respostas às necessidades sociais; ii) mais-valia na resolução de dificuldades; iii) capacidade de oferecer respostas mais adequadas à diversidade de demandas; iv) reforça a eficácia da prestação social (RSI); v) ampliação na oferta de serviço e otimização dos recursos disponíveis; vi) superação de constrangimentos previamente existentes; vii) inclusão de diferentes perspetivas, saberes e experiências; viii) abrangência de múltiplas dimensões da vida social; ix) promoção de uma visão multidimensional sobre os determinantes da pobreza; x) valorização da partilha de opiniões entre os representantes e da complementaridade dos diversos saberes específicos; xi) incentivo à proximidade entre os representantes envolvidos.

Como também desafios a operacionalização do modelo de parceria intersetorial no NLI, que incluem: i) a falta de disponibilidade de tempo por parte de alguns representantes, devido à sobrecarga de trabalho nos seus devidos setores; ii) acúmulo de funções entre os envolvidos; iii) a fragmentação do trabalho, influenciada por uma cultura predominantemente setorial no âmbito público; iv) a ausência de envolvimento dos setores em ações que não estejam diretamente ligadas aos serviços específicos de cada setor; v) não participação de representantes do setor de educação na formação dos núcleos; vi) a inexistência de um canal que promova a transparência; vii) a carência de formação específica voltada ao tema "parceria"; viii) ausência de integração entre os setores na elaboração de instrumentos técnicos - operacionais, como: diagnósticos, relatórios, agenda coletiva e planeamentos; ix) pouco aproveitamento dos recursos tecnológicos digitais como veículos de comunicação; x) dificuldade em aceitar novas propostas de gestão e intervenção; xi) limitação na formação oferecida pela segurança social durante o processo de transferência de competências do RSI/NLI para as autarquias; xii) verificou-se, além disso, uma representatividade reduzida de setores privados, social e solidariedade composição dos núcleos.

Os dados coletados apresentam contribuições para a vertente teórica do modelo de parceria intersetorial e nomeadamente a realização de novos estudos investigativos sobre o tema no âmbito do serviço social, bem como a estruturação de um conjunto de estratégias práticas de intervenção colaborativa, que sejam dirigidas aos coordenadores dos núcleos investigados, com vista a incentivar a ampliação e a democratização da produção de conhecimentos, transpondo-os do contexto académico para o contexto das políticas sociais.

Com destaque para os desafios da aplicação da prática do modelo de parceria intersetorial no NLI que poderão ser aprofundados em debates integrados entre os representantes dos setores que compõem os núcleos, gestores, comunidade ou outras instâncias de políticas sociais. Será também dada especial atenção à proposta de realizadas formações com a rede territorial sobre o tema da parceria intersetorial, enquanto uma estratégia de intervenção.

Por fim, a tese apresenta o modelo de parceria intersetorial como uma proposta com um potencial relevante para as intervenções e investigações no âmbito da medida do Rendimento Social de Inserção. Além disso, realça o papel fundamental do assistente social na coordenação do NLI, no âmbito das suas competências profissionais face aos desafios identificados no processo de operacionalização da parceria intersetorial e no combate à pobreza extrema em Portugal.

CAPÍTULO 1 O ESTADO PROVIDÊNCIA EM PORTUGAL E O SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL

Neste capítulo, é apresentada uma análise concisa da situação da pobreza em Portugal, abordando-se as medidas adotadas pelo Governo para enfrentar esta questão durante o período do Estado Novo e no período pós - revolução de 1974. Destaca-se a transição para a democracia, com a adoção do modelo de Estado Providência, e a consolidação formal do sistema de segurança social, com foco nas abordagens da parceria e organização em rede, refletida nos dispositivos legais que regem o funcionamento do RSI.

1.1. A situação histórica da pobreza em Portugal e a construção do Estado Providência

Os cidadãos portugueses e os imigrantes com residência legal em Portugal possuem, atualmente, direitos sociais assegurados pela Constituição de 1976. Esses direitos garantem, de forma legal, condições de vida dignas, igualitárias e de qualidade. Entre eles, podem ser ressaltados o acesso à saúde, habitação, emprego, educação e segurança social.

Ainda assim, vale destacar que estas garantias constitucionais representam o fruto de um processo histórico e social conquistado por meio de lutas e movimentos sociais organizados, surgidos no contexto de confrontos envolvendo interesses políticos, económicos e sociais. Considerando esse contexto, Pereirinha e Carolo (2006) destacam que, para entender o desenvolvimento do movimento de garantia dos direitos sociais em Portugal, é fundamental analisar as seguintes etapas decisivas:

- A primeira etapa (inicial) diz respeito à instituição da Previdência Social em 1935 e às diversas reformas e adaptações realizadas durante o período do Estado Novo. Nesse contexto, os direitos dos trabalhadores eram assegurados por uma lógica de seguro social e solidariedade, fundamentada em princípios corporativos e mutualistas, sempre vinculados ao universo laboral.

- A segunda etapa teve início após a Revolução de 25 de Abril de 1974, marcada pela implementação do Estado Democrático, que assegurou os direitos civis e políticos, além de expandir e fortalecer os direitos sociais. E a terceira etapa começou em janeiro de 1986, com a entrada de Portugal na CEE/UE.

Neste contexto, iremos focar na segunda etapa, destacando a aprovação do Estado- Providência (1976) e a reestruturação e institucionalização da segurança social. Para isso, será apresentada uma breve descrição da realidade socio-económica enfrentada por parte da sociedade portuguesa nas décadas anteriores a esse período, procurando evidenciar as transformações ocorridas nos âmbitos social e institucional, bem como ressaltar a importância de monitorar e avaliar continuamente este sistema.

Jorge Pereira (2023) destaca que, antes do estabelecimento do Estado-Providência, Portugal enfrentava uma realidade de miséria coletiva. Os recursos disponíveis para a sobrevivência e manutenção de uma vida digna eram extremamente escassos. Nos anos 1930 do século XX, o analfabetismo atingia taxas superiores a 75% entre mulheres e 70% entre homens. A mortalidade

infantil era alarmante e, nas áreas rurais, muitas crianças entre 6 e 7 anos não frequentavam a escola, sendo obrigadas a ajudar no trabalho familiar.

Naquela altura, poucas pessoas tinham acesso à educação formal, e não havia qualquer tipo de proteção social destinada a crianças e jovens, ao contrário do que acontece atualmente com a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. De acordo com o artigo 3.º desta legislação, o trabalho infantil é considerado um crime que coloca as crianças e jovens em situação de perigo. Tal aplica-se quando a criança é levada a realizar atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados, exigindo, assim, uma intervenção que garanta a sua proteção e promoção.

Nos anos 1950, Portugal experimentou um notável crescimento económico, caracterizado por um processo intenso de modernização industrial. A ausência de participação na II Guerra Mundial desempenhou um papel fundamental, possibilitando a acumulação de riquezas e o direcionamento de investimentos, principalmente por meio da exportação de matérias-primas para países em reconstrução. De acordo com António Santos (2022) durante este período, o país foi reconhecido por organizações internacionais como um dos melhores exemplos do crescimento da chamada "idade de ouro" nas décadas de 1950 e 1960.

No entanto, em contraste com esse progresso económico, o setor educacional apresentava índices preocupantes: conforme Samara e Henriques (2013) cerca de 42% da população portuguesa ainda era analfabeta. Além disso, as condições no setor habitacional também refletiam dificuldades significativas, com uma parte substancial da população vivendo em moradias precárias, escuras, desprovidas de mobílias e com temperaturas desagradavelmente frias. O sustento era conquistado com muito esforço, tanto em zonas rurais quanto em áreas urbanas.

No documentário produzido pela RTP Memória em 2015, intitulado "Como era Portugal antes da Democracia?", é destacado que, em 1960, uma grande parte da população portuguesa enfrentava dificuldades para suprir necessidades básicas. Os investimentos na área social eram escassos, com exceção de algumas ações particulares que criavam seus próprios serviços. A proteção social oferecida pelo Estado era insuficiente, e o acesso à alimentação era limitado. A vida no país estava centrada no trabalho rural e carecia de infraestruturas essenciais, como saneamento básico, água canalizada, redes de esgoto e eletricidade. Essa precariedade contribuiu para um movimento significativo de emigração, muitas vezes realizada de forma clandestina, especialmente nas regiões do interior.

Nas décadas seguintes, Manuela Silva (1982) aponta que, em 1973, a pobreza ainda persistia, embora com menor intensidade em comparação ao início da década de 1950. Esse período foi marcado por um aumento tanto na produção como na capacidade produtiva do país. Contudo, segundo a autora, os vinte e cinco anos de crescimento económico sustentado não foram suficientes para eliminar a pobreza, que permanecia como uma realidade difícil para muitos portugueses. Além

disso, em diversos aspetos, as políticas governamentais de desenvolvimento adotadas nas décadas de 1950 e 1960 acabaram por acentuar a tendência do sistema em marginalizar os mais desfavorecidos.

No contexto social retratado no período do Estado Novo, o papel do Estado era bastante limitado nessas questões. Segundo Pimentel (2016) a abordagem em relação à pobreza e à miséria durante esse período se baseava em dois aspetos considerados defeitos: a preguiça e a imprevidência. Assim, a pobreza era entendida como resultado das falhas pessoais dos próprios indivíduos. A assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade ficava sob a responsabilidade da Igreja e de iniciativas privadas.

Segundo Júlia Cardoso (2013) a assistência social nunca foi considerada uma função prioritária no Estado Novo. O Estado sempre teve um papel supletivo, sendo as atividades asseguradas por entidades privadas de fins assistenciais. Atuava através do corporativismo e da repressão policial. A atenção à garantia dos direitos não era um dever social, mas sim uma forma de favor concedida aos pobres.

Para Alves e Carneiro (2013) o Governo da época implementou uma política de caráter minimalista no que se refere ao amparo aos mais necessitados, delegando essa responsabilidade aos chamados "organismos naturais". Essa postura visava evitar que o Estado arcasse com os altos custos associados à gestão das questões sociais.

Já Pereirinha e Branco (2013) assinalam que os trabalhadores não abrangidos pelo regime de seguro social obrigatório, bem como os grupos à margem do mercado de trabalho, fossem eles permanentes ou temporários, contavam apenas com o serviço de assistência social. Esse serviço, porém, não representava um direito garantido, mas consistia em uma ajuda de caráter temporário, precário, imprevisível e discriminatório, fundamentada em uma lógica de regulação. Os direitos sociais restringiam-se aos trabalhadores regularmente inseridos no mercado de trabalho, por meio do Seguro Social Obrigatório.

Podemos destacar a ideia dos seguros obrigatórios com a fundamentação teórica de Wanderley Santos (1979), que entende ser o seguro obrigatório como uma proposta estruturada pelo governo, a que chamou "cidadania regulada". Segundo o autor, este tipo de cidadania era avaliado com base em num sistema de estratificação ocupacional definido por lei, e não em códigos universais de valores políticos. Deste modo, apenas os indivíduos que exerciam atividades reconhecidas e regulamentadas por lei eram considerados cidadãos plenos dentro da comunidade.

As décadas de 1930 e 1970, marcadas por elevados índices de pobreza na maioria da população, adquiriram destaque sob o regime ditatorial liderado por António Salazar, que governou Portugal durante quarenta e um anos. No entanto, em 1974, a insatisfação generalizada da sociedade com as condições socioeconómicas, somada à guerra colonial em África, culminou num movimento de

revolta militar e popular. Este levante revolucionário pôs fim ao regime ditatorial e abriu caminho para a criação de um Estado Providência, estabelecido através do regime democrático.

O espírito do movimento revolucionário de abril de 1974 está refletido no preâmbulo da Carta Constitucional de 1976, cujo trecho ilustra de maneira simbólica os ideais daquela época: " (...) coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos mais profundos, o regime fascista foi derrubado com o objetivo de libertar o povo da opressão e do colonialismo, garantindo os direitos fundamentais dos cidadãos".

Com o estabelecimento do Estado Providência, o governo português passou a ter uma intervenção mais ampla e exercer um papel mais ativo no âmbito social. Foram implementadas novas propostas e políticas públicas concebidas para romper com o modelo tradicional de intervenção estatal. Assim, a estrutura anteriormente rígida e setorial das políticas públicas foi substituída por uma abordagem mais flexível, baseada em redes organizacionais interinstitucionais. Os serviços e infraestruturas começaram a ser ofertados por meio de ações coordenadas entre diversos setores integrados, promovendo maior articulação e eficiência no atendimento às demandas sociais.

De acordo com Santos e Ferreira (2002) com esta transição de regime, surgem novos princípios de intervenção nas questões sociais, destacando-se a participação de agentes do terceiro setor e do poder local. Esses agentes se envolvem não apenas na execução, mas também na concepção e no desenvolvimento das políticas sociais.

Esta abordagem abre espaço para a promoção de uma intervenção em parceria orientada através da perspetiva intersetorial, interinstitucional e descentralizadora na análise de problemas e soluções, equilibrando o princípio da subsidiariedade com a responsabilidade do Estado em assegurar direitos fundamentais. Além disso, o direito universal foi legalmente garantido, assegurando que todos os cidadãos possam ter acesso às condições mínimas de sobrevivência.

Além disso, as mudanças promovidas pela nova abordagem social do Governo resultaram em avanços significativos, como a diminuição de algumas dimensões da pobreza no país registadas até 1975, que contribuiu para a redução da proporção de pessoas em situação de risco e exclusão social e o aumento do acesso a bens e serviços essenciais para uma vida digna. No entanto, a pobreza e os problemas sociais continuam a ser uma preocupação legítima e uma prioridade do Estado.

Para termos uma noção da atual taxa de pobreza em Portugal, o INE (2024) relatou que, em 2024, 2.096 mil pessoas estavam em situação de risco de pobreza ou exclusão social. A percentagem de pessoas em situação de pobreza ou exclusão social foi de 19,7%. Ademais, no que diz respeito às despesas essenciais, 28,7% da população enfrentou atrasos nos pagamentos habituais relacionados à renda (ou seja, aos gastos com moradia), e 5,7% não teve recursos financeiros para consumir uma refeição de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos a cada dois dias.

Neste cenário, é importante descrever que a distribuição do índice de pobreza em Portugal varia de uma região para outra. As áreas rurais, por exemplo, apresentam taxas de risco mais altas do que as áreas urbanas. Entre os motivos, Beatriz Torrão (2022) destaca que as pessoas que vivem nas cidades geralmente têm um nível de escolaridade mais elevado e participam mais do ensino superior em comparação com as áreas rurais. Nas zonas rurais, a situação é bastante preocupante, pois a população costuma ter qualificações bem menores, o que acaba dificultando sua inserção no mercado de trabalho.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2024) a questão da pobreza está espalhada por todo o país. No entanto, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são aquelas que apresentam os índices mais altos de pobreza.

Tabela 1: Índice de pobreza por território

Local de Residência	% Referência: 2024
Norte	21,0
Centro	18,9
Oeste e Vale do Tejo	19,1
Grande Lisboa	16,5
Península de Setúbal	21,8
Alentejo	18,7
Algarve	18,7
Região Autónoma dos Açores	28,4
Região Autónoma da Madeira	22,9

Tabela: Fonte Instituto Nacional de Estatística

De acordo com os dados do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza de 2024, em 2023, cerca de 2,104 milhões de pessoas estavam em risco de pobreza e exclusão social. Além disso, aproximadamente 1,78 milhão de pessoas viviam com menos de 591 euros por mês, o que é considerado abaixo do limiar da pobreza. Neste grupo inclui principalmente indivíduos desempregados, que representam 59,2% dessas pessoas; aqueles que estão fora do mercado de trabalho, excluindo desempregados e aposentados, com 36,6%; famílias monoparentais, compostas por um adulto e pelo menos uma criança dependente, com 35,5%; famílias unipessoais, especialmente compostas por mulheres (31%) ou por pessoas com 65 anos ou mais (30,6%).

Relativamente à ligação entre pobreza e política educativa anteriormente mencionada, o exemplo da distribuição das crianças em situação de pobreza consoante o nível de escolaridade dos pais mostra que 51,7% dos pais tinham, no máximo, o ensino básico, ao passo que apenas 16,3% tinham ensino superior. Por outro lado, as crianças que não estão em risco de pobreza apresentavam

proporções quase inversas: 18,5% dos seus pais tinham, no máximo, o ensino básico, ao passo que 51,4% tinham o ensino superior.

No Relatório Anual sobre Pobreza e Exclusão em Portugal - 2025, elaborado pela Rede Cáritas, entidade que representa a comunidade cristã, afirma-se que a incidência de casos extremos de exclusão social em Portugal foi significativamente alta em 2024. Para se ter uma noção, aproximadamente 460 mil pessoas viviam em condições de privação material e social extrema; 266 mil não possuíam recursos financeiros para garantir uma alimentação adequada; 649 mil não tinham condições de adquirir roupas novas; mais de um milhão não dispunha de meios para gastar uma quantia extra; e mais de 1,6 milhão não conseguiam manter suas casas adequadamente aquecidas.

Atualmente, o déficit habitacional e o crescimento da população sem-abrigo são alguns dos problemas sociais mais urgentes enfrentados pela sociedade. Em relação à questão habitacional, Drago et al. (2024, p. 4) afirmam que os últimos dez anos foram marcados por aumentos nos preços de compra e aluguel muito superiores ao crescimento dos salários. Essa situação está causando uma nova crise de habitação, que tem efeitos sociais diretos, como a redução do nível de vida e do poder de compra da população. O agravamento da acessibilidade à moradia eleva as disparidades sociais, compromete a equidade de oportunidades e a qualidade dos serviços públicos.

A Rede Caritas (2025) ressalta que ter acesso a uma moradia digna é um direito garantido pela Constituição. Entretanto, as estatísticas indicam um crescimento considerável no número de pessoas em situação de sem-abrigo, que mais que duplicou entre 2018 e 2023, segundo dados dos relatórios anuais da ENIPASS.

Tabela 2: Pessoas em Situação de Sem - Abrigo em Portugal

Ano	Número de pessoas
2018	6044
2019	7107
2020	8209
2021	9604
2022	10773
2023	13128

Fonte: ENIPSSA

No que diz respeito à atuação do Estado nessa questão, o Governo aprovou em 2024, por meio do Conselho de Ministros (Resolução n.º 61/2024), o Plano Estratégico Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2025-2030). O plano visa promover a adoção de responsabilidades e competências coletivas e intersetoriais, abrangendo também as relacionadas à área preventiva.

Isso assegura um monitoramento completo, o reforço ou a atualização contínua das medidas e sua interligação, além da efetiva partilha de recursos entre diferentes setores da sociedade. Contempla ser uma estratégia que busca a co-responsabilização e a mobilização de todos os recursos e participantes, incluindo entidades públicas e privadas da sociedade civil, com base na complementaridade e na subsidiariedade.

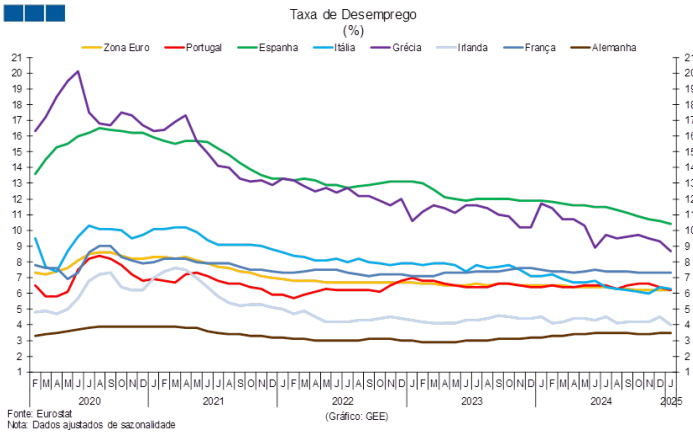
É importante pontuarmos que uma parcela considerável da população em situação de sem-abrigo é formada por imigrantes. E que a imigração no país tem crescido significadamente nos últimos anos. Segundo o relatório preliminar da AIMA, em 31 de dezembro de 2024, Portugal tinha pelo menos 1.546.521 cidadãos estrangeiros, número que representava um aumento em relação aos 1.465.446 registados no final do primeiro semestre do mesmo ano. A previsão é de que o número de imigrantes chegue a 1,6 milhão em 2025.

De acordo com a PORDATA (2023), em 2022, um em cada três imigrantes enfrentava pobreza ou exclusão social, o que reflete a relação entre pobreza e a crescente imigração no país. Nesse contexto, 31% dos residentes estrangeiros encontravam-se na mesma situação. Entre os fatores determinantes destas situações, destacam-se a exclusão ou a inclusão instável no mercado de trabalho que proporciona uma precariedade com baixos salários, tornando mais difícil o acesso à moradia.

É importante destacar que o desemprego e a inserção precária de trabalhadores no mercado, resultando na situação de pobreza e exclusão social, são problemas que impactam não apenas os imigrantes, mas também uma grande parte dos cidadãos portuguesa. Em geral, em relação à taxa de desemprego, podemos verificar por meio do Serviço de Apoio Técnico aos responsáveis do Ministério da Economia e do Mar, com base no estudo conduzido pelo Eurostat, que a taxa em Portugal, no ano de 2025, foi de 6,3%.

Além do mais, referente a evolução da taxa de desemprego entre 2020 e 2025, apesar de ter apresentado oscilações verificáveis, o desemprego continua a ser um problema atual no país.

Gráfico 1: Taxa de Desemprego



Fonte: Eurostat

Quanto à taxa de subutilização do trabalho em Portugal, o INE divulgou, em abril de 2025, que esta ficou nos 10,6%. Essa taxa inclui pessoas que têm dificuldade em conseguir um emprego estável, com contratos temporários ou trabalho clandestino, sem direitos garantidos e com salários baixos, o que caracteriza esses empregos como flexíveis.

Araújo e Morais (2017) afirmam que os empregos flexíveis são inseguros e mal remunerados. Como resultado, em vez de ajudarem a melhorar a vida familiar, podem causar sérios problemas financeiros e de planeamento futuro. A flexibilização do trabalho implica em transferir encargos e riscos tanto para as pessoas como para o Estado.

1.2. Caracterização do Estado Providência

Filipe Silva (2013) indica que a configuração do Estado Providência é definida conforme a situação de cada país. Está configuração está ligada aos recursos humanos e financeiros à disposição, bem como à influência da cultura, das tradições, do sistema ideológico das experiências históricas vividas pelo país. Sendo assim, antes de se discutir a consolidação do Estado Providência em Portugal, é necessário compreender as diversas particularidades do processo de organização correspondentes á conjuntura de cada país.

Nesse contexto, o sociólogo dinamarquês Esping-Andersen (1990) identificou a adoção de três modelos de Estado Providência e as suas principais na Europa:

I. O Estado liberal, que procura investir o mínimo possível em políticas sociais; Incentiva a iniciativa privada em detrimento dos investimentos sociais públicos, dando primazia ao desenvolvimento económico em vez do desenvolvimento social;
II. O Estado Corporativista, que está instituído num regime de coesão social com representações da sociedade numa espécie de compensação;
III. O Estado Social Democrático, onde a gestão e a organização do Estado estão direcionadas para financiar os gastos com as despesas públicas sociais. As ações das políticas públicas estão voltadas para o combate à desigualdade social, com base nas perspetivas de universalidade e cidadania.

No entanto, o sociólogo Pedro e Silva (2002) apresenta uma quarta perspetiva sobre os modelos de Estado Providência que se refere às particularidades do Estado - Providência nos países do sul da Europa, as quais não se enquadram nas três abordagens anteriormente apresentadas. Através da análise comparativa das realidades históricas e das conjunturas dos países do sul da Europa, descreve algumas semelhanças identificadas no processo de estruturação do Estado Providência em Espanha, Grécia, Itália e Portugal, e destaca aspetos que refletem o atraso destes quatro países em relação a outros países europeus, predominantes nos seguintes pontos fundamentais:

I. O padrão agrícola por longo tempo predominante;
II. A topografia, que criou problemas de comunicação;
III. A ausência de recursos minerais, nomeadamente carvão e ferro, importantes para o desenvolvimento do país;
IV. O poderoso papel da religião católica;
V. A ausência de um movimento operário forte e atuante
VI. A influência do corporativismo no princípio organizador da sociedade portuguesa, com predominância do forte papel da solidariedade privada, durante a transição para a suposta democratização dos países, são outros aspetos destacados;
VII. A existência de regimes autoritários de extrema-direita que estiveram no poder durante grande parte do século XX, limitando a tendência para a secularização, a modernização económica e o estabelecimento de instituições democráticas.

Entre os itens acima referidos, destacaremos a influência da existência de regime autoritário em Portugal como principal determinande do atraso da consolidação do Estado Providência no país. De acordo com Eduardo Vitor (2010), a criação tardia do Estado Providência no país dificultou a sua aplicação em comparação com outros países europeus que, durante a década de sessenta, puderam usufruir de grandes investimentos financeiros na área social. Por ter surgido num contexto de menor prosperidade económica e fiscal, Portugal apresentou uma fraqueza política e financeira que comprometeu os mecanismos de ação social, tornando-o num dos países mais atrasados social e economicamente na Europa.

Para Maurício Ferreira (1999) Portugal passou por um cenário socioeconómico complicado em relação à criação do Estado de Providência, em virtude do atraso na transição do regime ditatorial para o regime democrático. Isso ocorreu em meio a uma constante austeridade institucional e financeira, uma distribuição de custos extremamente desigual e uma forte presença da economia informal e do clientelismo. Além disso, orçamento do Estado passou por ajustes estruturais devido aos efeitos das crises económicas globais, que afetaram diretamente o modelo de gestão e a democratização das políticas sociais a serem implementadas.

Neste quadro, contam-se as crises económicas mundiais causadas pelo fim do padrão-ouro (1971, EUA), o embargo petrolífero (1973 e 1979) e a falência do banco de investimento Lehman Brothers (2008), nos EUA.À crise petrolífera de 1973, segundo Filipe Silva (2013) o impacto em Portugal causou uma subsequente recessão económica, com os investimentos a diminuírem para metade, a inflação a disparar e as bases do Estado - Providência Democrático a começarem a ser postas em causa.

Quanto aos impactos da falência do banco de investimento Lehman Brothers nos Estados Unidos em 2008, em Portugal, estes traduziram-se num aumentou do desemprego e das desigualdades

sociais, na dinsolvência de várias empresas e na diminuição do financiamento de políticas públicas. Este facto levou a que, em 2011, o país tivesse de recorrer a um empréstimo de centenas de milhões de euros junto da Troika (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu), com vista a reestruturar a economia e a fomentar a estabilidade social. Contudo, uma nova crise do Estado Providência surgiu em seguida, motivada pelo pagamento da dívida pública contraída com o referido empréstimo.

1.3 Conceitos de Pobreza e Exclusão Social

O sociólogo Luís Capucha (2005) considera que a pobreza é uma problemática com determinantes multidimensionais, resultantes da ação conjugada de um conjunto de fatores objetivos que estão relacionados com o acesso a um padrão de vida material que garanta as necessidades básicas de sobrevivência através de recursos e serviços oferecidos dentro de uma sociedade, e de fatores subjetivos que estão associados aos comportamentos das pessoas em situação de pobreza e à perceção que têm de si mesmas e de outras pessoas que não se encontram na mesma condição.

No âmbito dos debates teóricos sobre os determinantes da pobreza, Luís Capucha (2005) destaca duas perspetivas:

I. A perspetiva do ponto de vista culturalista, que considera características universais da pobreza entre os indivíduos que se encontram nessa situação. Incluem a identidade social, o sentimento de pertença a uma comunidade, a reprodução geracional, a instabilidade material e emocional. Carla Tralhão (2022) descreve que a perspetiva culturalista representa a adaptação dos pobres à sua posição marginal numa sociedade de classes estratificadas, extremamente individualista e capitalista. Tende a perpetuar-se de geração em geração, devido ao seu impacto na socialização das crianças. A interiorização do estatuto de pobre e a aprendizagem dos papéis sociais correspondentes podem ter início na primeira infância;

II. A perspetiva do ponto de vista socioeconómico, que associa as características da pobreza as despesas e os rendimentos. Neste sentido, são definidos os seguintes tipos de pobreza: a) Pobreza absoluta: representa o grupo de pessoas que não tem autonomia para garantir a sua própria subsistência, devido à exclusão do acesso a garantias mínimas de sobrevivência, consideradas necessidades básicas para a dignidade do ser humano; b) Pobreza relativa: o critério de avaliação não está no acesso às necessidades básicas de sobrevivência, mas na falta de acesso a um determinado padrão ou estilo de vida de um grupo social. Ou seja, há garantia de acesso mínimo às necessidades básicas, mas não ao padrão de vida médio da sociedade.

Ao adotar o paradigma crítico como parâmetro orientador deste estudo rejeita-se a noção de que a cultura da pobreza esteja arraigada nas pessoas, limitando a sua capacidade de mudança

através de novas oportunidades. Neste caso, os estilos e padrões de vida impostos pela pobreza não devem ser considerados como universais. Entende-se que a questão da pobreza é uma expressão determinada pela estrutura do modo de produção e pelas relações sociais. Assim, as estratégias de intervenção, como propostas de transformação, não se baseiam apenas em fatores subjetivos, mas sobretudo em fatores objetivos.

Conforme afirma Fernando Diogo (2021), quando diz que para compreendermos a pobreza é necessário partir das estruturas sociais objetivas e dos constrangimentos macro sociais e macro económicos, para depois compreendermos a interiorização que os indivíduos fazem deles ao longo da vida quotidiana, cristalizando-os em representações sociais, formas de ver o mundo e valores, terminando na exteriorização do interiorizado que é concretizada nos comportamentos e opiniões do dia-a-dia.

Segundo Ozanira Silva (2016) o determinante da pobreza está associado à forma como a sociedade se organiza para produzir e distribuir o produto do trabalho. Ou seja, a sua determinação é maioritariamente de natureza estrutural. Não pode, portanto, ser considerada estável no tempo nem no espaço. Embora seja um fenómeno percebido numa perspetiva multidimensional, a sua dimensão primeira é a estrutural, que considera os fatores externos geradores da pobreza.

Carmelita Yasbek (2004) destaca que a pobreza é uma expressão direta das relações vigentes na sociedade. Trata-se de uma categoria histórica e socialmente construída. Carmelita Yasbec (2001) na atual estrutura social, é o capitalismo que cria os necessitados, os desamparados e a tensão permanente da instabilidade no trabalho. Isso implica a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente, dos "biscates" e de outras modalidades de relação entre a força de trabalho e o capital.

Eduardo Rodrigues et al. (2010b) compreende que os determinantes da pobreza estão associados a várias dimensões da sociedade. No que diz respeito à dimensão da pobreza rural, associa à escassez de recursos, à baixa produtividade, à falta de alternativas económicas e à elevada dependência das prestações da Segurança Social; a pobreza urbana está associada ao baixo rendimento, à falta de qualificações, à precariedade do emprego, a doenças ou a problemáticas sociais diversas, como a deficiência. Cita que a condição da pobreza pode ter uma dimensão temporária, ou seja, diz respeito ao fluxo de entrada e saída do indivíduo nesta situação problemática, ou duradoura, quando se reproduz socialmente de forma cíclica.

No entanto, independentemente das várias teorias que explicam as causas da pobreza, as pessoas que vivem nessa condição sofrem as consequências da exclusão social devido à falta de acesso a bens materiais e a serviços essenciais para garantirem uma vida com dignidade e qualidade. Além disso, são impedidos de participar em várias esferas sociais.

Luís Capucha (2005) aborda que a exclusão social compreende diferentes conotações: i) a exclusão enquanto rutura de laços sociais, que não se situa apenas na falta de acesso a garantias mínimas de sobrevivência, mas também nas relações sociais e na questão da participação e aceitação social. Compreende a situação de pertença do indivíduo à sociedade; ii) exclusão enquanto privação de recursos, que se manifesta na falta de acesso a bens e serviços essenciais, bem como na privação de oportunidades. Está relacionada com a estrutura do sistema capitalista; iii) a exclusão enquanto rutura do contrato social, que tende a considerar a dimensão material, relativa à distribuição de recursos, onde a pobreza é o principal fator; iv) a exclusão relacionada com a construção e a permanente reconstrução de identidades e sociabilidades: v) e a exclusão como dimensão simbólica, com os efeitos específicos resultantes da capacidade diferencial de impor classificações, nomeadamente sobre o que é estar integrado ou estar excluído.

Eduardo Rodrigues et al. (2010a) descreve que a exclusão social está relacionada a um determinante social ou a um conjunto de determinantes interligados que contribuem para a existência dos excluídos, onde coexistem o desemprego, a marginalidade, a discriminação e a pobreza. Tem um caráter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas) que garantem as suas vias de persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismo e de fragmentação social.

O excluído encontra-se fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a ação de uma espiral de rejeição que culminará num sistema de auto-exclusão. É aquele que não consegue configurar a sua identidade social no trabalho, na família ou na comunidade. Torna-se um excluído das relações sociais e do mundo de representações a elas associadas. A sua origem deve ser procurada nos mecanismos estruturadores do funcionamento das sociedades.

1.4.Sistema de Segurança Social

Hoje em dia, o sistema de segurança social desempenha várias funções, incluindo a implementação de estratégias de proteção e combate à pobreza em Portugal. Nesse contexto, é imprescindível, ainda que de forma breve, compreendermos a origem e a estrutura dos enquadramentos legais a fim de fundamentar o objeto da pesquisa.

Para Francisco Salgado (2018) a primeira iniciativa de proteção social em Portugal foi motivada pelo dever moral, associado aos monarcas e às ordens religiosas no sentido de ajudar os mais desfavorecidos da sociedade. Em 1498, foi fundada a primeira Irmandade da Misericórdia, que impulsionou a criação das Santas Casas da Misericórdia por todo o país, correspondendo à primeira grande demonstração de assistência de saúde e de ação social no nosso país. Relativamente à assistência pública, surgiu a criação da Casa Pia de Lisboa no final do século XVIII.

No início do século XIX, uma série de movimentos trabalhistas emergiu em várias nações, buscando melhores condições para o trabalho e a vida. Em Portugal, essas ações foram fundamentais para a conquista dos primeiros direitos sociais. Um marco importante foi a fundação das Caixas de Aposentações, estabelecidas pelo Decreto nº16669, em 27 de Março de 1929, que consistia em instituições autónomas encarregadas da previdência dos funcionários públicos.

Francisco Salgado (2018), neste período foi apresentada a estrutura para a constituição de um Sistema de Seguros Sociais Obrigatórios, abrangendo os trabalhadores por conta de outrem, nas áreas do comércio, indústria e serviços. Destaca-se também a criação da Lei nº2115, de 1962, que garante algumas proteções a maternidade, o regime de previdência dos trabalhadores agrícolas, em 1972, a criação do Ministério dos Assuntos Sociais (saúde, segurança social e trabalho) e o subsídio de desemprego, em 1975.

A estruturação do sistema que utilizamos na atualidade ocorreu com a promulgação da Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 28/84, de 30 de agosto de 1984), que introduziu novos fundamentos à proteção social e níveis de rendimento. Ao longo dos anos, a legislação fundamental sofreu diversas alterações no âmbito das normas legais. Foi aprimorada pela Lei n.º 8.212, datada de 24 de julho de 1991, tendo sido posteriormente revogada por outras leis, nomedamente a Lei n.º 17/2000. Atualmente esta em vigor a legislação básica aprovadas em 2007.

Um dos aspetos relevantes da aprovação da Lei de Base da Segurança Social, que caracteriza uma grande mudança nas ações do Governo após a aprovação do Estado Providência, mencionado por André Costa (2021), foi o facto de as principais iniciativas do Governo se terem focado inicialmente nos trabalhadores que estavam fora do mercado de trabalho, incluindo aqueles que se encontravam em situação de pobreza.

No Capítulo III do preâmbulo da Constituição de 1976, mais concretamente no art. 63, são consagradas as funções da Segurança Social, que passam por estruturar, coordenar e fornecer suporte à rede de proteção dos cidadãos, incluindo os idosos, inválidos, viúvas, órfãos, desempregados e todos aqueles que se encontram em situação de carência ou com os meios de subsistência reduzidos, ou que enfrentem incapacidade laboral.

O sistema de segurança social abrange a proteção social de cidadania, a ação social, a solidariedade e a proteção familiar, a previdência e o sistema complementar. Rege-se pelos seguintes princípios: universalidade, subsidiariedade, unificação, solidariedade, equidade, complementaridade, transversalidade, inserção social, descentralização e participação.

Neste estudo, será abordado o Sistema de Proteção Social de Cidadania, visto tratar-se do campo de investigação da tese. Este sistema é constituído pelos sistemas de proteção social, solidariedade e proteção familiar, e fundamenta-se na disciplinabilidade e proteção de direitos sem a necessidade de contribuição prévia, bem como na equidade de oportunidades. O objetivo é

favorecer a inclusão social de pessoas em situação de carência, desigualdade, exclusão e vulnerabilidade, através da sua inserção na comunidade e no mercado de trabalho, mediante prestação de uma variedade de serviços e equipamentos sociais.

Refere à transversalidade e estabelece que o sistema de segurança social deve estar conjugado com outras políticas sociais, de modo a enfrentar as múltiplas necessidades do cidadão. As iniciativas sociais devem ser planeadas por meio de uma abordagem plurissetorial que permita uma intervenção integrada e complementar com outras políticas.

Regida pelo princípio da universalidade visa garantir proteção a todos os cidadãos portugueses, independentemente de estarem inseridos no mercado de trabalho ou de terem efetuado um pagamento prévio à Segurança Social. Para Francisco Branco (1993) a universalidade é um princípio de maior alcance político e social, constituindo uma rutura essencial com uma lógica de segregação e estigmatização.

Contudo, é importante ter em conta que, na prática, o princípio da universalidade tem algumas limitações quando aplicado. Por exemplo, na implementação da medida de Rendimento Social de Inserção, é definido um valor específico para o cálculo da renda das famílias com realidades sociais problemáticas. Aqueles que não conseguem atingir este montante, mesmo que estejam a viver em situações de risco e vulnerabilidade social, não têm acesso à medida nem as garantias.

O princípio da descentralização visa a autonomia das instituições em relação ao planeamento e à implementação de ações no seu território de intervenção, embora haja um conjunto de normas definidas a nível nacional. Ao abordar o papel descentralizador dos municípios, Francisco Branco (1993) afirma que ainda existe uma limitação que pode assumir diversas orientações.

Um dos princípios que sustentam a democratização dos direitos sociais é o princípio da equidade. Este princípio defende que todas as reinvidicações sociais devem ser reconhecidas de forma justa, tendo em conta as particularidades e necessidades de cada indivíduo, que devem ser atendidas de maneira igual. A estratégia de intervenção deve ser elaborada tendo em conta as características específicas dos beneficiários.

Daniel Carolo (2014) considera que as políticas sociais constituem um avanço, na medida em que passa do princípio da igualdade social para o princípio da equidade social. No entanto, na prática, o princípio da equidade é difícil de aplicar, pois deriva de um "jogo complexo" constituído por valores individuais, posicionamentos políticos e atitudes sociais, que implicam a formulação de "consensos" sobre o que é a igualdade dentro das diferenças.

O princípio da complementaridade implica a responsabilização e a mobilização de toda a sociedade para enfrentar as problemáticas sociais causadas pela condição imposta pelo estado de extrema pobreza, bem como a responsabilidade individual do beneficiário. Este princípio representa a articulação de uma rede formada por várias formas de proteção social, pública e privada, de modo

a melhorar a cobertura das situações abrangidas através de ações realizadas numa rede de intervenção.

Junqueira (2000) ao refletir sobre a articulação contextualizada através de uma rede de proteção afirma que a criatividade e a compreensão são mais importantes do que a certeza e a predição. As redes, no universo das mudanças, surgem como uma linguagem de vínculos e de relações sociais entre organizações que interagem mediadas por atores sociais que procuram entender de forma partilhada a realidade social. São formas de agir que privilegiam os sujeitos, os quais, de forma interativa, se apropriam do conhecimento dos problemas sociais e das respetivas soluções.

Nas redes os objetivos, definidos coletivamente, articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de forma integrada os problemas sociais. Segundo Zelimar Bidarra (2009) a premissa da construção de redes, não se baseia apenas com base na existência de pontos de contacto, mas sobretudo na garantia de conexões, que reconhecem todos os núcleos/bases por onde passam os fios que estabelecem as conexões como tendo a mesma importância.

Desta forma podemos salientar que, entre as ações do governo que estão relacionadas com princípio da complementaridade, e destacam iniciativas como a implementação do Núcleo Local de Inserção (NLI), a criação da Rede Social, o desenvolvimento do Radar Social e a elaboração da Carta Social.

No que se refere aos Núcleos Locais de Inserção (NLI), previstos na Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que aborda o Rendimento Social de Inserção, o princípio da complementaridade deve contar com a participação de representantes das diferentes políticas públicas das áreas da educação, da saúde, do emprego, da segurança social e da administração local (autarquias) consideradas essenciais para a proteção social.

Adicionalmente é importante estabelecer uma parceria colaborativa com outras organizações privadas de solidariedade ou do setor sem fins lucrativos através da parceria, de modo a potenciar a oferta de contratos de inserção social. Todavia, na prática da complementaridade no âmbito da medida do Rendimento Social de Inserção, Dora Soeiro (2017) afirma que ainda não existe um verdadeiro sentimento de parceria e solidariedade entre as instituições locais que facilitem a inserção plena dos beneficiários, sendo necessário superar este desafio.

O "Programa Rede Social" visa unir esforços para prevenir, reduzir ou eliminar a pobreza e a exclusão social. Sobressai o crescimento da eficácia, o aprimoramento da cobertura e a estruturação do conjunto de respostas e equipamentos sociais em nível local. Estimula a elaboração de planeamentos estratégicos colaborativos, além da promoção e coordenação de ações que busquem soluções para questões transversais.

Busca estabelecer canais constantes de comunicação e informação entre os parceiros e a comunidade em geral, por meio do desenvolvimento de plataformas de integração. Baseia-se numa

gestão que integra diferentes setores com propósitos comuns, formando e qualificando os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento local e potenciando e divulgando o conhecimento sobre as realidades coletadas e analisadas em conjunto.

Na RCM n.º 197/97, de 11 de novembro de 1997, o objetivo da Rede Social é estimular as autarquias e entidades públicas ou privadas envolvidas em ação social a unirem esforços por meio de ações colaborativas. No Capítulo III são orientadas práticas complementares, nomeadamente: contatos regulares, integração no diagnóstico, no plano de desenvolvimento social integrado, no plano de ação e no sistema de informação, celebração de um protocolo entre entidades para a contratualização de um modelo de intervenção territorial integrado, rentabilização dos recursos e diagnóstico social integrado.

Também o projeto Radar Social, criado em 2023, para identificar situações de risco, vulnerabilidade e exclusão social, deve ser implementado em colaboração com a rede de parcerias locais. Neste processo é realizado o mapeamento dos recursos regionais e locais, em estreita articulação com as cartas sociais municipais, de modo a garantir respostas mais eficazes e uma melhor coordenação das intervenções nos concelhos e nas freguesias. O objetivo é promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções a nível local/regional, fomentando a participação e a sustentabilidade das comunidades.

A "Carta Social" é um mapeamento das redes de serviços e equipamentos sociais em relação às respostas sociais. Trata-se de um mecanismo governamental que utiliza um modelo de organização por setores. A Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, aprovou-a, descrevendo a transversalidade entre os setores (Capítulo II, artigo 1.º, n.º 3) como uma ferramenta para o diagnóstico, planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais no nível concelhio.

De acordo com o artigo 3.º, n.º 4, a Carta Social deve permitir um planeamento conjunto e articulado entre os vários níveis de decisão pública e as entidades públicas competentes, concentrando a sua ação em parceria com as instituições de solidariedade social e os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).

Quanto ao princípio da solidariedade, este garante que a sociedade, enquanto coletivo, assuma a responsabilidade de contribuir para a proteção de todos os cidadãos. O objetivo é que a sociedade participe no combate à pobreza, contribuindo para o financiamento das políticas sociais.

Deste modo, é possível concluir que o sistema de segurança social em Portugal constitui um progresso no que se refere ao modelo de estratégias de combate à pobreza extrema. Contudo, Santos & Ferreira (1998) afirmam ser necessário termos a noção de que, apesar dos avanços legais no âmbito do Sistema de Segurança Social, a política social está aquém dos níveis atingidos por

diversos países europeus, devido aos baixos níveis de financiamento e à ausência de um pacto que compatibilize capital com democracia.

Desta forma, entre as estratégias de intervenção na pobreza, destaca-se a medida do Rendimento Social de Inserção. Apesar da sua eficiência, esta medida enfrenta desafios a superar, que serão abordados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 POLÍTICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA MÍNIMA E O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

2.1. Transferência de Renda Mínima

A implementação de programas de transferência de rendimento mínimo é uma realidade em Portugal e noutros países do mundo. Isto porque, a partir do século XIX e sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (anos 40) até aos anos 70, período considerado como "anos áureos da acumulação de capital", devido ao crescimento económico acelerado, a situação da pobreza no mundo e a criação de estratégias de enfrentamento passaram a ser um tema de discussão global.

Segundo Matos (2002) durante o período de acumulação de capital foi possível observar estabilidade económica através da produção industrial, do crescente oligopólio dos mercados, das negociações coletivas entre o capital e o trabalho e do aumento da produtividade. Por conseguinte, muitos países assistiram à expansão das despesas do Estado no setor social, concretizada através da criação de programas de transferência de rendimento mínimo.

Segundo o autor, os programas de transferência de rendimento mínimo podem adotar dois modelos: i) o modelo universal, no qual todos os cidadãos têm direito, independentemente da sua situação económica; ii) o modelo condicionado, no qual o apoio é assegurado a pessoas de baixos rendimentos, desde que cumpram certos critérios de elegibilidade e requisitos.

Sigal Samuel (2020) critica o modelo universal que tem vindo a ser implementado em alguns programas de rendimento mínimo, argumentando que estes programas distribuem dinheiro a pequenos grupos compostos por algumas centenas ou milhares de indivíduos, em vez de beneficiarem um sistema político inteiro. Em suma, proporcionam um rendimento básico, mas não um rendimento básico universal.

Inicialmente, o financiamento dos programas de transferência de rendimento mínimo a nível mundial, ocorreu através de empréstimos concedidos por fundos de grandes bancos internacionais aos países onde parte da população vivia em situação de pobreza extrema. Estes empréstimos acabaram por causar um impacto duplo e contraditório nas operações financeiras globais.

Para termos uma ideia das contradições causadas através dos empréstimos, René Passet (2002) escreve que o capital financeiro contribuiu, por um lado, para atenuar a pobreza no mundo e, por outro, obrigou os países em desenvolvimento a sacrificar as suas economias ao pagarem a dívida com juros elevados. Grande parte dos pagamentos das dívidas contraídas pelos países por meio de empréstimos foi efetuada com base em valores calculados com juros. Tal condição imposta aos cofres públicos levou ao endividamento de muitos países, que acabaram por pagar valores muito superiores aos contraídos com o empréstimo.

Rosa Stien (2009) afirma que, entre 1978 e 1992, a pobreza e a desigualdade na América Latina levaram mais de setenta países em desenvolvimento a comprometerem-se com programas

patrocinados pelo Banco Mundial e pelo FMI, o que provocou, na década de 1980, um aumento de 61% da dívida dos referidos países.

O economista Eduardo Suplicy (2013) reconhecido como precursor no debate sobre a transferência de renda mínima no Brasil e ex-presidente honorário da Basic Income Earth Network (BIEN), realizou um estudo relevante sobre os programas de rendimento mínimo. A investigação abrange os alicerces filosóficos, políticos e económicos do rendimento mínimo em vários momentos históricos. O autor estabelece uma relação entre período de Aristóteles, e as referências da Bíblia Sagrada, no Novo Testamento, no Alcorão, no Budismo, bem como nas ideologias das Revoluções Americana e Francesa, e a discussão sobre igualdade e solidariedade.

O autor destaca não só o papel fundamental do Estado nesse processo, como também o envolvimento da sociedade civil, utilizando o exemplo da Namíbia. Neste país, a atribuição de um rendimento mínimo, ao contrário do que oconteceu na maioria das nações onde o Estado é o responsável, foi uma ação da Igreja, com apoio financeiro da sociedade civil, realizada através da cooperação e articulação de determinados serviços prestados.

Para termos uma ideia da magnitude da implementação do programa de transferência de rendimento em diversos países, podemos refletir os estudos de Ozanira Silva (2016) que organiza uma lista de países da América que adotaram esta estratégia para combater a pobreza extrema desde os anos 1990, nomeadamente:

i. Honduras: Programa de Asignación Familiar (PRAF), "Bonos 10.000", Programa Presidencial de Saúde, Educação e Nutrição - 1990;
ii. Equador: Bono de Desarrollo Humano (1998);
iii. Colômbia: Programa "Famílias en Acción" - 2000;
iv. Jamaica: Programme of Advancement through Health and Education (PATH) – 2001;
v. México: Oportunidades - 2002;
vi. Chile: Chile Solidário - 2002; Brasil: Bolsa Família (2003);
vii. Peru: Red Juntos (Programa Nacional de Apoio Direto aos mais pobres) - 2005;
viii. Paraguai: Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Ñopytyvô (2005);
ix. Panamá: Programa Red de Oportunidades - 2006;
x. Costa Rica: Avancemos (2006) Trinidad e Tobago: Target Conditional Cash Transfer (TCCTP) - 2007;
xi. Uruguai: Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares (AFAM-PE) - 2008;
xii. Bolívia: Programa Bono Madre Niño "Juana Azurduy" - 2009;
xiii. El Salvador: Programa Red de la Solidaridad, Programa Comunidades Solidarias Rurales e Programa Comunidades Solidarias Urbanas (2009);

xiv. Argentina: Programa Asignación Universal por Hijo para la Protección Social (AUH) – 2009;

xv. Guatemala: Mi Bono Seguro - 2012.

É importante destacar que, embora os países tenham diferentes contextos políticos e socioeconômicos, Soares e Satyro (2009) identificam duas características que são muito comuns aos programas de transferência de rendimento: i) a integração e o acesso do beneficiário a outros setores de políticas sociais além dos setores estatais; e ii) a oferta de um suporte financeiro imediato para a sobrevivência. A primeira característica é considerada mais relevante na fundamentação da tese.

Para tal, Verena Moraes et al. (2015) afirmam que o PTR requer uma combinação de ações, esforços, conhecimentos e recursos de diferentes entidades e do governo, estabelecendo uma conexão entre todos os envolvidos. Além disso, aborda outros aspectos que são característicos dos programas de transferência de rendimento mínimo, como: a) As transferências monetárias; b) O público-alvo: famílias em situação de pobreza; c) A condicionalidade dos benefícios; d) O empoderamento da mulher na titularidade dos programas; e) A abordagem multidimensional que exige a participação de diversas entidades envolvidas.

Nesse contexto, a investigação aborda o aprofundamento teórico sobre a característica relacionada com a participação entre setores nos programas de transferência de rendimento mínimo implementados em diversos países. Através da sistematização da análise, foi possível identificar um conjunto de políticas públicas em que a participação se mostra fundamental para atender às necessidades dos beneficiários:

I. O Equador: saúde, alimentação, habitação, empreendedorismo e crédito;

II. A Colômbia: educação, alimentação e inserção no mercado de trabalho;

III. Jamaica: educação e saúde;

IV. Em El Salvador: nutrição, educação, saneamento básico e transportes públicos;

V. Peru: saúde, nutrição e educação;

Em relação ao México, Cecília Cabrera (2015) destaca como sendo um dos países pioneiros na implementação da transferência de rendimentos na América, através do programa "Educación, Salud y Alimentación - Progresa" juntamente com o Brasil. O programa foi reformulado em 2002, passando a designar-se Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades, onde a gestão é planeada de forma articulada entre diferentes setores da área de intervenção social.

Segundo o Diário Oficial da Federação do México (2000) "no âmbito de uma política social integral, são realizadas ações intersetoriais para a educação, a saúde e a alimentação daquelas famílias que vivem em situação de pobreza extrema, com o objetivo de impulsionar e fortalecer as

suas capacidades e potencialidades, elevar o seu nível de vida e propiciar a sua incorporação no desenvolvimento nacional".

O "Bolsa Família" foi estabelecido no Brasil como um programa de transferência de rendimento mínima por meio da Lei Federal n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004. O programa é visto como o principal mecanismo da política de assistência social. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2010) é definido como um programa de articulação e parcerias. Uma de suas principais atribuições é conectar os setores da assistência social, educação e saúde, que se tornam requisitos obrigatórios para as famílias. Contudo, inclui outras políticas, como as culturais, laborais e ambientais, além de agentes sociais (conselheiros e líderes comunitários).

Na Argentina, o programa Plan Jefas y Jefes de Hogar Desocupados (2002) consiste na atribuição de um rendimento sem contribuição prévia, destinado a assegurar um rendimento mensal às famílias desempregadas e às grávidas em situação de vulnerabilidade social. O programa defende a necessidade de haver uma colaboração entre os setores das políticas sociais ao definir um sistema de condicionalidades obrigatórias nas áreas da saúde e da educação. Em 2005, o programa foi reformulado e criou-se o Programa Famílias por La Inclusion.

Segundo Luís Campos et al. (2007) para além da entrada remunerada analisada a partir do salário mínimo, o programa criado na Argentina inclui outro componente: a "promoção familiar e comunitária", que visa promover ações de promoção em quatro principais áreas sociais: i) educação; ii) saúde; iii) formação para o trabalho; e iv) desenvolvimento comunitário, cidadania e consolidação de redes.

O programa de transferência de rendimento mínimo no Chile "Chile Solidário" (2002) enquanto tentativa de implementação de uma política de cariz universal está inserido no Sistema Solidário. As ações combinam apoio psicossocial e a atribuição de subsídios, são definidas com base na perspetiva de redes sociais e organizadas num conjunto de programas e benefícios sociais pertencentes a diferentes ministérios e serviços públicos.

No Uruguai, o PANES (Programa de Atenção Nacional à Emergência Social) foi criado em 2005 como um programa de transferência de rendimento mínimo destinado a famílias em situação de pobreza extrema. A atenção aos beneficiários era assegurada através da integração das seguintes políticas: i) alimentação: ii) saúde; iii) educação; iv) habitação.

Na República Dominicana, o Programa Solidaridad foi criado em 2005 como programa de transferência de Rendimento Mínimo Condicionada. Atenua a pobreza através da transferência de rendimentos e da articulação entre os setores da nutrição, educação e saúde. De acordo com o Decreto n.º 536-05 (2005) da Presidência da República, é estabelecida a necessidade de um trabalho integrado entre os setores responsáveis por "fornecer aos agentes sociais a informação e o

mapeamento da oferta dos diferentes serviços ou assistências sociais desenvolvidos pelos diversos programas sociais".

Quanto aos países da América do Norte, nos Estados Unidos da América existe o Programa de Transferência de Rendimento Mínimo, que consiste em assistência temporária em dinheiro para famílias pobres e desempregadas com crianças (Temporary Assistance for Needy Families - TANF).

Em 1982, o Alasca conseguiu implementar um programa de transferência de rendimento quase universal, garantindo uma renda anual única a mais de 90% da população. E no Canadá, o governo lançou um programa de transferência de rendimento universal e uma rede de Rendimento Básico (BICN) concedendo verbas mensais garantidas as pessoas desempregadas e a trabalhadores inseridos no mercado de trabalho que não conseguem, por si só, satisfazer as suas necessidades básicas.

Todavia, a implementação do PTR não se restringiu aos países das américas. Pereirinha e Branco (2013) afirmam que várias instâncias internacionais e europeias reconheceram o direito universal a um nível de vida digno através de um rendimento adequado, garantindo-o a todos os cidadãos com recursos insuficientes o acesso a uma transferência de renda mínima definida para a sobrevivência e a “inclusão social ativa”.

Vanda Paccheco (2009) explica que a "inclusão ativa" é uma abordagem que combina três metodologias de intervenção:

I. Ligação ao mercado de trabalho, através de oportunidades de emprego ou formação profissional;
II. Apoio ao rendimento, a um nível suficiente para que as pessoas tenham uma vida condigna;
III. Melhor acesso aos serviços que possam contribuir para eliminar alguns dos obstáculos com que certos indivíduos e respetivas famílias se deparam, quando pretendem integrar-se na sociedade e reinserir-se na atividade profissional.

A autora organiza um quadro composto por informações referentes aos programas de transferência de rendimento mínimo na Europa:

I. Espanha: combate à pobreza através de apoio económico para assegurar as necessidades básicas;
II. Dinamarca: apoio prestado por meio de medidas de ativação e prestações em géneros a pessoas sem meios suficientes por motivos específicos, como doença ou desemprego;
III. Finlândia: apoio concedido a indivíduos ou famílias que se encontrem temporariamente sem meios suficientes para suportar o custo de vida;
IV. Noruega: garantia da subsistência das pessoas, de modo a cobrir as suas necessidades básicas;
V. Irlanda: atribuição de um rendimento semanal a pessoas com poucos ou nenhum recurso;

VI. Reino Unido: através do sistema de Crédito Universal, consiste num pagamento mensal destinado a famílias de baixos rendimentos. Este Crédito Universal pode ser solicitado por trabalhadores, trabalhadores independentes e desempregados. O montante depende da situação social e do local de residência da pessoa;
VII. Luxemburgo: garante os meios necessários para um nível de vida decente e medidas de integração social e profissional;
VIII. Holanda: é prestada assistência financeira a todos os cidadãos que não conseguem sustentar-se adequadamente. O apoio cobre as despesas essenciais até os beneficiários se tornarem autónomos;
IX. Áustria: apoio para proporcionar uma vida digna a quem dele necessita;
X. Bélgica: garante o direito à integração social através de um emprego ou de um rendimento, associado ou não a um projeto de integração;
XI. Polónia: apoia pessoas e famílias na resolução de problemas que não conseguem ultrapassar apenas com os seus recursos;
XII. República Checa: assegura as necessidades básicas diárias e de habitação através de três apoios: i) mínimo de vida; ii) mínimo de subsistência; iii) suplemento para habitação;
XIII. Eslováquia: atribui um benefício a assegurar um rendimento mínimo àqueles que não têm forma de manter as condições básicas de sobrevivência;
XIV. Eslovénia: presta apoio financeiro e social a indivíduos e famílias que, por motivos alheios à sua vontade, se encontram temporariamente impossibilitados de se sustentarem;
XV. Estónia: atribui um montante diferencial para garantir um rendimento mínimo a todos os residentes;
XVI. Letónia: garante o rendimento mínimo a famílias em determinadas situações. Este pode ser em dinheiro ou em géneros alimentícios;
XVII. Roménia: destina-se a cobrir as necessidades básicas através de um rendimento mínimo de apoio;
XVIII. Bulgária: apoio ao cidadão que não consegue satisfazer as suas necessidades básicas sem a ajuda de terceiros.

Quanto a França, o RMI (Revenu Minimum d'Insertion) foi substituído pelo programa Revenu de Solidarité Active (RSA) e tem o objetivo de garantir rendimento às famílias com subsistência insatisfatórios ou sem rendimento algum. Promove a inserção social através do acesso às políticas sociais através de ações adaptadas às necessidades de cada caso.

Durante a pandemia de coronavírus (2019), a Alemanha lançou o rendimento básico universal incondicional para cobrir despesas básicas e garantir recursos mínimos às pessoas com baixos rendimentos ou incapacitadas para o trabalho.

A Itália instituiu o Reddito di Cittadinanza em 2019, influenciado pelo Programa Bolsa Família no brasileiro. O objetivo foi combater a pobreza, a exclusão e a desigualdade social através da prestação de assistência financeira, condicionada à participação dos beneficiários em projetos de reinserção no mercado de trabalho e de inclusão comunitária.

Em Portugal, foi criada a medida do Rendimento Social de Inserção (RSI). A medida consiste na garantia de um rendimento mínimo e no acesso a um conjunto de políticas sociais definidas num plano de inclusão do beneficiário. A gestão é assegurada por um núcleo composto por uma rede de serviços que integra diferentes setores de políticas sociais, tendo como foco central responder às múltiplas necessidades dos beneficiários em situação de pobreza extrema.

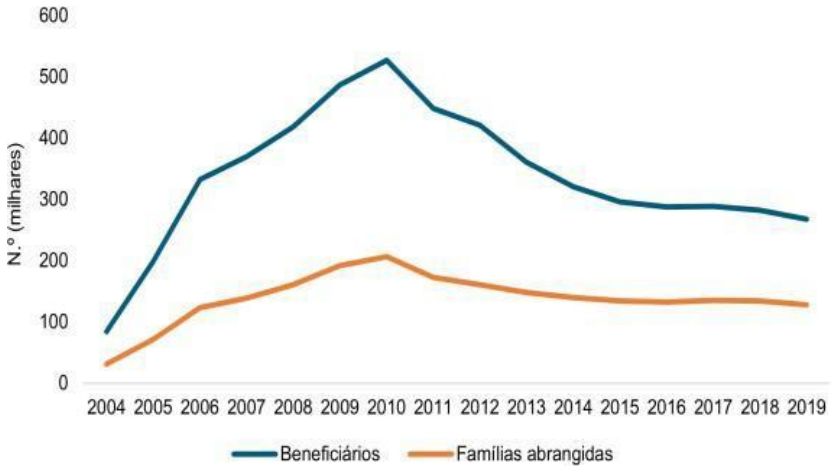
Na Ásia, a China oferece vários programas de assistência social com versões urbanas (Urban Dibao) e rurais (Rural Dibao) que garantem um rendimento mínimo às famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza, independentemente da sua capacidade para trabalhar. Em 2011, o governo de Hong Kong criou um programa de transferência de rendimento de caráter universal, mas teve de o reformular devido ao elevado custo para os cofres públicos.

2.2. Rendimento Social de Inserção (RSI)

Traduzindo uma recomendação do Conselho Europeu, Portugal estabeleceu-se o Rendimento Social de Inserção (RSI) como uma ferramenta de transferência de renda com o objetivo de combater a pobreza extrema no país. Um ano depois de ser aprovada, anteriormente sob a designação de RMG (1996), a pobreza afetava 22% da população.

Porém, de acordo com o DATALABOR (2020) a taxa de população em situação de pobreza extrema assistida pelo Estado diminuiu entre 2004 e 2019. Isto mostra a redução do número de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza.

Gráfico 2: evolução do número de beneficiários e das famílias com processamento do RSI:



Fonte: DATALABOR

Devemos estar atentos à falta de crescimento paralelo entre a diminuição da pobreza e a redução do número de beneficiários do RSI, uma vez que esses não diminuem na mesma proporção. De facto, um pequeno aumento da renda não tem um impacto significativo na condição de vida do beneficiário e pode, de forma contraditória descaracterizar o perfil de rendimento que assegura a integração na medida.

Na década de 1990, foi apresentada a primeira proposta para a criação de uma medida de transferência de rendimento. Contudo, neste período, o financiamente e a aplicação das políticas públicas enfrentaram grandes desafios, especialmente devido à influência das ideias neoliberais, que defendiam a diminuição do motante destinado às transferências financeiras no âmbito da proteção social. A prioridade era direcionamento dos investimentos públicos para impulsionar a economia, em detrimento da área social.

A medida foi inicialmente aprovada em 1996, com a criação do Rendimento Mínimo de Garantia (RMG). Tratou-se de uma medida pioneira no âmbito da gestão do Estado, devido ao tipo de trabalho abrangente de combate à pobreza extrema e à parceria entre diferentes entidades públicas e privadas. Segundo o GEP (2018) o RMG deu origem a um conceito de ação social baseado em novas formas de intervenção.

Esta abordagem inovadora exigiu uma diversidade de apoios sociais e o envolvimento de um número crescente de entidades públicas, privadas e ONGs. Durante este período, foi possível experimentar novas formas de colaboração que incentivassem o envolvimento ativo da população em programas, projetos e políticas, bem como novos métodos de coordenação e governanção.

Contudo, o RGM foi revogado e, no ano de 2003, instituiu-se o Rendimento Social de Inserção (RSI) e uma das mudanças neste processo de transição foi a substituição das Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) pela criação dos Núcleos Locais de Inserção (NLI). O NLI passou a ter regras de funcionamento mais precisas no que se refere à inserção social e com vista a um maior envolvimento da sociedade civil, através da celebração de protocolos com os parceiros sociais (GEP, 2019).

O RSI tem sido alvo de debate na Assembleia da República Portuguesa, sobretudo devido ao seu impacto na sociedade e aos recursos do orçamento público afetos a esta medida. Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa no site da Assembleia da República para examinar os debates relacionados com o tema, com ênfase na análise das estratégias atuais desenvolvidas em colaboração entre os setores das políticas públicas e da sociedade civil para combater a pobreza em Portugal.

Tabela 3 Debates realizados na Assembleia da República referentes ao RSI (2002 a 2023)

2002	Debates sobre as reformas no país e garantia de rendimento mínimo.

2003	Aprovação do RSI em substituição do RMG.
2004	Estabelece a formação, as competências e a constituição dos Núcleos Locais de Inserção (NLI) bem como os acordos destinados a celebrar protocolos entre a Segurança Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras entidades que apresentem propostas com os mesmos fins.
2008	A crise económica leva a redução financeira na esfera das políticas sociais. Inclusive do Rendimento Social de Inserção.
2009	Um marco importante foi o "Seminário Europeu RSI: Um Direito à Integração Social", onde a medida do RSI, desde o RGM, foi destacada como pioneira em Portugal no que diz respeito ao trabalho realizado através de uma rede social, por meio de uma parceria entre diferentes entidades públicas e privadas, concebendo o programa de forma transversal, com base na política de garantia dos mínimos sociais.
2010	Ocorre modificações no conceito de agregado familiar.
2011	Foram aprovados os modelos de requerimento do rendimento social de inserção.
2012	A prestação deixou de definir as regras para determinar a condição de recursos e de apoio complementar nas áreas da inserção, educação, saúde, habitação e transportes. Os valores limite foram reduzidos e a cobertura foi alargada para abranger um novo público-alvo. Foi assegurada a elegibilidade para o RSI de estrangeiros com atestados de residência ou de permanência para efeitos de atribuição do benefício. O caráter coercivo da inscrição no Centro de Emprego, a disponibilidade para o trabalho e as questões relacionadas com a restituição do pagamento foram reforçados.
2013	Período de determinação do valor do benefício.
2016	Proposta de concretização de um conjunto de medidas direcionadas para a melhoria dos rendimentos das pessoas com deficiência e das suas famílias, beneficiando também os beneficiários do RSI.

2017	Em Janeiro, o Governo cita o Rendimento Social de Inserção como parte de uma estratégia integrada de combate à pobreza infantil, envolvendo diferentes representantes para contribuírem para este esforço. Fevereiro: ocorre uma diminuição da abrangência do RSI (Rendimento Social de Inserção), bem como um aumento do desemprego e da pobreza no país. Março: celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI. Maio: a cidade do Porto é destacada por apresentar o maior número de beneficiários do RSI a nível nacional. Julho: alteração do regime jurídico do RSI pelo Decreto-Lei n.º 90/2017, de 28 de julho, com um aumento das contribuições sociais efetivas e da despesa pública com o RSI. Houve discussões sobre cortes no investimento do RSI. Além disso, foram alterados os critérios de elegibilidade. Em novembro, foram tornadas públicas as discussões sobre a proposta do Orçamento de Estado para a Providência Social para 2018, a qual previa um aumento de 3% no rendimento social de inserção. Discutiu-se a reposição de mais de 25% dos cortes efetuados pelo Governo de direita no rendimento social de inserção, bem como a criação de uma nova prestação social. Referiu-se que a medida do RSI pressupõe um reconhecimento da sua complexidade e a consagração de políticas pluridimensionais que visem, de facto, a integração económica e social das pessoas beneficiárias. Em dezembro, o parecer da Conta Geral do Estado de 2016 incluiu o Rendimento Social de Inserção (RSI) nas discussões relacionadas com o aumento da percentagem do montante a atribuir por indivíduo e com a alteração do valor de referência do RSI, com tendência para a realização decortes no seu financiamento.
	Debate sobre a atualização do valor de referência do RSI e reposição demais 25% do corte operado na legislatura anterior. Janeiro: apresentação do Projeto de Resolução n.º 899/XII (2.ª) pelo Sr. Deputado José Moura Soeiro (BE), que visa prestar atenção às crianças, dado representarem uma grande parte dos beneficiários do RSI. Em abril, são apresentados os resultados de algumas entrevistas realizadas com assistentes sociais que trabalhavam no âmbito do RSI.

2018	Numa das entrevistadas, é salientada a importância da constante atualização dos profissionais que atuam neste domínio do Sistema de Segurança Social. Em março, alguns discursos voltam-se para a melhoria das prestações sociais não contributivas, incluindo o Rendimento Social de Inserção nesta discussão.
2019	Decréscimo do investimento com diminuição das despesas com o RSI (-2,4%), refletindo a redução do número de beneficiários e de famílias abrangidas. Rever as condições de atribuição do RSI, de modo a melhorar a compatibilização da proteção social com o acesso ao mercado de trabalho, aumentando o rendimento e promovendo a mobilização do beneficiário. Condições de acesso dos Sem-Abrigo ao RSI. Garantia de rendimentos mínimos. Relação das baixas pensões com encaminhamentos para o RSI. Renovação automática do RSI. Novas garantias na área da saúde aos beneficiários do RSI. Estudo Nacional sobre a comunidade cigana, no qual se verificou que a principal fonte de rendimento é o RSI. Cerca de 35% dos inquiridos. Compromisso formal do beneficiário em assumir o compromisso com o contrato de inserção. Compromisso formal do beneficiário em assumir o contrato de inserção. Dados sobre o número de beneficiários e famílias do RSI em Porto Santo. Mobilização de recursos humanos e materiais para melhorar a oferta do RSI; Apresentação da instituição do RSI, criada em 2003. As mulheres são as principais beneficiárias do RSI.

2020	Aumento dos rendimentos das famílias beneficiárias do RSI. Apresentação da tabela de prestações do RSI de 2018 a 2019 (-3,5%). Discussão sobre cortes no RSI. Indicação da região dos Açores como a que tem mais beneficiários do RSI (6% da população). Recomendação de um programa de trabalho obrigatório para os beneficiários do RSI. Medidas de atribuição ao RSI.Estratégia de combate à pobreza que consiste no cruzamento de diferentes instrumentos e dimensões da política pública, integrando todos os públicos, de modo a aumentar os rendimentos dos beneficiários do RSI. Actualização dos valores do RSI.
2021	Ausência de documentação, como a declaração de residência e o cartão de cidadão, por parte das pessoas em situação de sem - abrigo, que as exclui do direito ao RSI. Estratégia de combate à pobreza que envolve a conjugação de diferentes instrumentos e dimensões da política pública, abrangendo todos os públicos, com vista a aumentar os rendimentos dos beneficiários do RSI.
2022	Descentralização de competências na gestão do Rendimento Social de Inserção. Prorrogação automática da prestação do RSI. Informações desatualizadas no site da Segurança Social que indicam regras distintas param os portugueses e estrangeiros.
2023	Indeferimento de pedido de Rendimento Social de Inserção. Recuperação de crétidos as vítimas dos fogos com valores de repasse calculados no valor do RSI. Descentralização de competências: gestão do RSI por parte da Câmara Muncipial (Aveiro) RSI enquanto medida de combate a pobreza. Aumentos no financiamento do RSI. Necessidade de cortes no financiamento e incentivo ao trabalho. Alterações as regras do RSI. Subsíidos aos estrangeiros, incluindo o RSI.

	RSI como apoia as pessoas frágeis. Número de beneficiários (180 mil) e impactos para o orçamento de 2024.

Fonte: Elaboração própria

Em 2024, o tema do Rendimento Social de Inserção continua a ser tema recorrente nos debates, sendo abordado sob diferentes perspetivas que refletem os variados interesses económicos, políticos e sociais. Por vezes, a medida é tratada como uma garantia que necessita de maiores investimentos, noutras ocasiões, é utilizada como objecto de comparação em relação à alocação de recursos para outras áreas, como a setor da saúde, e especialmente quando as transferências para o RSI superam os valores das transferências destinadas aos bombeiros. A medida foi também discutida no contexto da pobreza, nomeadamente no que se refere à situação dos trabalhadores do sistema educativo que recebem o benefício e às diferenças nas suas atribuições nas regiões autónomas (como as majorações).

Porém, ao refletir sobre os dados coletados a partir dos discursos parlamentares no site da Assembleia da República, constatamos que as discussões acerca da integração entre setores ocorreram apenas nos anos de 2020 e 2024, quando foi proposta como uma das estratégias para combater a pobreza através da combinação de várias ferramentas e dimensões da política pública. Contudo, não foram apresentados dados, experiências ou investigações que evidenciem essa integração na prática.

O processo de inclusão na medida de RSI depende da verificação de vários requisitos, nomeadamente a análise dos rendimentos dos beneficiários, a idade, a nacionalidade ou a residência legal, o valor do património mobiliário e a inscrição no centro de emprego. Os valores de referência são de 242,23 € para a pessoa titular, 169,56 € para cada adulto e 121,12 € para cada criança ou jovem com menos de 18 anos.

A Portaria n.º 63/2021 prevê, no artigo 5º, a celebração de protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social ou entidades equiparadas para o exercício desta atividade, de modo a assegurar o desenvolvimento dos serviços de atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade ou de emergência social. E a Portaria nº 65/2021, no artigo 25º, estende a possibilidade à celebração de protocolos específicos com vista a promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 42/2006 refere que o RSI é uma organização que requer uma gestão institucional e participativa, partilhada entre parceiros, com vista a facilitar o acesso dos beneficiários aos serviços disponibilizados e a promover a sua inserção laboral, social e comunitária.

Neste sentido, Cecília Carvalheiro (2015) afirma que o RSI assenta na partilha de responsabilidades, sendo as ações e os mecanismos de inserção discutidos entre os representantes das entidades coletivas que constituem a rede. No entanto, Dora Soeiro (2017) afirma que, na prática, não existe um verdadeiro sentimento de parceria e solidariedade entre as instituições locais que facilitem a plena inserção plena do beneficiário.

Conforme o artigo 33.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio e Resolução n.º 989/2023, o NLI é uma estrutura operacional local de composição plurissetorial, responsável pela aplicação da medida Rendimento Social de Inserção. É constituído por representantes de setores que atuam na mesma área geográfica, com os quais é celebrado um contrato de parceria.

No âmbito das entidades representativas, são definidas responsabilidades aos representantes de cada setor, a fim de acompanharem o desenvolvimento das ações previstas no contrato de inserção enquadradas na respetiva área de intervenção. Estes representantes devem assegurar a transmissão de informação, elaborando um relatório detalhado sobre o cumprimento do contrato de inserção, o qual deve ser apresentado no décimo terceiro mês após o início da prestação.

No entanto, segundo um relatório elaborado pelo GEP (2019) este contrato de inserção, acordado entre o agregado familiar e o Núcleo Local de Inserção (NLI), representa um novo desafio no âmbito da ação social, promovendo a cooperação em vários domínios: Estado, parceiros sociais, instituições de solidariedade, autoridades municipais e sociedade (cidadãos).

O artigo 25.º estabelece a criação de protocolos para a realização de um trabalho entre setores diferenciados de políticas, previstos no artigo 37.º da referida lei, que visam o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI e a promoção da sua autonomia através da sua inserção social, comunitária e profissional. Estes protocolos definem os direitos e as obrigações das entidades e dos beneficiários. São também definidos os termos de articulação e parceria entre as entidades e os respetivos NLI. As ações devem ser realizadas em conjunto com o requerente da prestação e os membros do seu agregado familiar.

No que se refere à implementação das ações protocoladas no âmbito do NLI, através da parceria, foi realizada uma investigação nos repositórios das instituições de ensino superior portuguesas, a fim de obter uma fundamentação mais aprofundada. No entanto, não foi encontrado nenhum estudo que aprofunde este tema. Foram encontradas referências e breves observações sobre a relevância de discutir este assunto.

Em relação ao Repositório Científico do ISCTE, foram identificados diversos estudos sobre o RSI, incluindo: "Género e RSI", "Abordagem Positiva e Socioecológica nos Trabalhos com as Famílias do RSI", "A Pobreza Infantil e RSI" e "Opinião Pública sobre o RSI". Contudo, esses trabalhos não são acessíveis ao público.

Entre os trabalhos abertos ao público, encontramos o estudo de Cátia dos Santos (2014) intitulado "Rendimento Social de Inserção: Caracterização e Perspectivas de Alguns Beneficiários", que aborda o perfil dos beneficiários do RSI e comenta brevemente o princípio da parceria e da articulação em redes estabelecido na legislação do programa.

Segundo Cátia Santos (2014) os Núcleos Locais de Inserção são estruturas importantes, uma vez que desempenham um papel fundamental na integração, supervisão dos planos de vida, organização dos meios necessários à sua concretização e avaliação. Estes núcleos sensibilizam e dinamizam os agentes sociais e as comunidades locais quanto às suas responsabilidades no processo de inserção dos beneficiários, a nível económico e social.

A autora Elisabete Lopes (2008) conduziu uma pesquisa com um tema semelhante, intitulada "Breves considerações sobre os aspectos-chave do RMG/RSI e suas contradições". Neste estudo, enfatiza a relevância da colaboração, afirmando que ela é um pilar essencial para a intervenção interinstitucional e interdisciplinar no contexto da medida do RSI. Salienta ainda a ausência de participação dos agentes económicos e das suas organizações representativas nas comissões locais de acompanhamento da referida medida, bem como a importância do desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI, celebradas entre os centros distritais do ISS, I. P., e instituições particulares de solidariedade social ou outras entidades, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, para fins de solidariedade social.

No Repositório da Universidade dos Açores, foi consultado o estudo de pesquisa conduzido por Andreia Figueiredo (2013) sobre os "Beneficiários de Rendimento Social de Inserção e sua autonomização/inserção no mercado de trabalho". Nesse trabalho, a autora enfatiza a importância de um esforço conjunto entre os beneficiários de RSI, suas famílias, grupos sociais e instituições para ajudar a combater as desigualdades sociais e implementar medidas de inclusão que permitam que as pessoas exerçam sua cidadania.

No Repositório Aberto da Universidade do Porto, encontramos o estudo desenvolvido por Maria Carolina Dias (2010), o qual aborda de forma superficial o acompanhamento dos representantes públicos e privados nos processos do RSI, da responsabilidade dos Núcleos Locais de Inserção. A autora ressalta que, no contexto do RSI, é essencial enfatizar a natureza multidimensional dos desafios identificados. Enfatiza a importância de um trabalho colaborativo e discute a formalização da "Rede Social em Portugal", estabelecida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 como uma ferramenta para envolver as instituições locais na luta contra a pobreza e exclusão social. Na sua visão, a pobreza e a exclusão social são fenômenos que afetam a todos, e é preciso trabalhar em conjunto para combatê-los, o que é amplamente aceite. Por fim, sugere que é preciso reconhecer o verdadeiro potencial que a Rede Social trouxe para as políticas sociais, devido à própria complexidade dessas parcerias.

Ao abordarmos o Repositório da Universidade Lusófona, encontramos o estudo de Dora Soeiro (2017), intitulado "Articulações dos planos de ação individual e familiar das crianças beneficiárias do RSI". A autora foca a discussão nas instituições parceiras e apresenta uma entrevista com um profissional de serviço social. Aponta a "ausência de um genuíno sentimento de parceria e solidariedade entre as instituições locais" como um dos obstáculos a superar no processo de intervenção com as famílias beneficiárias do RSI.

No Repositório da Universidade de Lisboa, Cecília Cavalheiro (2015) situa a medida do RSI com base na coletivização de responsabilidades, em que as ações e os mecanismos de inserção devem ser discutidos entre os representantes públicos e privados, membros da rede de entidades coletivas.

No repositório do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa o estudo sobre o efeito da transferência da responsabilidade de acompanhamento social das famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção para a Instituição Particular de Solidariedade de Lídia Monteiro (2012) menciona que a delegação de responsabilidades para I.P.S.S. é vista de forma positiva. Leva em consideração, entre outras coisas, que alivia a Segurança Social de algumas limitações no serviço. A autora conduz a pesquisa do ponto de vista dos beneficiários.

Uma das mudanças mais recentes na aplicação do RSI diz respeito ao Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que efetiva a transferência de responsabilidades do RSI/NLI para as autarquias no que diz respeito à administração da inclusão social e comunitária dos beneficiários para as autarquias. No entanto, o documento também não aborda em profundidade as orientações práticas relacionadas com à operacionalização do modelo de parceria.

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento da investigação sobre a relação do RSI/NLI com a organização em parceria, foram consultados portais de várias autarquias à procura de informações sobre a forma como a colaboração é operacionalizada. Foram encontrados alguns dados sobre o tema abordado em documentos como: O regimento Interno ou o relatório anual. Contudo, nenhum destes documentos fornece orientações as diretrizes sobre como implementar a parceria na prática. Apesar de buscar incentivar este modelo de organização e intervenção social.

Tabela 4 Informações divulgadas sobre articulação entre setores pelas autarquias municipais referentes ao NLI

Câmara Municipal	Funções Núcleo Local de Inserção Social
Almada	Considera ser uma estrutura operativa de composição pulissetorial.
Amadora	Regulamento Interno: priorização da intervenção articulada para que possa compatibilizar o mais adequadamente possível os recursos existentes na comunidade.

Cascais	Relatório do Plano de Ação (2019): ações articuladas entre os setores parceiros através da realização de encontros de promoção do espírito de equipa e bem-estar no âmbito da qualificação; mobilização de novas entidades parceiras; participação no fórum municipal contra violência doméstica; participação no plano do concelho de integração de pessoas sem-abrigo; sessão informativa sobre saúde pública, promoções dos direitos das crianças; esclarecimento sobre medida de emprego e formação.
Porto	Regulamento Interno: o NLI é constituído por representantes das autarquias e das entidades públicas, igualmente, outras entidades públicas que trabalhem matérias de justiça ou migrações.
Setúbal	Objetivo: i) Co-responsabilizar e envolver as entidades parceiras; ii) Rentabilizar recursos da comunidade local.
Santa Maria da Feira	Relatório de avaliação de 2018: não houve participação por parte do setor da educação (nada participativo), ao passo que os demais parceiros obrigatórios e as IPSS foram muito participativos. Participação em outras representações (CLAS e Rede Social). Há articulação com programas comunitários e projetos específicos. Dificuldade: ausência de capacidade de decisão por parte dos representantes das entidades parceiras. A elaboração da avaliação dos níveis de execução e eficácia dos programas de inserção de forma sistemática e o envolvimento dos parceiros. O objetivo é rentabilizar os recursos existentes, eliminar a sobreposição de intervenções, estimular a participação ativa e o trabalho em rede são essenciais para o envolvimento de todas as instituições e coletividades. Os custos financeiros e materiais são assegurados por todos os parceiros, através de campanhas de angariação de produtos. O orçamento para a execução do programa "Mercearia Social" é integrado, sendo os custos financeiros e materiais assegurados por todos os parceiros.

Nazaré	NLI: estrutura operativa de composição plurissetorial é um espaço privilegiado de reflexão sobre a prática a nível territorial e sobre o conhecimento efetivo dos recursos existentes, constituindo um contributo importante para o diagnóstico da Rede Social. Adota uma metodologia de trabalho em parceria, quando necessário, e constituição de grupos de trabalho com a participação de outras entidades e/ou pessoas de reconhecida capacidade técnico-profissional. Pode celebrar protocolos específicos com Instituições Particulares de Solidariedade Social ou entidades equiparadas que prossigam idêntico fim.
Mangualde	Conjunto de profissionais de diferentes áreas de intervenção que representam os vários setores da administração pública. Tal como outras entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, contribuem para o diagnóstico da rede social através da prática a nível territorial e do conhecimento efetivo dos recursos e das necessidades reais da população. Tem o papel de avaliar, em articulação com o Conselho Local de Ação Social (CLAS) do Programa da Rede Social, os recursos e os meios existentes na comunidade.
Golegã	Objetivo do NLI: promover, quando necessário, a constituição de grupos de trabalho com a participação de outras entidades e/ou pessoas com reconhecida capacidade técnico-profissional; adotar uma metodologia de trabalho em parceria, tendo como referência o capital humano da comunidade e os seus serviços e recursos naturais, de modo a facilitar o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a resolução de problemas entre os parceiros do NLI, que trabalham de forma articulada para conceber intervenções concertadas.
Mafra	O NLI é composto por vários parceiros sociais.

Figueira da Foz	São funções de cada entidade que integra o NLI colaborar com os restantes membros na execução dos objetivos propostos, disponibilizar recursos na medida das suas disponibilidades para participar e auxiliar o trabalho desenvolvido pelo NLI, preparar e disponibilizar elementos e informações, juntando propostas tidas por adequadas.
Valença	São funções de cada entidade aderente do NLI, através do seu representante: - Colaborar com os restantes membros na execução dos objetivos propostos; - Disponibilizar recursos para participar e auxiliar o trabalho desenvolvido pelo núcleo. Compete ao representante de cada setor acompanhar o desenvolvimento das ações previstas no programa de inserção que se enquadrem na respetiva área de intervenção, nomeadamente assegurando a transmissão de informação ao NLI, bem como a articulação com outras entidades. O NLI deverá ainda articular com o Conselho Local de Ação Social do programa da Rede Social.
Pedrógão Grande	Regularmente Interno: Art.º 2. Missão: reflexão coletiva em torno de questões pessoais e de desenvolvimento local, num espaço privilegiado de discussão sobre a prática a nível territorial e o conhecimento efetivo dos recursos existentes. Contribui para o diagnóstico da rede social, adota a metodologia em parceria, facilita o desenvolvimento de estratégias inovadoras e, consequentemente, valoriza o desenvolvimento local. Deverá articular-se com o CLAS, com vista ao desenvolvimento de respostas territorializadas de prevenção e minimização de problemas sociais.
Moura	Promover a participação ativa de todos os intervenientes

Elaboração: própria

Cristina Cachapa (2021) afirma que o papel do NLI é relevante na dinamização e sensibilização das comunidades e dos agentes sociais para a partilha das responsabilidades de inserção social e económica. No entanto, refere também que a participação dos diferentes intervenientes que integram o NLI parece não ser efetiva, traduzindo-se numa menor responsabilização com reflexos

menos positivos na consolidação do trabalho em rede e na pouca efetividade das oportunidades de inserção/integração dos beneficiários da política (Cachapa 2021).

Além disso, verifica-se que o NLI funciona de forma "restrita/insatisfatória" no que se refere à participação dos parceiros (trabalho em rede) e que o funcionamento constitui uma mera formalidade legal, sem exercer um papel ativo na criação de estratégias que promovam uma ação coletiva na intervenção realizada.

Por último, Maria Pato (2011) destaca um aspeto interessante das conclusões do estudo realizado sobre o RSI, ao sublinhar a relevância da dimensão da investigação a ser operacionalizada no âmbito do NLI. Segundo a autora, ao operacionalizar o RSI, é imprescindível constituir equipas de investigação no terreno para identificar falhas na aplicação da medida, determinar os elementos comuns aos casos de sucesso e identificar os principais fatores que causam atrasos na prestação.

CAPÍTULO 3 CONCEITO DE PARCERIAS: INTERDISCIPLINAR, INTERPROFISSIONAL, PLURISSETORIAL E INTERSETORIAL

O objetivo deste capítulo é descrever a característica conceitual do objeto de estudo. Para esclarecer o conceito, são destacadas as principais diferenças em relação aos termos "parceria interprofissional", "parceria interdisciplinar", "parceria plurissetorial" e "parceria intersetorial".

Segundo Marina Oliveira (2022) a parceria envolve, acima de tudo, relações sociais e pessoais. No mundo das iniciativas sociais, as parcerias ocorrem entre pessoas que, por diferentes motivos, reconhecem a necessidade de procurar outra (s) pessoa (s) para realizar determinada ação (seja produzir um produto, prestar um serviço ou executar um projeto), pois sabem que, sozinhas, não conseguem realizar tal ação como desejam.

Para Rute Santos (2016) no âmbito das políticas sociais, as parcerias representam uma nova forma de coordenação do bem-estar social por parte do Estado. Estas parcerias contribuem para a governação, na medida em que têm como objetivo identificar os problemas e as aspirações das populações de um determinado território.

O "Guia de Mobilizações de Parceria" (2021) destaca os benefícios de formar alianças bem estruturadas, que envolvem a troca de conhecimentos, a ampliação das competências técnicas, a incorporação de novas tecnologias e o acesso a um maior número de profissionais. Além de reduzir as distâncias entre as esferas e fortalece o diálogo e a criação de canais para compartilhar experiências, incentivados pelo compromisso e pela co-responsabilização entre os diferentes setores e atores sociais. Ajuda a economizar recursos e valorizar os recursos existentes, permitindo a execução de projetos que antes eram inacessíveis.

Pedro Hespanha (2008) escreve que as parcerias resultam da incapacidade das políticas sociais do Estado em resolverem adequadamente os problemas da pobreza e da exclusão, dada a mutabilidade e a expressão dos problemas. Por conseguinte, é necessária uma intervenção que integre todos os atores coletivos com competências específicas, tanto públicas como privadas.

3.1 Características da Parceria Interdisciplinar

Na década de 1970, diversas correntes teóricas surgiram no campo da educação, focadas no sentido epistemológico do termo interdisciplinaridade. Em busca de uma definição, de uma descrição terminológica. E emergiram diversas perspetivas sobre o assunto, incluindo os conceitos de multidisciplinaridade, transdisciplinaridade e pluridisciplinaridade.

De acordo com Ivani Fazenda (2008) a ideia de interdisciplinaridade está diretamente relacionada ao conceito de disciplina. Alega que é um processo unificador que conecta uma totalidade formada pela unidade das partes integrantes, visando um único objetivo e que na formação profissional, são necessárias habilidades relacionadas tanto às modalidades de intervenção demandadas quanto às condições que favorecem sua melhor execução. Exige a integração de

diversos conhecimentos disciplinares. Compreende-se por saberes disciplinares a interação dinâmica, sem linearidade ou hierarquização que subjugue os profissionais envolvidos, entre os saberes da experiência, técnicos e teóricos.

Marílida Pires (1988) destaca que uma das questões a ser debatida é a distinção fundamental entre os conceitos de disciplinaridade, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. É necessário distinguir conceitualmente as diferenças entre eles. A noção de integração e totalidade que, à primeira vista, atravessa esses conceitos possui referenciais teórico-filosóficos distintos e irreconciliáveis.

Maria Minayo (2010) buscou esclarecer as diferenças entre os conceitos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade e transdisciplinaridade mediante a diversidade de conceito em volta do conceito de disciplina. A multidisciplinaridade constitui a justaposição de disciplinas, cada uma com suas teorias e metodologias próprias, cada uma no seu quadrado. Ou seja, consiste numa justaposição de disciplinas, em que cada uma tem as suas teorias e metodologias específicas e atua no seu domínio particular.

A interdisciplinaridade constitui uma articulação de várias disciplinas em que o foco é o objeto, o problema ou o tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área só. É um processo de integração de várias disciplinas com objetos comum. Representa um avanço em relação à multidisciplinaridade, na medida em que reconhece a importância da articulação não apenas através da atuação em espaços comuns, mas sobretudo de forma integrada e com objetivos comuns. Não configura uma teoria ou um método novo: ela é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicação temas complexos.

Quanto a transdisciplinaridade, a autora diz não gostar das utilizações que são utilizadas sobre o conceito. Entretanto, diz ser o resultado da capacidade que nós temos de ultrapassar as fronteiras das disciplinas pelo investimento articulado e a contribuição das diferentes disciplinas em jogo num processo de investigação que inclui articulação de teorias e conceitos, métodos e técnicas e, não menos importante, do diálogo entre pessoas.

De acordo com Helena Martins (2011) a interdisciplinaridade consiste na interação de diferentes especialidades teóricas no estudo de um problema específico, com vista à articulação de duas ou mais disciplinas, tendo por princípio o respeito pela heterogeneidade entre esses saberes.

3.2. Características da Parceria Interprofissional

Mónica Batista (2015) relata que a ideia de interprofissionalidade apareceu no contexto internacional na década de 1970. Período em que se debateu e expandiu a noção de saúde e doença. Quando a saúde deixa de ser percebida apenas como a ausência de doenças e passa a ser vista como um estado de bem-estar mental, social e físico. Representa uma nova forma de entender a realidade e os problemas sociais, bem como a disposição dos diversos grupos envolvidos nas políticas para

expandir as oportunidades de participação, negociação, compartilhamento de poder e abertura para o diálogo. Envolve processos sociais, organizacionais/operacionais e políticos, com foco na colaboração e na troca de recursos diversos.

Na área da saúde, o conceito de interprofissionalidade é um tema bastante estudado. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera uma abordagem inovadora na implementação de políticas e programas e publicou o "Marco para a Ação em Educação Interprofissional e Colaborativa" em 2010 e inclui um manual com orientações e estratégias para apoiar a educação interprofissional e as práticas colaborativas. O documento apresenta diversas dimensões de intervenção que podem guiar os gestores e profissionais encarregados da implementação das políticas.

Segundo o manual “Marco para Ação em Educação Interprofissional e Colaborativa” (2010) a educação interprofissional contribui para que os profissionais estejam mais bem preparados para responder às necessidades locais, capacita-os para realizarem trabalho colaborativo, abrange as práticas de apoio e as decisões sobre a necessidade de mudanças culturais e a aprovação de legislação adequada a esta prática. É considerada como algo mais do que um simples encontro entre profissionais que desempenham um determinado trabalho.

Acontece quando diversas profissões aprendem umas com as outras e estabelecem uma prática colaborativa com metas compartilhadas e resultados eficazes, exibindo mecanismos que definem a cooperação entre os profissionais:

I. Mecanismos de apoio institucional: como modelos de governação, protocolos estruturados, recursos operacionais partilhados, políticas de pessoal e práticas de gestão de apoio;
II. Mecanismos de cultura de trabalho: como estratégias de comunicação, políticas para resolução de conflitos e processos para tomada de decisões partilhada;
III. Mecanismos de ambiente: como espaços construídos, instalações e projeto do espaço.

A interprofissionalidade visa enriquecer os conhecimentos por meio de uma ação técnica instrumental e superar as divergências no exercício técnico individual de cada profissão quando os profissionais atuam em equipa. Desafia a abordagem profissional convencional ao gerar novos saberes por meio da colaboração de diversos profissionais interessados em solucionar problemas compartilhados.

Marina Peduzzi (2013) elabora uma análise teórica acerca das distinções entre interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Segundo a autora, a prática profissional é o espaço onde ocorre a interprofissionalidade e se desenvolve o trabalho em equipa, enquanto a interdisciplinaridade se manifesta no âmbito das disciplinas, ciências ou áreas do conhecimento.

A autora enfatiza a relevância da educação interprofissional na formação de profissionais qualificados ressaltam a importância da interdisciplinaridade. Isso permite que os profissionais

desenvolvam práticas interprofissionais, sendo a comunicação eficaz um dos aspetos mais importantes para a colaboração interprofissional.

Segundo Marcelo Viana (2017) o conceito de interprofissionalidade é um debate que tem vindo a ser levantado em todo o mundo, na medida em que se reconhece que, no âmbito das políticas, nomeadamente no domínio da saúde, os trabalhos desenvolvidos com base numa perspetiva uniprofissional se encontram esgotados. Segundo o autor, para compreendermos o sentido da interprofissionalidade é necessário superar o equívoco conceitual que a confunde com o conceito de interdisciplinaridade.

No que diz respeito ao sentido epistemológico, Ricardo Ceccim (2018) aprofunda as pesquisas sobre os conceitos de interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Segundo o autor, ao abordarmos o conceito de interdisciplinaridade, a palavra "disciplina" passa a representar um recorte da ciência e da técnica. No que diz respeito à interprofissionalidade, a intervenção se concentra na "profissão", entendida como um ofício. Enquanto a interdisciplinaridade busca a criação de novos conhecimentos, a interprofissionalidade foca no desenvolvimento de competências ocupacionais. A disciplina representa um campo de conhecimento, enquanto a profissão é uma qualificação para o desempenho de uma atividade. Nos saberes interdisciplinares estão incluídos conhecimentos provenientes de várias ciências, conhecimentos populares e conhecimentos tácitos. Nas competências interprofissionais, estão as habilidades sistematizadas em profissões e os fazeres organizados em aptidões profissionais.

Para o autor a zona “inter”, entre duas ou mais profissões, é a zona daquilo que há de comum entre elas ou aquele ponto de indiscernibilidade para o qual convergem os elementos de um mesmo campo do saber, desde o qual nascem as práticas de um fazer profissionalizado. Poderíamos chamar de “competências profissionais” aquelas práticas de um saber “comum de dois”, evitando-se sugerir a separação ou a enunciação de uma terceira ocupação profissional a distinguir-se das primeiras cada vez que se conhece o “comum”.

Outras características peculiares e significativas dos conceitos de interdisciplinaridade e interprofissionalidade podem ser descritas das seguintes formas:

I) A interdisciplinaridade situa-se na relação intelectual, na formação e nas mudanças no campo do conhecimento. Através da integração de diferentes áreas disciplinares é realizada uma ação conjunta que visa superar os conhecimentos existentes, explorar e produzir novas possibilidades;

II) A interprofissionalidade tem como objetivo melhorar a qualidade do trabalho dos profissionais e a qualidade dos serviços prestados na esfera prática em que o trabalho é realizado. Trata-se de um processo colaborativo de equilíbrio de poder, integrativo, no qual os profissionais partilham objetivos comuns e reconhecem o papel de cada um. Consiste num encontro entre

profissionais de diferentes áreas que estão dispostos a aprender uns com os outros, tendo como objetivo melhorar a qualidade da intervenção de um determinado serviço, de forma comunicativa e interativa.

3.3. Características da Parceria Plurissetorial

De acordo com o dicionário de Aurélio Ferreira (2010) o termo plurissetorial designa algo que engloba diversos setores. Contudo, não define o tipo de vínculo que os representantes desses setores devem estabelecer. Simplesmente retrata uma circunstância em que ocorre um encontro entre indivíduos.

No contexto das políticas sociais em Portugal, o termo "plurissetorial" é comumente empregado em documentos legais para designar uma reunião que envolve várias áreas e entidades. O Regulamento n.º 898/2023, no artigo 1.º, menciona o NLI como uma estrutura operativa local de composição plurissetorial que tem como objetivo garantir a execução da medida do Rendimento Social de Inserção. Contudo, o documento não oferece mais informações sobre as intervenções plurissetoriais.

Ao buscarmos nos repositórios das universidades de Portugal estudos ou publicações de artigos sobre o assunto da plurissetorialidade, constatamos que, no que diz respeito ao conceito teórico, é um tema bastante raro enquanto categoria analítica.

Entretanto, as informações encontradas sobre o tema plurissetorialidade surgem simultaneamente em estudos e publicações realizadas sobre o tema da parceria intersetorial, posicionando a plurissetorialidade como uma abordagem menos eficiente do que a intersetorialidade, uma vez que esta última envolve a integração entre setores para abordar situações específicas de cada serviço.

Segundo Ornelas e Teixeira (2015) a plurissetorialidade concebe os setores como fatias que não interagem entre si, produzindo resultados não muito diferentes dos que seriam obtidos se os setores funcionassem de forma puramente isolada.

3.4. Características da Parceria Intersetorial

Para Luciano Junqueira (2000) a análise dos problemas de nossa época nos leva cada vez mais a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas que precisam ser compreendidos sistemicamente, pois são interligados e interdependentes. Isso remete para a necessidade de reconhecermos que vivemos em um mundo em mudança, cuja perceção demanda uma nova maneira de pensar.

Neste contexto, a intersetorialidade é um conceito de pesquisa e um assunto de discussão no campo das políticas sociais, sendo tratado sob diversas perspetivas. Nesta pesquisa, o tema foi abordado a partir de quatro eixos dimensionais: a dimensão conceitual, a dimensão metodológica técnico- operacional, a dimensão comunicacional e a dimensão investigativa.

3.4.1. Dimensão Conceitual

Liliana Amaral (2015) considera que é uma responsabilidade coletiva combater as causas da pobreza e da desigualdade social. A intersetorialidade é vista como um novo método para criar políticas sociais, rompendo com a mentalidade isolacionista e fragmentada que leva ao paralelismo de ações burocráticas e endógenas dos departamentos públicos.

Segundo Luciano Junqueria (1998, p. 38) as estruturas organizacionais ainda se apresentam, em geral, com um formato piramidal, composto de vários escalões hierárquicos e departamentalizadas setorialmente por disciplinas ou áreas de especialização. A essas características soma-se um conjunto de práticas de organização do trabalho, como: centralização decisória, planejamento normativo, dicotomia entre planeamento e execução (planos de papel), sigilo e ocultação de informações, formalização excessiva (grande produção de papéis que circulam em rotas horizontais e verticais, para receberem, no mais das vezes, meros encaminhamentos) e distanciamento do cidadão e mesmo do usuário, dificultando o controlo social.

Segundo Luciano Junqueria (1998) nesta perspetiva, os governos devem buscar novos modelos de paradigmas de organização e a intersetorialidade é posta como modelo por propiciar a introdução de práticas de planejamento e avaliação participativas e integradas, na perspetiva situacional, de compartilhamento de informações e de permeabilização ao controle social.

Luciano Junqueira (2000) descreve também que este modelo de organização deve ser um modelo que integra conceitos de integração, território, equidade e direitos sociais. Trata-se de uma abordagem inovadora para os problemas sociais, uma vez que, de forma tradicional, cada política social propõe uma solução específica, sem levar em conta o cidadão como um todo nem a atuação das demais políticas sociais, que também visam melhorar a qualidade de vida.

Bellini e Faler (2014) compreendem que a rutura com formas fragmentadas e setorializadas, desde que assumidas pelos gestores e executores, tem o poder de promover, criar e editar ações concretas no sentido da intersetorialidade. O reconhecimento das ações intersetoriais é concebido como resistência à compartimentação e tem o potencial de prevenir e responsabilizar as políticas e os setores, através dos seus agentes, por permitirem a definição de competências e responsabilidades, maximizando a prestação de cuidados integrais aos cidadãos por meio das políticas sociais.

Sousa e Araújo (2022) expressam a intersetorialidade como uma articulação entre as políticas públicas, através do desenvolvimento de ações conjuntas independentemente do nível de atenção e deve dedicar-se ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. É concebida como uma estratégia de gestão que visa a criação de interfaces entre setores e instituições governamentais e não-governamentais, com o objetivo de enfrentar problemas sociais complexos que ultrapassam a competência de um só setor de governo ou área de política pública.

Segundo Souza e Araújo (2021) a intersetorialidade não se restringe à justaposição de projetos formulados e realizados setorialmente; pelo contrário, compreende um processo de planeamento participativo que abrange as fases de análise da situação, escolha de estratégias e operacionalização, destacando a importância da integração com a comunidade para identificar criticamente as necessidades.

Zelimar Bidarra (2009) entende que, dado que a realidade social é constituída por aspetos multidimensionais, nenhuma ação isolada tem a capacidade de abranger e esgotar a variedade desses aspetos. A importância da ação intersetorial está no facto de investir numa lógica que considera o cidadão, investir num aprendizado sobre como lidar com as tensões produzidas quando se têm diferentes setores e intervenientes com diferentes conceções de mundo, tendo de negociar uma resposta partilhada para os problemas que lhes são comuns".

Para a autora, agir na perspetiva da intersetorialidade significa ter a capacidade de partilhar responsabilidades e organizar as tarefas necessárias à realização de uma atividade, para a qual é necessário o compromisso de todos os intervenientes. Consiste em facilitar o diálogo interdisciplinar e transversal entre domínios de conhecimentos. É necessário projetar uma intervenção sobre determinados aspetos da realidade social a partir da ideia de redes (Bidarra, 2009).

O conceito de intersetorialidade envolve a ação prática por meio de uma nova abordagem de organização e intervenção em rede, na qual a colaboração entre os setores deve ser compartilhada por meio de responsabilidades e tarefas essenciais, exigindo o comprometimento de todos os participantes. Tanto nas discussões coletivas quanto nas decisões e intervenções contínuas. Por ser uma abordagem recente, exige uma nova consciência e uma atitude criativa e inovadora na articulação de estratégias, metodologias e ferramentas de trabalho.

No entanto, implementar na prática o modelo de parceria intersetorial é algo bastante complexo. Luciano Junqueira (2000) afirma que modificar a articulação dos diversos segmentos da organização governamental e de seus interesses deve levar a mudanças nas práticas e na cultura das organizações responsáveis pelas políticas sociais. Trata-se de um processo que apresenta riscos devido às resistências esperadas de grupos com interesses específicos. A coragem para mudar exigirá a colaboração de todos que buscam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, tanto no âmbito público quanto fora dele.

3.4.2. Dimensão Metodológica Técnico-Operacional

Este item abrange o processo de sistematização de um conjunto de estratégias metodológicas e técnicas-operacionais, identificadas diretamente e indiretamente em textos publicados sobre o tema da parceria intersetorial que podem ser aplicadas na prática colaborativa.

Ao examinar o artigo de Najara Garajau (2013) sobre a intersetorialidade como estratégia de gestão social, foi possível identificar e desmembrar alguns aspetos relevantes nos atributos

funcionais que podem contribuir para a eficácia do modelo de intervenção. Esses aspetos incluem a readequação dos serviços e o envolvimento dos indivíduos, a formulação conjunta e pactuada, o diálogo, o trabalho simultâneo e os resultados integrados, a criação de mecanismos de implementação, o nível de controlo dos recursos pelos gestores e o investimento no caráter democrático.

Além dos participantes terem conhecimento dos seguintes sentidos: responsabilidade, interdependência, conhecimento sobre a rede de atenção, complementariedade, compartilhamento, partilha, parceria, articulação, participação, diálogo, esforço, trabalho em rede e integração em torno de interesses comuns, envolvimento, articulação, cooperativismo, interface e conexão.

Para a autora, há três dimensões no propósito de efetivação da intersetorialidade que dizem respeito à forma como são desenvolvidas ações e instrumentos técnicos entre o grupo de representantes dos setores no processo de ação:

I. O diagnóstico ou o mapeamento da rede, que permite o desenvolvimento de um conhecimento transversal dos possíveis intervenientes no processo de implementação da intersetorialidade, servindo de base para um planeamento integrado e articulado;
II. A articulação, a partir do conhecimento desenvolvido no diagnóstico e no mapeamento da rede, onde devem ser estabelecidos contatos e estreitadas relações, visando obter apoio para projetar ações comuns, definir possibilidades de intervenção e diálogo e pactuar funções e diretrizes;
III. Objetividade no planeamento integrado e atividades continuadas com os intervenientes no desenvolvimento da ação em si, na procura de efetivar ações integradas, com base na obtenção de conhecimentos e informações sobre os serviços disponíveis no território.

Leonidas Silva (2012) ao tratar do tema diagnóstico socioterritorial defende que não basta recolher dados sobre a situação social, económica, cultural e ambiental dos cidadãos e do município, através de variáveis e indicadores; é também necessário elaborar um mapeamento referenciado da rede. É no território onde se encontram as dinâmicas sociais, muitas vezes correlacionadas a incidências de vulnerabilidades sociais e risco, fazendo dele o campo de atuação da proteção social, que se dá o enfrentamento dessas expressões e onde se faz necessária a aplicação de métodos e estratégias de desvelamento da realidade, de formas sistemática e contínua, para que haja um processo de delimitação das problemáticas locais, afim que às equipas possam atuar junto as demandas.

Para o diagnóstico socioinstitucional, como estratégia de inclusão social, é preciso reunir informações sobre os equipamentos sociais presentes na área de intervenção. Isso permitirá que a

sociedade seja referenciada com base nas necessidades sociais coletivamente refletidas a partir das condições e realidades de vida apresentadas.

A partir da análise desenvolvida do livro "Intersetorialidade Múltiplos Olhares" elaborado com intuito de contribuir para a efetivação de políticas públicas e sociais, considerando-o um contexto de grandes esperanças e resultado de lutas contra as desigualdades sociais, especialmente a pobreza, foi possível identificar um conjunto de estratégias que podem ser aplicadas na prática, tais como:

I. Castro e Penido (2022) sobre as “Ações intersetoriais como Enfrentamento da Complexidade na Saúde Coletiva” foi possível copilar as seguintes estratégias: necessidades dos setores de abordar *premissa conceitual* padronizada sobre o conceito de intersetorialidade; enquanto *caráter politico*, que os setores procurem desenvolver ações integrais, enquanto *natureza técnica*, utilizar as diferenças de forma produtiva de modo a resolver os problemas sociais, incluir o debate sobre a intersetorialidade no nível de formulação das políticas, autonomia dos agentes sociais, mudanças no processo de trabalho, beneficiar-se da interdisciplinaridade. Constituir espaços de discussão e troca de saberes com vista a continuidade dos debates. Contemplar a comunidade como elemento fundamental.
II. Vitor Gomes (2022) em “Ensaio Sobre uma Intersetorialidade Transdisciplinar”, destacou-se: associar ao trabalho de múltiplas visões uma visão holística sobre o indivíduo, negação ao trabalho fragmentado, captar dados sobre os usuários fornecidos por diferentes setores, desconstrução do pensamento de que determinados fenómenos são específicos de disseção setoriais.
III. No artigo “Intersetorialidade nas Políticas Públicas de Saúde, Assistência Social e Educação”, Quintanilha & Wandekoken (2022) podemos pontuar a criação de uma rede composta por serviços, instituições e população de uma determinada região, realização de assinatura de protocolos intersetoriais para viabilização de financiamento de serviços comuns entre os setores, levantamento de discussões sobre os desafios de implementação da intersetorialidade.
IV. Souza e Araujo (2021) em “Intersetorialidade Entre as Políticas de Saúde e Assistência Social” o foco estratégico recai sobre o planeamento participativo (fases de análise, escolha de estratégias e operacionalização). Porém, faz-se necessário acrescentar neste processo a importância das fases de monitoramento e avaliação. A importância de definir objetivos e metas.

Sousa e Araújo (2021) a intersetorialdiade não se restinge à justaposição de projetos formulados e realizados setorialmente; pelo contrário, compreende-se um processo de planeamento participativo que abrange as fases de análise da situação, escolhas de estratégias e

operacionalização. Ou seja, não faz apenas com o diálogo ou o trabalho simultâneo dos intervenientes, mas sim com a procura de resultados integrados através da articulação de saberes e experiências.

Segundo Silveira e Araújo (2022) a intersetorialidade está associada à ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros e interdependência de serviços interdisciplinares. Na prática, espera-se a incorporação dos modelos envolvidos na execução das políticas, nomeadamente: a criação de grupos de discussão nos serviços, a criação de fluxos e rotinas de trabalhos integrados, a criação de parcerias entre profissionais de diferentes políticas e a criação de protocolos e modelos integrados de avaliação.

Silveira e Araujo (2022) apontam a importância da criação de uma agenda compartilhada de responsabilidade técnica, gerencial e financeira. A criação de câmaras técnicas, fóruns de gestores, grupos de trabalho, protocolos e modelos integrados de avaliação e interdependência entre os setores. Ações educativas, palestras, desenvolvimento de campanhas com temas específicos, reuniões com equipas que fazem parte da rede de atenção, conhecimento da territorialidade no que diz respeito as fragilidades e potencialidades.

Rose Inojosa (2015) considera que a intersetorialidade implica a articulação de saberes e experiências interdisciplinares entre diferentes setores, no âmbito das estratégias de planeamento, execução, monitorização e avaliação de políticas, programas e projetos, com vista a alcançar resultados sinérgicos em situações complexas. Para a autora, a intersetorialidade deve ser discutida a partir dos seguintes aspetos:

I. A mudança de paradigma, que parte da reforma do pensamento, com foco na complexidade, na compreensão da diversidade e, sem dúvida, na questão da comunicação entre partes diferentes;
II. Num novo projeto político para políticas públicas transformadoras que rompam com o modelo tradicional, piramidal e fragmentado das corporações assistencialistas;
III. Na avaliação participativa no âmbito da organização interna do governo, com discussões orçamentais permanentes que comecem com a análise da situação e das escolhas estratégicas, integrando vários setores da sociedade nesta discussão;
IV. Numa rede de compromisso social com base territorial e populacional, para superar a adoção do planeamento setorial do aparato do Estado.

Para que a intervenção intersetorial esteja pautada nestes princípios, é necessário que os profissionais estejam capacitados para tal, dado que as várias propostas de rutura com intervenções sociais que foram culturalmente organizadas através de práticas tradicionalmente setorizadas não podem ser ignoradas.

Segundo Marco Akerman (2024) uma gestão comprometida com o desenvolvimento de práticas intersetoriais requer equipas de gestão e técnicas comprometidas, bem como a partilha de responsabilidades nos processos de planeamento, monitorização e avaliação das ações intersetoriais.

Tabela 5 Recomendações Relacionadas com os Atores da Intersetorialidade, suas Conexões e Alianças Estratégicas:

Recomendações
Levar em conta o engajamento, o protagonismo cidadão e a co-criação nos processos de mudança.
Promover a articulação que cria e mantém conexões entre diferentes instituições a partir do seu funcionamento, dinâmicas e do papel de cada uma delas.
Coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns.
Envolver a sociedade civil para aumentar a "vida útil" de algumas políticas públicas importantes que fiquem a mercê de mudanças na gestão (guardiões).
Construir alianças estratégicas entre o poder público, profissionais, sociedade civil, instituições diversas e setor privado.
Considerar que as práticas são apoiadas por saberes, conhecimentos, que se integram, que exige um olhar transversal e interdisciplinar.
Considerar as disputas de poder alicerçadas em saberes fragmentados, previamente constituídos.
Incentivar alianças intersetoriais para definir as diretrizes nas articulações.
Otimizar e/ou criar processos formativos interdisciplinares.

Elaboração: Marco Akerman (2024)

Marco Akerman (2024) implica que cabe às iniciativas intersetoriais ampliar a participação dos sujeitos, de modo a estruturarem, de forma compartilhada e colaborativa, ações, serviços e programas que promovam a equidade e produzam mudanças positivas nas condições de vida das pessoas. O autor apresenta o seguinte quadro de recomendações metodológicas:

Tabela 6 Recomendações sobre a Participação e Espaços de Diálogo Intersetorial

Recomendações
Estruturar ações, serviços e programas de forma compartilhada com definição de co-responsabilidade.
Instituir espaços de diálogos intersetoriais e interinstitucionais efetivos e afetivos (mesas de diálogo, comités).

Fomentar a construção de redes de proteção social nos territórios.
Considerar a integralidade nas políticas de proteção social de combate à desigualdade com medidas estruturantes.
Considerar os diferentes territórios das cidades na estruturação e organização das políticas sociais, sejam administrativos, regionais, ou de uma unidade de atenção e de proteção social.
Considerar as vulnerabilidades, as potencialidades e as multiculturalidades dos territórios, resgatar o pertencimento, a ancestralidade.
Criar programas indutores (emprego e renda, moradia) com parceiros públicos e privados.
Instituir políticas de comunicação intersetoriais e promotoras da saúde.
Incentivar a educação mediática (consciência mediática, formativa e informativa) como antídoto à desinformação.

Elaboração: Marco Akerman (2024)

É importante salientar que existem diferentes modelos de ação em parceria implementados através do trabalho colaborativo. Á forma de os pôr em prática está, na maioria dos casos, relacionada com a ideologia absorvida durante experiência pessoal de vida e formação profissional, bem como, com o contexto político em que os profissionais estão inseridos.

Neste sentido, é reforçada a proposta de prosseguir com as formações necessárias sobre o tema intersetorial. Formações no contexto académico, capacitações realizadas com as equipas que implementam este modelo de gestão e intervenção nas políticas sociais e formação comunitária. Segundo Guimarães e Orth (2014) a formação no âmbito da intersetorialidade é um dos desafios a enfrentar.

Num estudo realizado com profissionais que atuam numa vertente intersetorial, foi constatado que a sua qualificação profissional é ineficaz para o desenvolvimento da atividade em questão, verificando-se, muitas vezes, um profundo desconhecimento sobre a própria política em que atuam. A oferta de curso de formação é, por isso, primordial.

Bellini e Faler (2014) consideram que o investimento na formação e qualificação profissional, a criação de estratégias para capacitar gestores e trabalhadores das diferentes políticas e o planeamento, que possibilitem uma intervenção junto da realidade, de modo a potenciar as políticas sociais e as ações intersetoriais, tendo como produto final a garantia dos direitos sociais, deve ser criado através de estratégias urgentes que concretizem as ações intersetoriais.

3.4.3. Dimensão Comunicação

Para formar parcerias intersectoriais é preciso criar conexões que fortaleçam as relações no território. Trata-se de um procedimento que envolve representantes de setores que trabalham em

espaços diferentes todos os dias, sendo imprescindível o uso de estratégias de comunicação para fomentar a integração.

Segundo Marco Akerman (2014) a hipótese comunicacional poderia ser traduzida como um "dilema intersetorial". Se há "comunicação imperfeita" entre políticas/atores, esta talvez exista também na interface entre as respostas formuladas pelos governos e as necessidades sentidas/percebidas pelos cidadãos no decurso das suas vidas quotidianas.

Requer uma estratégia de comunicação sugerida e considerada viável que passa pela utilização das inovações tecnológicas, que facilitam a difusão de informações e agilizam o contato entre as pessoas. No livro "O que é Comunicação?" Juan Bordenave (1982) afirma que a ciência e a tecnologia da comunicação produzem constantemente inovações cada vez mais sofisticadas. A invenção dos minicomputadores prometeu colocar os recursos informativos de centenas de bancos de dados ao alcance de todos os países.

Thiago Dias et al. (2019) sobre a "Inovação da Tecnologia da Comunicação e Informação na Administração Pública" descrevem que são apresentadas diferentes conceções sobre a utilização da TIC no aperfeiçoamento da relação Estado-Sociedade, abordando a questão da co-participação entre os setores e a transparência administrativa. Afirmam que a intensificação do uso de inovações tecnológicas na administração pública abrange desde a informatização das atividades internas até à ampliação da comunicação e à disponibilização de serviços públicos ao público externo, nomeadamente cidadãos, fornecedores, empresas ou outros setores do governo e da sociedade.

Nesse contexto, a comunicação nas relações intersetoriais pode incluir o uso de recursos eletrónicos e digitais, como a criação de plataformas, uso de chat, e-mails, telefonia móvel, WhatsApp, software, correio eletrónico, desenvolvimento de um site, redes sociais e conferências online, que apoiem o processo de harmonização e funcionem como ferramentas de gestão de documentos e armazenamento de dados. Cada setor terá a capacidade de criar uma base de informações, que seja comum aos membros em seu respectivo espaço de atuação, com essa base informativa manter a produtividade dos trabalhos em andamento.

O formato de comunicação on-line pode ser organizado de forma construtiva e integrativa, permitindo a organização de registos como relatórios, ementas e atas. Também é possível armazenar informações através de mecanismos como gravações em nuvem ou gravações de vídeo. Após o registo e partilha das informações trocadas entre todos os setores, estas podem ser analisadas minuciosamente por cada representante nos espaços específicos de ação, para depois serem apresentadas, discutidas, integradas e enriquecidas intersetorialmente.

No entanto, para alcançar tais êxitos, não basta introduzir novos elementos tecnológicos no âmbito do governo; é necessário que ocorram mudanças culturais por parte daqueles que fazem a administração pública, em conformidade com a utilização dessas tecnologias. São necessárias

alterações aos processos, à legislação e ao comportamento, de modo a garantir uma maior eficácia, eficiência e efetividade na prestação de serviços públicos aos cidadãos.

Além disso, a aquisição de instrumentos tecnológicos no âmbito do trabalho intersetorial traz consigo um desafio relacionado com o orçamento financeiro específico para o efeito. E os profissionais necessitam de formação para desenvolver estratégias informatizadas, integradas e criativas que permitam a medição, discussão e tomada de decisões conjuntas. São necessárias formações que capacitem os profissionais para a dinâmica deste trabalho técnico e informatizado, que vão para além das funções institucionais exigidas.

Rose Inosoja (1998) afirma que a incorporação da tecnologia e a própria produção científica não são inocentes em relação às mudanças provocadas na sociedade pela rapidez e articulação. Por conseguinte, a sociedade adquiriu uma maior capacidade de interferência ativa e contundente nas relações sociais.

Na estrutura governamental, a incorporação da tecnologia no modo de organizar o trabalho resulta de um diálogo relativo às pressões decorrentes da dinâmica das inovações e do nível de prontidão institucional para as absorver, tendo em conta os impactos e os arranjos de poder vigentes, bem como os recursos disponíveis.

3.4.4. Dimensão Investigação

Isabel Guerra (2016) afirma que, na gestão intersetorial, é necessário explorar métodos de planeamento e de gestão estratégica que utilizem ferramentas e procedimentos mais ou menos formalizados. É necessário inovar os procedimentos científicos e técnicos para reconhecer a complexidade dos problemas económicos, sociais e territoriais. E o reconhecimento aprofundado destas complexidades, através da utilização de procedimentos científicos, requer um movimento de racionalização instrumental formalizado e profissionais capacitados para atuar no âmbito das políticas sociais.

A intersetorialidade, entendida como um conceito que abrange um processo técnico-metodológico, comunicação e pesquisa, mostra-se eficiente em ações de natureza multidimensional. Contudo, podem aparecer dificuldades que impeçam a sua implementação prática. Podem aparecer obstáculos na área política e económica. Em relação às barreiras no campo político, Rose Inosoja (2015) afirma ser necessário ter consciência de que, no processo de ações intersetoriais, há diferentes dimensões de contexto político contidas nos diferentes setores e inseparáveis de influências.

Segundo Marco Akerman (2024) o facto de existirem parcerias, redes de apoio social e alianças pode trazer resultados bastantes positivos para a continuidade de projetos e políticas. No entanto, as parcerias e as alianças não estão imunes às disputas políticas, mesmo entre grupos com posicionamentos semelhantes.

Heide Damasceno (2013) declara que a intenção é fundamental na implementação da intersetorialidade, uma vez que está ligada ao tipo de sociedade almejada. A autora elabora uma reflexão acerca das variadas e contraditórias maneiras ideológicas de compreender o conceito de intersetorialidade no contexto das políticas sociais. Considera duas delas essenciais:

I. Quando a intenção está voltada para o pacto e implementação da gestão de forma efetiva, encontrada em razões diversas, e o processo de intersetorialidade na prática ultrapassa a vontade dos profissionais, ao relacionar os serviços com questões políticas partidárias voltadas para a manutenção do sistema capitalista;

II. Quando a intenção de intersetorialidade pode ser percebida através de uma gestão de políticas que podem ser implementadas como um projeto ideológico de transformação estrutural da ordem social, que visa garantir direitos sociais aos cidadãos e transformar as questões sociais problemáticas, ultrapassando o que é posto especificamente previamente.

Para Vitor Gomes (2022) na ação intersetorial encontramos um conjunto de disciplinas que devem estar voltadas para uma ação transdiciplinar. Não se trata apenas de trabalho coletivo, mas ações conjuntas com pesquisa, compartilhamento de saberes e que resultariam em publicações científicas de diversas naturezas. Desta forma, defendemos ações intersetoriais permeadas pela transdisciplinaridade como fomentadoras de saberes enriquecidos pelas diversas matrizes e áreas do conhecimento: instigando debate, reflexão e desconstrução dos mitos edificados em relação aos indivíduos altamente talentosos.

É importante destacar que, embora a parceria intersetorial seja considerado uma potencialidade no contexto das intervenções nas políticas sociais e no combate à pobreza, alguns autores identifica desafios que precisam ser superados para sua efetivação. Segundo Tiana Jesus et al. (2014) os desafios prendem-se com a falta de participação dos intervenientes na gestão das políticas públicas e com a sobrecarga dos trabalhadores responsáveis pela execução terminal dessas mesmas políticas, que estão afetos ao atendimento direto da comunidade. E soma-se o número limitado de trabalhadores e a sua realocação, que provoca a interrupção do acompanhamento desse espaço intersetorial.

Romagnoli e Silva (2019) abordam os desafios identificados nas relações de trabalho através da integração entre a equipa e entre os profissionais desta com o território e os utilizadores. Apresentam impactos no campo da subjetividade dos técnicos, na falta de comunicação e de acompanhamento dos casos, na sensação de sobrecarga de obrigações nos seus setores por parte dos profissionais e nos limites impostos pela constituição das próprias políticas.

Além de limitação dos profissionais que não compreendem o sentido de trabalhar coletivamente, a insistência na lógica individual em vez da lógica coletiva, o desconhecimento do

fluxo das outras políticas setoriais e a descrença dos profissionais não só com a intersetorialidade, mas também com as suas próprias intervenções.

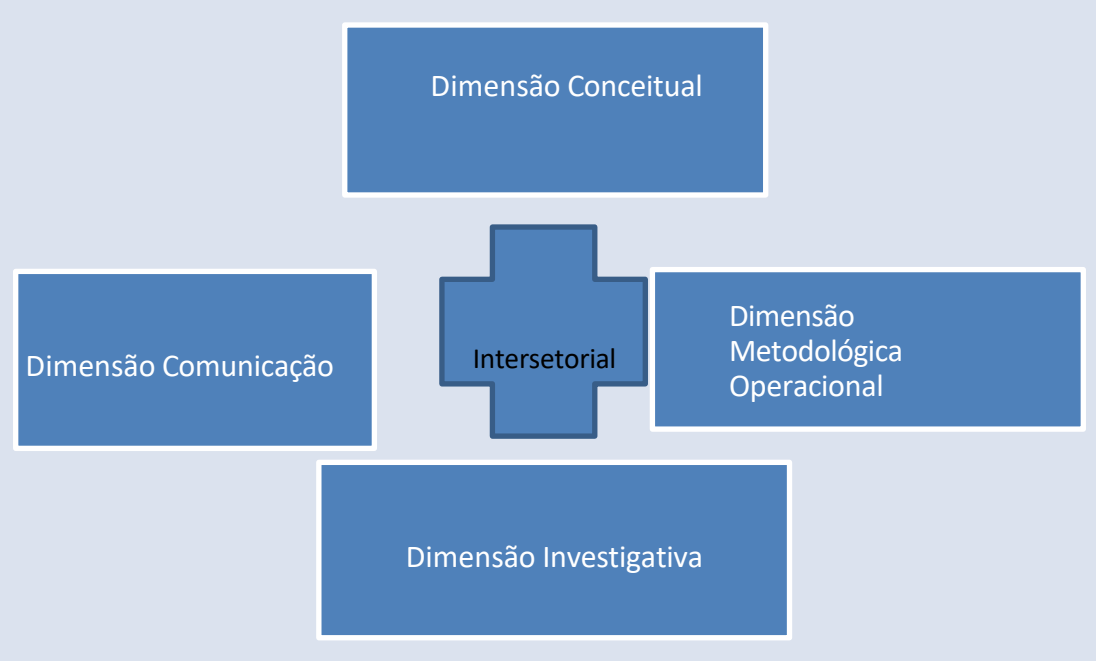
Por fim, de acordo com Quintanilha e WandeKoken (2022) os documentos oferecem poucas orientações e discussões sobre a aplicação da intersetorialidade na prática dos serviços, seja em ações cotidianas ou em modelos de gestão. Sendo assim, embora o conceito de intersetorialidade esteja em discussão, é essencial oferecer fundamentos técnicos-operacionais que orientem a prática.

CAPÍTULO 4 OS PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

No processo de construção teórica, a tese parte de reflexões sobre a situação da pobreza em Portugal e as determinações sociais, económicas e políticas que condicionam a existência do objeto de estudo, que consiste na identificação de uma das particularidades da medida de "Rendimento Social de Inserção", situada no vasto universo da investigação, abordada sob o seguinte ponto de vista: "Operacionalização de Estratégias de Parceria Intersetorial".

Após a compreensão da realidade existencial do objeto de estudo, a investigação aprofunda-se teoricamente no modelo de parceria intersetorial com o propósito de organizar um conjunto de dados sistematizados em quatro eixos de investigação. Estes eixos orientam a elaboração das questões de investigação empírica, com vista a aprofundar o conhecimento sobre a operacionalização da parceria no NLI e a identificar o potencial do modelo de parceria intersetorial, bem como os desafios enfrentados pelos representantes dos núcleos na sua aplicação. Os eixos em questão são os seguintes: a) dimensão conceitual, b) dimensão de comunicação, c) dimensão metodológica operacional; d) dimensão investigativa.

Figura 1 Eixos da Pesquisa:



Fonte: elaboração própria

No que se refere ao eixo "dimensão conceitual", procurou-se identificar as características conceituais da intersetorialidade, a partir do material coletado em repositórios universitários, aparatos normativos, bibliografias, artigos e vídeos. Neste processo foi identificada a relação de conceito de intersetorialidade com outras formas de organização colaborativa, como os conceitos de interdisciplinaridade, interprofissionalidade, plurissetorialidade.

Diante disto, foi necessário identificar as diferentes dimensões teóricas e práticas existentes entre os conceitos, no que diz respeito às formas de integração e aos respetivos objetivos, a fim de evitar confusões e aprofundar o debate sobre as especificidades do modelo de parceria intersetorial.

No âmbito empírico, procurou-se compreender como os participantes na investigação interpretam o conceito de parceria, quando abordados sobre o tema "parceria intersetorial", e identificar as potencialidades e os desafios encontrados na sua implementação no âmbito do NLI. Neste contexto, foram destacadas as estratégias utilizadas pelos representantes dos núcleos no processo de articulação e integração das entidades, bem como a intervenção colaborativa e o incentivo dos gestores dos setores protocolados com o NLI.

A partir da análise dos dados, o conceito de interstorialidade foi sintetizado da seguinte forma: estratégia que integra os setores público, privado, social e solidário de forma colaborativa, visando a articulação de orçamentos e serviços para racionalizar recursos e alcançar sinergia entre competências, experiências e conhecimentos de profissionais em prol de objetivos comuns. Reconhece o valor da partilha efetiva e contínua de ferramentas técnico – operacionais e da realização de processos de investigação como fundamentais para mitigar a pobreza, dada a complexidade das necessidades multifacetadas dos indivíduos nessa situação.

Traduz-se no desafio de superar a tradicional fragmentação das políticas públicas, através de uma atenção integrada aos cidadãos e da transformação da cultura organizacional.

No que se refere à "Dimensão Operacional", o campo teórico é descrito com base na recolha de dados bibliográficos e documentais, relacionados com as estratégias metodológicas técnico-operacionais do modelo de parceria intersetorial. Para este efeito, no campo teórico foram selecionados parágrafos e citações sobre o conceito, produzidos por autores que apontam alguns critérios necessários para a sua implementação. Foi elaborada uma base de dados em que a sistematização se traduziu num conjunto de estratégias que descrevem o modus operandi da parceria intersetorial:

Tabela 7 Estratégias Técnico - Operacionais Intersetoriais:

Práticas comunitárias colaborativas	Formação continuada
Planeamento colaborativo	Mapeamento Sócio – Territorial integrado
Orçamento integrado	Partilha efetiva
Relatórios periódicos integrados	Agenda comum de atividades
Avaliação colaborativa	Diagnóstico colaborativo

Autoria: própria

É importante pontuar que neste processo de investigação, observou-se que há poucas publicações no campo teórico que se dirijam especificamente à orientação técnico – operativa do

modelo de parceria intersetorial a ser implementada na prática. Porém, destacam-se os estudos realizados pelo autor Marco Arkeman.

Após a sistematização das possíveis estratégias operacionais, no campo empírico, questionou-se aos entrevistados a aplicabilidade, na prática, da organização da parceria no âmbito do Núcleo Local de Inserção. Além disso, por meio da análise dos discursos dos entrevistados, foram levantados novas estratégias de intervenção em parceria que estão sendo operacionalizadas nos diferentes núcleos.

No terceiro eixo, "Dimensão Comunicação", destaca-se a importância da utilização de novas tendências tecnológicas e ferramentas colaborativas no processo de comunicação entre setores e no armazenamento dos dados produzidos através de ações intersetoriais. Trata-se de uma tendência que abrange a agilidade e a eficácia da comunicação integrada e a partilha de informações, face aos desafios enfrentados pelos representantes dos setores que atuam diariamente em diferentes espaços institucionais e são liderados por gestores distintos. Além disso, proporciona visibilidade e transparência às práticas desenvolvidas pelo NLI, facilitando a comunicação com a comunidade.

No âmbito empírico, levanta-se a questão sobre o uso de ferramentas de comunicação, tais como: telecomunicações, aplicativos móveis, inteligência artificial, plataforma de gestão de dados, desenvolvimento de websites, redes sociais, portais de informação e outras ferramentas utilizadas nos Núcleos Locais de Inserção. E abre espaço para que os participantes apresentem novas estratégias que estão a ser operacionalizadas nos núcleos.

A "Dimensão Investigativa", o quarto eixo, é vista em termos teóricos, como a integração e o aprimoramento de competências interdisciplinares que podem ser aplicadas ao modelo de colaboração intersetorial pelos profissionais de diferentes áreas que estão a representar os setores na composição dos núcleos. Inclui o estímulo à realização de estudos colaborativos, detalhados a partir da análise crítica das questões socioterritoriais identificadas pelos membros.

Bem como o incentivo a operacioncalização da investigação a ser realizada a partir da gestão das informações que estão armazenadas em documentos, instrumentos técnicos – operacionais e ferramentas digitais pelo próprio NLI. O objetivo é evitar que os dados sejam arquivados de forma burocrática e passem a ser geridos em debates mais ampliados e divulgados em portais de transparência social. Além de produzir um conhecimento que promova a possibilidade de contribuir com as mudanças necessárias nos mecanismos de combate à pobreza extrema em Portugal.

No âmbito empírico, questiona-se sobre os interesses e competências dos profissionais que compõem o NLI e que receberam formação em diversas áreas disciplinares, em conduzir investigações interdisciplinares no seu espaço de ação, de modo a responder às necessidades identificadas e a contribuir para a produção de conhecimentos relacionados com as múltiplas dimensões da pobreza extrema, bem como com a prática profissional.

4.1. Paradigma

Segundo Freitas e Prodanov (2013), o paradigma envolve um conjunto de processos ou operações mentais aplicados, associados a uma corrente filosófica, que visam explicar como o conhecimento é processado. Amorin e Neto (2011) funcionam como as lentes dos óculos, que clarificam a visão turva e confusa do míope. Trata - se de um horizonte estruturante que põe em ordem os fenómenos e permite à comunidade científica situar-se na realidade e comunicá-la. Compreende estruturas mentais formadas por teorias, experiências, métodos e ferramentas que ajudam a organizar a realidade e os seus acontecimentos. Inclui elementos psicológicos, a partir dos quais emerge uma unidade social baseada numa perspetiva do mundo (Thomas Kuhn 1991).

Em suma, os paradigmas estão associados às correntes teóricas que orientam o trabalho do investigador, através das suas crenças sobre o mundo e dos valores que defende. Quer o investigador tenha consciência disso ou não, estes valores influenciam a escolha do tema e os procedimentos de investigação.

Enquanto investigador com competências na área de serviço social, neste estudo, a escolha do tema investigado é precedida pela crença na ideologia da transformação estrutural da sociedade capitalista no que diz respeito à desigualdade social e à eliminação da pobreza, com foco na distribuição igualitária de rendimentos e na garantia do acesso total aos direitos sociais, contribuindo assim, para emancipação dos cidadãos através da dignidade humana, da liberdade e da justiça social.

A partir dos princípios de "transformação e emancipação social", além de outros componentes identificados no processo de desenvolvimento da pesquisa, a orientação ontológica da presente investigação tem como referência epistemiológica as instâncias do paradigma crítico. Para Amaralinda Sacool (2009, p.4) a orientação ontológica compreende "a forma como percebemos o mundo e os fenómenos (físicos e sociais) que estamos a investigar". Jorge Ferreira (2014) e a perspetiva crítica têm como objetivos a emancipação e o empoderamento de grupos vulneráveis.

Outro ponto de convergência da investigação com o paradigma crítico é o facto de o investigador não se ter preocupado apenas em descrever ou interpretar a realidade coletada como acontece com outros paradigmas (positivista e interpretativo), mas também em refletir sobre possíveis mudanças face a uma problemática social e propor, através da sistematização de dados teóricos e empíricos, um conjunto de estratégias técnicas – operacionais, com vista a contribuir para a o combate à pobreza extrema em Portugal.

A proposta de sistematizar estas estratégias deve-se ao facto de, neste estudo, a pobreza ser concebida como uma expressão social determinada pelas relações sociais, que possui uma dinâmica exposta à contradição de interesses e que está em constante movimento, sendo suscetível a possíveis mudanças nas abordagens de enfrentamento possíveis e à transformação social. Inês Amaro (2008) descreve que o mundo social é construído e, por conseguinte, passível de

manipulação, moldagem ou modificação. É fundamental contrariar a tendência para a reificação dos construtos sociais e não perder de vista que o tecido social é maleável e construído, sendo permanentemente reconstruído pelos vários intervenientes sociais,

Além disso, nega-se o posicionamento da neutralidade frente a realidade estudada quando apresenta os resultados da coleta dos dados não apenas como estão apresentados, mas a partir da possibilidade de como eles podem vir a ser. Segundo Marcos Nobre (2004,p.10) "os sentidos fundamentais do ponto de vista crítico é que o investigar consegue enxergar na realidade presente aqueles elementos que impedem a realização plena de todas as suas potencialidades sendo capaz de apontar a analisar os obstáculos a serem superados possam se realizar".

Segundo Marcos Nobre (2004), a primeira tarefa da teoria crítica é delinear as tendências presentes no desenvolvimento histórico. Apresentar, em cada momento, os arranjos concretos, tendo a produção de um diagnóstico do tempo presente como uma das tarefas mais importantes. Tal diagnóstico deve basear-se em tendências estruturais do modelo de organização social vigente e mostrar tanto as oportunidades e potencialidades para emancipação como os obstáculos reais à mesma. Deste modo, é possível fazer um prognóstico sobre o rumo do desenvolvimento histórico que não só apontam para a natureza dos obstáculos a superar e o seu provável desenvolvimento ao longo do tempo, como também para as ações capazes de os superar.

Assim sendo, no processo de elaboração do enquadramento teórico, é dada atenção ao contexto social, histórico e político, enquanto partes integrantes do objeto de estudo. É questionado o papel das estruturas de poder do Estado face à questão da pobreza em diferentes períodos da história de Portugal, com recortes em diferentes momentos da implementação do Estado no país (ditadura/democracia). O Estado democrático é identificado como o período em que o governo assume um papel crucial e mais proativo no combate à pobreza, sendo compreendidos os elementos que justificam a aplicabilidade do objeto de estudo.

Outro aspeto identificado na relação entre a investigação e o paradigma crítico diz respeito ao contexto da abordagem do modelo de parceria intersetorial, em que a investigação integra o conhecimento teórico, identificado em estudos realizados sobre o tema, com as experiências subjetivas dos coordenadores do NLI. Na prática, estes enfrentam contradições no processo de implementação das ações em parceria, face à objetividade dos aparatos normativos do Governo, que referenciam esta estratégia como uma forma de combater a pobreza extrema.

Compreende-se a importância intrínseca da relação entre a teoria e a prática como elementos indissociáveis no processo de construção do conhecimento. Esta relação que também está presente no processo de investigação, quando o investigador, ao concluir a tese, propõe enviar aos coordenadores que participaram no processo, como recomendação, para que o conhecimento produzido através das experiências, enquanto elemento dinâmico, possa reformular às práticas

operacionalizadas nos espaços de intervenção. Desta forma, é possível criar novas estratégias para superar as contradições burocráticas e intervir de forma organizada nas necessidades determinadas pela situação de pobreza extrema, além de produzir, através da interdisciplinaridade, novos conhecimentos no âmbito do NLI.

Ou seja, estabelece uma relação cíclica entre a teoria e a prática, considerando o conhecimento um processo contínuo e inacabado. Silvio Gamboa (1995) descreve muito bem esta relação ao afirmar que a teoria e a prática fazem parte de mesma realidade, que a teoria se transforma na negação da prática porque a tenciona e que a prática coloca a teoria em causa, porque em vez de se ajustar a ela, transforma-se em seu oposto. Em suma, a relação entre a teoria e a prática é dialética. Esta dialética faz com que a esta compreensão seja crítica e gere uma teoria também crítica em relação à realidade e à prática transformadora, sintetizada no termo práxis.

Esta reflexão sobre a relação com o paradigma crítico é reforçada mais uma vez quando Jurgen Habermas (1978) descreve que, na teoria crítica, a relação entre a teoria e a prática se constitui como princípio determinante da práxis, uma vez que não se preocupa apenas produzir um diagnóstico do tempo presente e compreender a realidade social, mas também saber como as contradições e patologias sociais diagnosticadas podem ser superadas.

Por fim, a investigação incide sobre o paradigma crítico, devido à própria essência do objeto de estudo, que está contextualizado no processo histórico de criação e evolução das políticas sociais. São concebidas, Behring & Boschetti (2011) como um processo e resultado económicos, políticos e culturais frente às relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e Sociedade Civil no que diz respeito ao processo de produção e reprodução do capitalismo. Esse assume, historicamente, um caráter específico e diferentes configurações, bem como diferentes posicionamentos e interesse políticos.

Tendo em conta que estes interesses políticos não são fixos, o investigador, através da produção de conhecimento sobre o tema intersetorialidade, almeja estimular debates não só entre os representantes dos setores que compõem as esferas dos NLI, mas esferas de construção das políticas sociais, entre os gestores dos setores de poliíticas sociais e a comunidade. O objetivo é propor soluções integradas que ajudem a enfrentar os desafios identificados na prática da parceria no NLI, e consequentemente, os desafios no combate à pobreza extrema em Portugal.

4.2. Método Indutivo

Sobre a abordagem adotada como procedimento para atingir o objetivo geral da pesquisa, Cleber Prodanov & Ernani Freitas (2013, p.26) colocam que “depende de muitos fatores: da natureza do objeto que pretendemos pesquisar, dos recursos materiais disponíveis, do nível de abrangência do estudo e, sobretudo, da inspiração filosófica do pesquisador”.

Desta forma, após a identificação do paradigma crítico como perspetiva adotada, a lógica utilizada na investigação para recolher os dados sobre a realidade estudada foi conduzida através da abordagem indutiva. Segundo Prodanov & Freitas (2023, p.29) a abordagem indutiva acontece quando "partimos da observação de factos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer. A seguir, procuramos compará-las com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Por fim, procedemos à generalização, com base na relação verificada entre os fatos ou fenómenos".

Sendo assim, a ligação entre o paradigma crítico e o método indutivo, apresenta-se vantajosa para o processo de investigação. Como descreve Roberto Richardson (2012) quando diz que a teoria crítica tem vários elementos essenciais e a intensão é resumí-los para chegar a uma melhor compreensão do fenómeno estudado. Este estudo permite partir da análise dos factos concretos apresentados pelos entrevistados sobre as suas experiências na operacionalização do modelo de parceria no âmbito do NLI, para construir um conhecimento generalizado, e a partir da reflexão crítica compreender as abstrações e as possíveis mudanças sobre os dados coletados.

Este processo foi desenvolvimento a partir dos passos sugeridos por Lakatos e Marconi (2007), sobre a abordagem do método indutivo que caracterizam os três elementos fundamentais para a aplicação:

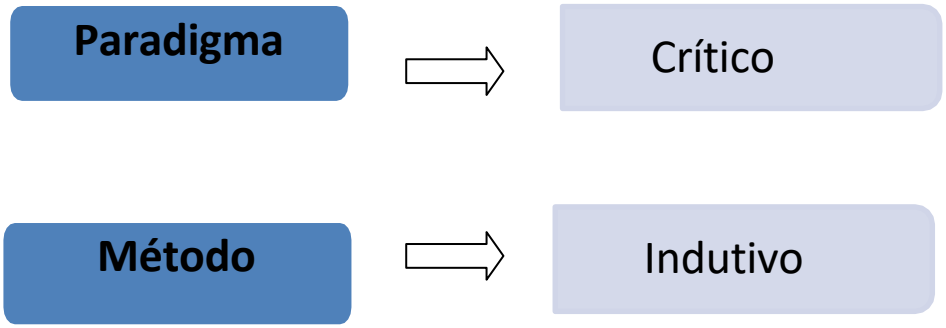
I. *Observação dos fenómenos: nesta fase, analisámos os factos e fenómenos com o objetivo de descobrir as causas da sua manifestação*: a partir desta fase, foram criadas quatro tabelas diferentes, classificadas de acordo com as perspetivas dos quatro eixos dimensionais da investigação e com base nas respostas dos entrevistados sobre o modelo de parceria. Os dados coletados foram sistematizados e detalhados em cada tabela, independentemente do conceito de parceria intersetorial.

II. *Descoberta da relação entre esses, através da comparação, para descobrir a relação constante existente entre os factos ou fenómenos:* após sistematização dos dados foi verificado os padrões de respostas mais recorrentes sobre o tema da parceria tendo como referência o modelo de parceria intersetorial. Como também as inovações identificados nos discursos dos entrevistados.

III. *Generalização da relação, na qual se generaliza a relação encontrada na fase anterior entre os fenómenos e factos semelhantes, muitos dos quais ainda não observámos (e muitos dos quais são inclusive inobserváveis: a*pós a validação das respostas obtidas no estudo empírico, foram consideradas as informações mais comuns sobre as potencialidades e os desafios da prática da parceria intersetorial no NLI e a partir da análise crítica dos padrões identificados nas respostas, foi possível chegar a uma conclusão generalizada sobre o conceito de intersetorialidade e sobre os desafios relacionados com as abstrações políticas, institucionais

e profissionais que impedem a sua operacionalização de forma efetiva nos núcleos investigados.

Figura 2 Pressuposto Filosófico e Raciocínio Lógico da Pesquisa



Fonte: elaboração própria

4.3. Abordagem Qualitativa

A abordagem qualitativa foi utilizada não só porque foi a opção do investigador, mas também porque é uma uma forma adequada para compreender a natureza de um fenômeno social. De facto, esta abordagem permite descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais e contribuir para o processo de mudança (Richardson, 1985).

Além disso, deve-se ao facto de tentar explorar novos temas sobre o modelo de parceria intersetorial e o sentido que é dado sobre ao conceito, com base nas experiências dos coordenadores nos núcleos investigados. Segundo Maria Minayo (2007) esta abordagem permite compreender os motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, criando um espaço mais profundo para as relações, os processos e os fenómenos que não poderiam ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em suma, os resultados não partiram da verificação de hipóteses pré-estabelecidas, mas da reflexão e da análise crítica dos dados recolhidos através da interação entre o investigador e os entrevistados. Esta interação que permitiu identificar tópicos de investigação não contemplados nas questões iniciais, abordados de forma geral nos depoimentos e que se revelaram fundamentais para o aprimoramento do estudo.

4.4. Campo Empírico

O estudo empírico possibilitou a interação com o objeto de estudo. Além disso, foi também um momento de encontro com os Núcleos Locais de Inserção que estão espalhados por várias regiões de Portugal. A possibilidade de realizar um estudo regionalizado surgiu do desejo do investigador de conhecer as perspetivas e estratégias adotadas por profissionais que atuam em diferentes espaços geográficos, com características culturais, sociopolíticas e económicas distintas, mas que partilham

requisitos e normativas comuns, que estão definidos no enquadramento legal da medida de Rendimento Social de Inserção (Lei n.º 13/2003). Tal como a orientação no que se refere ao modelo de gestão e intervenção social, realizado através da organização e intervenção em parceria entre setores que integram os núcleos, que tem como foco principal combater a pobreza extrema em Portugal.

A população-alvo do estudo foi composta por profissionais que exercem a função de coordenadores dos Núcleos Locais de Inserção, tendo em conta os papéis por eles desempenhados e a sua capacidade de fornecerem respostas compatíveis com os objetivos e o objeto da pesquisa, que estão presentes num conjunto de atribuições comuns a todos os núcleos, definidos no artigo 22.º. (RSI) da Portaria n.º 257/2013, tais como:

i) Coordenar as atividades;

ii) Convocar as entidades que integram o NLI;

iii) Solicitar às entidades competentes a obtenção dos elementos e informações necessários ao desenvolvimento da atividade do NLI;

iv) Acompanhar a execução das deliberações do NLI, bem como efetuar a sua supervisão técnica;

v) Promover, quando necessário, a constituição de grupos de trabalho com a participação de outras entidades e/ou pessoal de reconhecida capacidade técnico-profissional;

vi) Coordenar a elaboração do plano de ação anual e respetivo relatório sobre a atividade desenvolvida;

vii) Por fim, representam as câmaras municipais.

São profissionais que assumem responsabilidades importantes no que se refere aos critérios de seleção da amostra, partindo do princípio que compreendem totalmente o funcionamento dos núcleos. Sendo assim, Lakatos e Marconi (2007) a amostra foi definida por esta parcela do universo da investigação convenientemente selecionada.

Neste processo, foram selecionados vinte coordenadores de NLI, através de amostragem não - probabilística intencional, devido à especificidade do papel que exercem nos núcleos, bem como à manifestação de interesse e disponibilidade para participar neste processo, após receberem os respetivos convites de participação.

4.5. Técnicas de recolha dos dados empíricos

A natureza do objeto de estudo exigiu uma interação direta entre o investigador e os participantes da amostra, de modo a aprofundar o tema da parceria intersetorial, nomeadamente no diz respeito à sua operacionalização na prática. Diante disso, a entrevista foi considerada a técnica mais adequada para recolha de dados.

Contudo, as técnicas de entrevista variam de acordo com o contexto em que estão inseridas. Neste caso, no contexto das políticas sociais, optou-se por conduzir o estudo através da técnica da

entrevista semiestruturada. De acordo com Roberto Richardson (2012) a entrevista semiestruturada é recomendada para pesquisas qualitativas, uma vez que permite obter informações sobre as atividades e motivações do entrevistado relativamente aos aspetos mais relevantes de determinado problema, facilitando a identificação de estratégias que não são evidentes para o investigador.

A estrutura técnica, seguindo Minayo & Costa (2018), combinou um guião com perguntas previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao entrevistador um controlo maior sobre o que pretendia saber sobre o tema, ao mesmo tempo que dava espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados. O guião da entrevista foi estruturado com base nos quatro eixos de investigação e serviram de referência para a formulação questões investigadas.

Eixo I - Dimensão Conceitual: no primeiro eixo de investigação empírica, as questões foram divididas em tópicos relacionados com características do conceito de intersetorialidade, nomeadamente: i) perceção em relação ao modelo de parceria intersetorial; ii) levantamento das dificuldades e potencialidades no processo de implementação da gestão e intervenção em parceria; iii) os meios necessários para que as entidades particulares se juntem aos setores públicos; iv) interesse dos representantes em convidar novos parceiros sociais para fazerem parte da composição dos núcleos; v) partilha de todos os integrantes no processo de discussão e execução do NLI; vi) rotinas dos representantes dos setores que integram o NLI, nomeadamente a dedicação de tempo exclusivo para trabalhar com as acções específicas do NLI; vii) incentivo por parte dos gestores em colaborar nos trabalhos realizados nos núcleos; viii) abordagem de questões referentes a desencontros de interesses entre os representantes e gestão de conflitos; ix) disponibilidade de recursos financeiros para a execução das atividades planeadas pelo NLI; x) concessão de um espaço físico próprio do NLI; xi) aquisição de recursos humanos e materiais.

Eixo II - Dimensão Metodológica Técnico – Operacional: o conjunto de perguntas teve como objetivo identificar as estratégias metodológicas empregadas na operacionalização da parceria no NLI, considerando os seguintes tópicos de pesquisa: i) instrumentos e técnicas criados conjuntamente pelos membros que compõem os núcleos; ii) instrumentos técnicos disponibilizados aos setores integrantes do NLI; iii) realização conjunta da técnica de mapeamento socioinstitucional, que contemple informações sobre os serviços públicos e privados existentes no território de intervenção; iv) realização integrada do diagnóstico dos principais problemas sociais e das potencialidades dos beneficiários; v) elaboração de planeamentos, relatórios e planos construídos com a participação de todos os elementos; vi) criação de agendas comuns entre os elementos, que contemplem as metas e os prazos das intervenções definidas conjuntamente entre os setores; vii) organização ou participação em formações no âmbito do NLI sobre o tema da parceria.

Eixo III - Dimensão Comunicacional: aborda o conjunto de estratégias de comunicação criadas ou utilizadas entre os setores representados no NLI, bem como a utilização de ferramentas de gestão da informação, com vista a melhorar a qualidade da comunicação entre os representantes dos setores e entre estes e a sociedade. Foram levantadas questões relacionadas com os seguintes tópicos: i) utilização e criação de site e plataformas digitais; ii) gestão das informações produzidas pelos núcleos ou coletadas a partir de outras instâncias, acessíveis à gestão de todos os elementos do NLI; iii) elaboração de cronogramas digitais; iv) criação de um sistema tecnológico de informação (rede social, instagram, correio eletrónico etc), utilizado como canal de comunicação entre os elementos dos núcleos e como canal de transparência com a sociedade.

Eixo IV - Dimensão Investigativa: o quarto bloco foi questionado acerca da relevância da pesquisa no contexto do NLI, a qual deve ser conduzida pelos próprios integrantes que representam diversas áreas disciplinares. Uma preocupação que é compartilhada não apenas pelo pesquisador, mas também por outros investigadores sobre o RSI. Tais como, Maria Pato (2011) que menciona a relevância de formar equipas de pesquisa no campo para acompanhar a implementação da medida (RSI), a fim de obter uma compreensão mais clara de como ela funciona na prática. O Ministério da Solidariedade e Segurança Social/Grupo de Trabalho no MTSSS (2021, p.134) que identifica como um dos desafios do RSI a necessidade de fomentar pesquisas científicas regulares, especialmente no que diz respeito à inserção social, criar indicadores estatísticos comparáveis para essa inserção e incentivar estudos substanciais por meio de entrevistas detalhadas.

Desta forma, foram abordadas as seguintes perguntas de investigação: i) interesse em compreender as questões problematizadas entre os setores de forma mais aprofundada, a ponto de sugerir investigações científicas; ii) elaboração de dados estatísticos que contribuam para a produção de novos conhecimentos sobre a situação da pobreza extrema, com base nos registos das intervenções; iii) produção de materiais informativos; iv) competências dos profissionais que integram os núcleos para desenvolverem investigação interdisciplinar no seu âmbito de ação; v) se as funções definidas nos núcleos contribuem para que os profissionais desenvolvam investigação; vi) se alguma vez propuseram realizar um trabalho de investigação no âmbito do NLI.

O processo para aplicação do guião, inicialmente, foi realizada através do envio de correio eletrónico às autarquias explicando o propósito e importância do estudo. Além disso, também foram enviados convites para que os coordenadores do NLI pudessem participar deste processo de construção do conhecimento.

Quanto aos coordenadores que confirmaram a sua participação e manifestaram interesse em abordar o tema da parceria intersetorial, um dos motivos prende-se com o facto de as competências sobre a operacionalização da medida de RSI, em matéria de ação social, terem sido transferidas da Segurança Social para as autarquias a partir de 2021, embora a maioria dos municípios só tenha

aderido em 2023. O estudo caracterizou - se como uma ação importante no sentido de aperfeiçoar a prática da parceria nos núcleos de atuação.

Outro pronto importante identificado neste primeiro momento de contato com os corredenadores, ainda sobre o impacto da transferência de competência para as autarquias, foi que contraditoriamente, por motivos políticos ou pessoais, alguns profissionais informaram que após a transferência já não faziam parte dos núcleos locais de inserção, ou que já não exerciam a função de coordenação no núcleo e não poderiam participar da investigação.

Esta busca foi realizada nos sites das câmaras municipais e das secretarias de ação social a fim de constituir uma amostra representada por coordenadores das sete Regiões de Portugal (Norte, Centro, Metropolitana de Lisboa, Algarve, Alentejo, Açores e Madeira). Para isso, foram enviados dezoito correios eletrónicos aos dezoito distritos identificados: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, e Viseu. Além dos correios eletrónicos para as comarcas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Entretanto, uma semana após o envio dos correios eletrónicos, após receber uma percentagem pequena de rertorno aos pedidos que foram enviados, a pesquisa foi expandida para outros municípios dos distritos de Portugal. Neste segundo momento, alguns profissionais comunicaram que não poderiam participar da entrevista, pois não eram responsáveis pelos Núcleos Locais de Inserção, ou que não poderiam participar do processo sem a aprovação do poder executivo da autarquia.

Ademais, algumas autarquias pediram que a doutoranda informasse mais detalhes sobre os dados pessoais (NIF, endereço), a fim de que o pedido pudesse ser encaminhado ao setor competente para avaliação. Embora as informações solicitadas tenham sido enviadas, não se obteve retorno por parte deles.

Em relação aos correios eletrónicos que foram devolvidos com sucesso, após as confirmações da participação dos coordenadores, foram estabelecidos contatos telefónicos como os mesmos e foi elaborada uma agenda composta pelos dias e horários disponibilizados pelos profissionais para a realização das entrevistas. E após o agendamento das entrevistas, foram enviados novos correios eletrónicos contendo o "Termo de Consentimento Informado" em anexo e o link para a reunião (Teams).

Em média, as entrevistas tiveram duração de quarenta e cinco minutos, e foram conduzidas pelo guião de entrevista formulado com trinta e nove perguntas abertas. A gravação das entrevistas foi autorizada por alguns participantes. Contudo, para os entrevistados que não permitiram a gravação, a transcrição das respostas foi posta numa tabela dividida em quatro partes (eixos)

elaborada previamente pelo investigador com base nas pré-categorias de análise e preenchida de forma precisa durante a entrevista.

Tendo em conta a distância entre os locais de residência do entrevistador e do entrevistado, bem como a disponibilidade de tempo de ambos, decidiu-se conjuntamente realizar a entrevista à distância. A maioria das entrevistas foI realizada através da aplicação Teams e, a pedido de três participantes, três das vinte entrevistas foram conduzidas através de videochamada (WhatsApp).

Quando ao desenvolvimento do processo de entrevista na prática, como orienta António Gil (2008) foi de fundamental importância que, desde o primeiro momento, se criasse uma atmosfera de cordialidade e simpatia para o entrevistado sentir-se absolutamente livre de qualquer coerção, intimidação ou pressão. Tornando-se possível estabelecer uma ligação entre o entrevistador e o entrevistado para criar uma atmosfera favorável, e para o entrevistador abordar o tema central da entrevista. E assim foi prosseguida a atmosfera da entrevista e mantida até ao fim.

Esta cumplicidade deveu-se também ao facto de, embora tenha sido utilizado um guião com perguntas, o processo de condução da entrevista semiestruturada permitiu ao entrevistador ter flexibilidade na condução das perguntas e não aderir estritamente à mesma sequência em todas as entrevistas, mantendo-se focado no tema da pesquisa.

Com enfâse na compreensão de Maria Lombardi (2021) sobre as entrevistas semiestrutras, podemos considerar que esta flexibilidade se deu por ter sido uma entrevista com menor estruturação, o que permitiu ao entrevistado uma maior espontaneidade nas respostas e uma contribuição mais significativa com os seus aspetos subjetivos inseridos nas entrelinhas da sua fala, bem como os valores, sentimentos e significações que atribui a cada acontecimento.

Um ponto interessante observado durante as entrevistas foi que, apesar das duas gramáticas, portuguesa e brasileira, apresentarem algumas diferenças coloquiais e terminológicas, o que previamente parecia constituir um obstáculo para o entrevistador, contraditoriamente, mostrou-se que não houve constrangimentos no processo de comunicação e compreensão entre os participantes. Ao contrário, o ambiente estabelecido permitiu que a entrevista ocorresse de maneira natural e alinhada ao pensamento dos entrevistados, permitindo a discussão de novos assuntos sobre o tema que não estavam previstos no roteiro da entrevista.

No final das entrevistas e sem perder o foco da investigação, o ambiente constituiu-se como um espaço de troca entre entrevistado e entrevistador. Os entrevistados forneceram indicações sobre o funcionamento das políticas sociais em Portugal. O entrevistador indicou bibliografias e o filme de curta-metragem "Vida, Maria" com o objetivo de o apresentar aos beneficiários do RSI.

Ademais, com alguns coordenadores, foi debatida a ideia de criar uma cartilha ou manual sobre a prática da parceria intersetorial após a defesa da tese, a fim de servir como guia para gestão e intervenção social. Outra opção seria promover ações de capacitação com os representantes do NLI.

4.6. Análise dos dados coletados

O item em questão discute as técnicas utilizadas na interpretação das informações adquiridas no campo empírico, com o objetivo de entender os significados dos conteúdos narrativos e as perspetivas dos participantes sobre o tema. Este processo Augusto Triviños (1987) compreende três etapas:

I. Pré-análise (organização do material);
II. Descrição analítica (estudo aprofundado, orientado pelo referencial teórico, organizado através de procedimentos como a codificação, a classificação, a categorização e a elaboração de quadros de referência com ideias sintetizadas);
III. Interpretação do material (deve aprofundar a análise, tratando de desvendar o conteúdo latente).

A técnica da análise de conteúdo, segundo Roberto Richardson (1999) particularmente é utilizada para estudar material de tipo qualitativo, ao qual não se podem aplicar técnicas aritméticas. Para esse efeito, é necessário fazer uma primeira leitura para organizar as ideias construídas, de modo a poder, posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam. Pela sua natureza científica, deve ser eficaz, rigorosa e precisa. O objetivo foi compreender melhor um discurso, aprofundar as suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas, entre outras) e identificar os momentos mais importantes.

Dentre os autores que investigaram possíveis técnicas de análise de conteúdo, optou-se por aplicadar as orientações sugeridas por Laurence Bardin (1977) que funciona como uma operação de desmembramento do texto em unidades e categorias, segundo um reagrupamento analógico entre as diferentes possibilidades de categorização. Considera a análise temática por ser rápida e eficaz, desde que se aplique a discursos diretos (significações manifestas) e simples.

É fundamental esclarecer o motivo que levou com que as técnicas de análise de conteúdo fossem as criadas por Bardin, foi a própria esséncia do estudo, que é de natureza qualitativa. Ademais, a técnica de análise proposta por Bardin se assemelha à técnica de análise de discurso (leitura flutuante, conteúdo latente, conteúdo manifesto e associação livre de palavras), familiar para o pesquisador em seu campo de especialização (psicanálise).

O processo iniciou-se com a pré-análise do material coletado, que consistiu em leituras flutuantes das narrativas, com vista a identificar temas associados aos objetivos da entrevista. A leitura flutuante consiste na realização de uma leitura sem emitir juízos de valor, com vista a compreender as ideias dos próprios discursos dos entrevistados.

Segundo Laurence Bardin (1977) a pré-análise corresponde à fase de organização propriamente dita. Trata-se de um período de intuição que tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de modo a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações

suscetíveis de serem incluídas num plano de análise. Tal pode ser feito recorrendo ou não ao ordenamento. Trata-se também de estabelecer um programa que pode ser flexível, ou seja, que permite a introdução de novos procedimentos no decurso da análise.

Após uma leitura minuciosa do material coletado, selecionou-se o conteúdo que formou a base inicial da análise, considerando a segmentação dos temas. A retalhação dos temas foi conduzida seguindo a regra da homogeneização. Após as primeiras impressões, diversas leituras exaustivas do material coletado foram realizadas foi selecionado o conteúdo que formou a base inicial da análise. Em outras palavras, conforme a proximidade, frequência e importância do conteúdo recolhido nos discursos dos participantes da entrevista.

Segundo Paulo Valle (2025) a regra da exaustividade em Bardin consiste num processo que exige do investigador atenção e um olhar crítico sobre todo o material, revisitando as fontes tantas vezes quanto necessário, a fim de evitar o erro de excluir alguma delas sem argumentos relevantes e pertinentes com o rigor estabelecido. A exaustividade consiste em ir a fundo, selecionar e escolher o máximo de materiais que tenham uma relação direta com os elementos da pesquisa.

Sobre a regra da homogeneidade Laurence Bardin (1977) defini que deve obedecer a critérios precisos de seleção e não deve apresentar demasiada singularidade fora desses critérios. Para isso, os temas foram organizados de forma ordenada em quatro grelhas elaboradas de acordo com as quatro categorias de investigação sobre o modelo de parceria intersetorial (conceitual, metodológico, de comunicação e de investigação). Se nos servirmos da análise temática, ou seja, da contagem de um ou vários temas ou itens de significação previamente determinados, aperceberemo-nos de que é fácil identificá-los neste discurso.

Assim, decidiu-se reduzir os discursos não apenas com base no critério de homogeneização, mas também em duas partes significativas. Uma parte consistia em características semelhantes (homogéneas) identificadas nas respostas, enquanto a outra parte incluía características bastante distintas nas narrativas, como o fato de apenas um NLI ter sede própria. O objetivo era entender os motivos das divergências nas respostas e analisar os discursos em sua totalidade.

O processo de codificação das expressões identificadas nos temas escolhidos constituiu a segunda etapa. Referiu-se ao processo de conversão de dados gerais em unidades de análise. Para conduzir esse processo, empregou-se a ferramenta tecnológica do software Microsoft Word, no qual foram escolhidos os parágrafos das entrevistas que exibiam semelhanças, significados relevantes e uma quantidade limitada de palavras representativas.

Após essa seleção, a análise produziu um conjunto de temas analíticos que foram organizados e codificados com base tanto em frases significativas quanto em palavras que apareceram com regularidade nos discursos analisados.

As entrevistas foram transcritas de forma a sistematizar os discursos e a apresentar os dados de maneira mais específica e direta ao leitor. Laurence Bardin (1977) consistiu em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem ser significativas para o objetivo analítico escolhido. Uma vez que o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado, segundo alguns critérios relativos à teoria que orienta a leitura.

O texto foi segmentado em ideias formadoras, enunciados e proposições que carregam significações. As informações escolhidas foram alocadas nos quatro blocos de categorias apriorísticas que correspondem aos eixos de investiação: "dimensão conceitual", "dimensão metodológica", "dimensão de comunicação" e "dimensão de investigação". Segundo Paulo Valle (2025) as categorias apriorísticas são aquelas que são estabelecidas antes da análise dos dados e que são definidas com base em teorias, conceitos ou hipóteses preexistentes, que orientam a investigação.

No entanto, durante o processo, foram identificados novos códigos (temas) que contribuíram para o enriquecimento das informações relevantes. No caso da categoria "Dimensão conceitual", podemos citar: i) "dimensão espaço territorial", que foi considerado um aspeto que potencia a prática intersetorial; ii) "cultura institucional". Além disso, os dados foram também codificados de forma fechada e por exclusão mútua, tendo sido agrupados em três tópicos: i) "conceito de intersetorial", ii) "potencialidades" e "dificuldades", iii) "agrupamento dos setores". Estão sistematizados a partir do seguinte quadro:

Tabela 8 Eixo Categórico – Dimensão Conceitual

Eixo Categórico	Indicadores de Análise	Temas Codificados
Dimensão Conceitual	Narrativas dos representantes sobre as dificuldades identificadas no NLI;	Cultura Institucional
		Mais – valia
		Facilitação de contatos
		Soluções Conjuntas
	Narrativas dos representantes sobre as potencialidades identificadas no NLI;	Participação
		Parceria
		Inclusão agilizada
		Espaço territorial
		Transversalidade
		Rentabilização de Recursos
	Integração dos setores públicos e privados.	Troca de Saberes
		Articulação

	Compreensão dos representantes sobre o conceito intersetorial;	Diversidade dos problemas
		Respostas complementares
		Desbloqueio de Constrangimento
		Integração
		Sensibilização
		Excesso de trabalho
		Compreensão
		Fragmentação

Elaboração: própria

A categoria "Dimensão metodológica" como foi referido anteriormente, refere-se às ferramentas técnicas - operacionais que estão sendo implementadas, no contexto da parceria, pelos integrantes do NLI, no processo de inclusão social, laboral e comunitária do beneficiário através da garantia de seus direitos sociais. E acima de tudo utilizadas como ferramentas de enfrentamento a pobreza extrema.

Tabela 9 Eixo Categórico – Dimensão Metodológica

Eixo Categórico	Indicadores de Análise	Temas Codificados
Dimensão metodológica	Organização da gestão do trabalho; - Estratégias de elaboração integrada de instrumentos técnicos; - Identificação territorial socioinstitucional;	Mapeamento Sócio – institucional
		Rede Social
		Diagnóstico Sócio territorial
		Relatórios
		Agenda colectiva
		Planeamento integrado
		Responsabilidade
		Partilha de Conhecimento
		Sinergia
		Diálogo
		Objetividade
		Harmonia
		Proximidade

		Respeito
		Comunicação
Dimensão metodológica	Formação no âmbito da parceria intersetorial	Mediação de conflito de conflitos
		Ações comunitárias
		Formações
		Relatório integrado
		Formação continuada
		Estabelecimentos de metas e prazos
		Orçamento
		Necessidade
		Recursos Humanos e materiais.
		Gestão
		Disponibilidade

Elaboração: própria

Em relação à categoria "Dimensão da Comunicação", o objetivo foi analisar as metodologias de comunicação interna e externa utilizadas entre os setores que integram o NLI, enquanto estratégias que facilitem a integração entre os representantes. Além disso, pretendeu-se garantir a transparência e a qualidade dos serviços prestados através da utilização de ferramentas que facilitem o processo de comunicação com a sociedade. Os códigos partiram dos seguintes interesses de análise:

Tabela 10 Eixo Categórico – Dimensão Comunicacional

Eixo Categórico	Indicadores de Análise	Temas Codificados
Dimensão Comunicação	Aplicabilidade de Inovações tecnológicas	Mídias (redes) sociais
		Canais de transparência
		Videoconferência
		Sistemas informáticos
		Meios de comunicação
		Sites
		Plataformas digitais
		Correio eletrónico

		Contatos telefónicos

Elaboração própria

Por fim, foi definida a categoria "Dimensão Investigação", que teve como objetivo incentivar o aprofundamento de estudos investigativos sobre os problemas sociais identificados na área de intervenção. Esta categoria contribui também para o processo de avaliação e monitorização das atividades realizadas e para a divulgação de informações fundamentadas cientificamente.

Tabela 11 Eixo Categórico – Dimensão Investigação

Eixo Categórico	Indicadores de Análise	Temas codificados
Dimensão Investigação	Prática Interdisciplinar; Utilização de ferramenta metodológica cientifica; Competência profissional; Propostas e sugestão.	Produção de conhecimento Elaboração de artigos Materiais informativos Dados estatísticos Formação profissional Interesse Equipa específica Disponibilidade Incentivo

No processo de análise categórica, a estruturação dos dados sistematizados em tabelas, juntamente com os excertos de texto extraídos das narrativas que serão apresentados a seguir, serviram de indicadores para o tratamento dos resultados alcançados. Segundo Paulo Valle (2025) esse processo de discussão contemplou uma amplitude de informações que necessitaram de ser organizadas de forma reflexiva e coerente, de modo a promover interseções claras na procura de respostas para os objetivos propostos. A leitura final foi realizada através da elucidação dos principais elementos apresentados nos discursos dos entrevistados, tendo conduzido a conclusões gerais sobre as questões levantadas no processo de investigação.

4.7. Conduta Ética na Investigação

Este estudo seguiu os princípios e diretrizes para proteger a dignidade, segurança e bem-estar dos participantes a fim de garantir o cumprimento dos padrões éticos da pesquisa. Entre esses: os princípios de responsabilidade, honestidade, fiabilidade, rigor, objetividade e integridade garantem a fidelidade e a não manipulação dos dados coletados.

A investigação envolveu o tratamento de dados pessoais tendo sido utilizado o consentimento informado, aplicado antes da realização da entrevista. E no final os participantes foram informados que terão acesso a tese após a sua defesa, que será enviada para os coordenadores dos núcleos. A proposta da devolução foi recebida como mais - valia no processo de organição do Núcleo Local de Inserção, conforme se pode perceber na fala dos seguintes entrevistados:

" (…) A devolutiva do estudo aos coordenadores é uma mais-valia ao trabalho que vem sendo realizado pelo NLI, porque mostrará diferentes formas de trabalhar, que poderão ser aplicadas por outros núcleos" (entrevista VI) " (…) Será muito bom, porque poderemos fazer uma leitura do que estamos a fazer e fazer melhor, é bom podermos ter mais ideias" (entrevista XIV) " (…) Poderemos analisar onde estamos a errar e onde estamos a acertar" (Entrevista XIX).

Foram igualmente tidas em conta a segurança e a proteção dos participantes, tendo sido tomadas medidas técnicas e organizativas de proteção dos dados pessoais, bem como de protecção no armazenamento e acesso até a sua desconstrução. Considerou-se também que a investigação não inclui uma amostra proveniente de populações vulneráveis e que não existem riscos consideráveis associados à participação.

CAPÍTULO 5 OPERACIONALIZAÇÃO DA PARCERIA NO NLI COM ÊNFASE NO MODELO DE PARCERIA INTERSETORIAL

Neste capítulo serão apresentados os resultados dos dados coletados no campo empírico, que, a partir dos conceitos teóricos, analisou a operacionalização de estratégia de intervenção realizada por meio da organização em parceria nos Núcleos Locais de Inserção, tendo como referência o modelo de parceria intersetorial.

5.1. Perfil dos Participantes

Compreendendo que a amostra da pesquisa está representada por coordenadores de NLI, foram levantadas questões sobre o perfil dos participantes, a fim de conhecer as características referentes à formação profissional, género e territorial dos representantes que estão a assumir esta função no RSI. No que se refere a formação profissional, a categoria mais representada é a dos assistentes sociais. Em concreto, 15 dos 20 coordenadores entrevistados são profissionais de Serviço Social. Quanto aos demais participantes, apresentam formações nas áreas da psicologia, da sociologia, das ciências da educação, da educação social e da pedagogia.

É sabido que a profissão de serviço social caminha em paralelo com as políticas sociais e que o trabalho desenvolvido pelos profissionais na esfera da formulação, gestão e execução da política social é indiscutivelmente importante, tendo em conta a quantidade de dados coletados. Os assistentes sociais são peças fundamentais no processo de institucionalização das políticas públicas e na lógica da garantia dos direitos sociais.

No entanto, segundo Mioto & Nogueira (2013), à inserção destes profissionais em equipas multiprofissionais e interdisciplinares tem revelado dificuldades na definição do seu papel, exigindo que estes disponham de um campo organizado de conhecimentos expressos através das suas atribuições e competências profissionais para exercício das suas funções e desempenhar o seu papel social.

Em relação a representação do sexo dos coordenadores, a amostra foi composta quase exclusivamente por coordenadores do sexo feminino. Em outras palavras, dos 20 coordenadores entrevistados, apenas um coordenador foi do sexo masculino. Nomeadamente, a feminização na ocupação desta função pode ser analisada, entre outros, por meio de três prismas: i) o prisma do direito fundamental à igualdade, que defende que homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades em todas as esferas sociais, políticas e económicas mediante a disparidade representada pelos dados coletados; e ii) o prisma da representativa feminina no mercado de trabalho; iii) e, o prismoa da perspetiva da divisão sexual do trabalho, que centra a discussão na origem da profissão de serviço social, iniciada pelas chamadas "mulheres da caridade" e "mulheres da assistência", uma profissão vocacionada para a realização de um dos papéis de cuidadora da mulher na comunidade.

Relativamente à representação territorial (regiões), a amostra inclui três coordenadores da região Norte, cinco da região Metropolitana de Lisboa, seis da região Centro, três da região do Alentejo e três da região do Algarve. A análise dos dados recolhidos permite refletir que, embora os papéis dos núcleos estejam guiados pelo mesmo dispositivo legal (Lei n.º13/2002), os representantes das diferentes regiões adotam, na prática, abordagens e estratégias diferentes para estruturar e implementar a parceria no NLI. Ficaram algumas questões abertas para futuras investigações no que se refere ao prisma das abstrações políticas, económicas e ideológicas referentes à implementação do NLI nas diferentes realidades territoriais.

5.2. Dimensão Conceitual

Inicialmente, tendo em conta que o modelo de colaboração intersetorial ultrapassa a mera junção ou a disposição em pares entre representantes de diferentes setores (público, privado, social e de solidariedade) e é caracterizado por uma colaboração contínua para alcançar metas partilhadas, começaremos por mencionar que o modelo de parceria que está a ser implementado nos NLI analisados, embora conte com a participação de diferentes setores na sua composição e apresente alguns aspetos comuns sobre as potencialidades da intervenção realizada através da organização em parceria, não se baseia na prática com o conceito teórico do modelo de parceria intersetorial.

Neste contexto, na maioria dos núcleos investigados, a parceria é realizada através do modelo de parceria plurissetorial, caracterizado pela presença de diferentes setores, que não atuam de forma integrada mantendo uma certa desarticulação em aspetos que caracterizam o modelo de parceia intersetorial. Os encontros entre os diferentes setores não são profundamente articulados, o que pode ser exemplificado pela participação esporádica em reuniões para atender as necessidades específicas dos beneficiários que são relacionadas com a oferta de serviço de cada setor.

Na verdade, a maioria das ações está a ser executada pelos coordenadores do NLI, em colaboração com os técnicos do RSI. Além disso, verifica-se que os representantes dos núcleos não se esforçam por criar protocolos com outras respostas sociais, de modo a abranger uma rede mais ampla de parceiros. Como será possível compreender no desenvolvimento dos dados que serão apresentados.

5.2.1. Perspetiva: potencialidades na organização em parceria

Os coordenadores entrevistados foram questionados sobre as vantagens que o princípio da parceria, estabelecido através da organização integrada entre os representantes do NLI, oferece à prestação de serviços. A partir dos discursos teóricos, a parceria foi considerado uma potencialidade para a organização do trabalho, uma mais – valia, na medida em que reúne os setores para debater questões sociais que não podem ser resolvidas de forma isolada por um único setor.

Ademais, foi considerado um fator que facilita a integração rápida dos beneficiários nos serviços disponibilizados no terrirório de intervenção, uma vez que elimina alguns obstáculos com que estes

se deparam, como as barreiras de acesso direto aos serviços de saúde, educação, emprego, entre outros. A parceria contribui para que as necessidades sejam resolvidas pelos profissionais responsáveis através da prestação dos serviços solicitados após às discussões.

Foi também referido que a colaboração permite uma perspetiva diversificada e abrangente das questões sociais e torna a organização do trabalho mais eficiente. Através da transversalidade, os representantes dos setores podem ter a oportunidade de propor aos gestores como utilizar os recursos disponíveis em cada área de intervenção, contribuindo, assim, para a otimização dos recursos, para a adequação das respostas às necessidades identificadas e consequentemente para o reforço da medida do Rendimento Social de Inserção.

*" (…) O trabalho em **parceria** é uma mais-valia porque na essência reúne um maior número de profissionais para discutir as dificuldades. Sendo mais fácil resolver com a participação de todos" (Entrevista XII, 2024)*

*" (…) O trabalho em **parceria** possibilita a extensão da oferta de serviços na atenção às necessidades dos beneficiários" (Entrevista II, 2024)*

*" (…) A **parceria** tráz para as discussões diferentes perspetivas e visões nas ações realizadas" (Entrevista VI, 2024)*

*" (…) A **parceria** possibilita que ocorra a rentabilização de recursos, porque temos os recursos das redes todos disponíveis para trabalhar**.** Que ocorre de forma solidária, sendo um processo facilitador" (Entrevista XV, 2024)*

*" (…) A **parceria** faz com que o trabalho da NLI, SAAS e IPSS, seja realizado de forma mais agregada. Os processos de inclusão acabam por ser mais agilizados". **(**Entrevista VIII, 2024)*

*" (…) A **parceria** facilita o acesso ao beneficiário do RSI, porque desbloqueia alguns constrangimentos que podem ser causados. Como o acesso ao médico se não tivesse um representante da saúde" (Entrevista XVI, 2024)*

*" (…) A contribuição do conhecimento de vários **parceiros** na melhoria de vida das pessoas." (Entrevista XIII, 2024)*

*" (…) O ponto positivo é que o agrupamento de setores torna a articulação do beneficiário mais fácil. Quando o trabalho é realizado em **parceria** só temos a ganhar porque os problemas são vistos de forma transversal. Sabemos que as famílias apresentam situações problemáticas de várias ordens, e quando estamos articulados, concebemos um olhar melhor sobre as situações (Entrevista XI, 2024)*

*" (…) Permite alcançar as várias dimensões da vida social, fomenta a troca de saberes/experiências e contribui para respostas mais completas ao considerar todas as dimensões da complexa realidade social (…) **parcerias** que permitem procurar respostas mais adequadas à diversidade das problemáticas dos beneficiários de RSI. Reforça a eficácia desta prestação social, nomeadamente através de um acompanhamento de proximidade dos contratos de inserção dos*

beneficiários de RSI, ao convocar e comprometer na sua execução as entidades das diferentes áreas de inserção (Entrevista VII, 2024)

*" (…) A **parceria** ajuda a resolver situações que um setor sozinho não poderia resolver" (Entrevista XIX, 2024)*

*" (…) Quando estamos a trabalhar no sentido de **parceria** todas as forças são somadas" (Entrevista XX, 2024).*

Refletindo sobre as abordagens dos entrevistados pode-se perceber que os dados revelam características associadas ao conceito de parceria, que foram expostas na fundamentação teórica sobre o conceito de intersetorialidade, nomeadamente: criação de valor agregado, articulação, ampliação da oferta de serviços, otimização de recursos, transversalidade, partilha de conhecimentos/experiências, respostas adequadas a problemas e eficácia.

Ainda em relação ao ponto de vista das potencialidades, um aspeto frequentemente mencionado nas narrativas dos entrevistados, mas que não foi incluído nas questões de investigação, refere-se a relação parceria com à categoria "dimensão do espaço territorial". De acordo com alguns coordenadores, uma dimensão territorial menor simplifica o trabalho em parceria de várias formas:

I. Contribui para a participação de todos os membros;
II. Facilita o contato entre os serviços disponíveis no território;
III. Facilita a inclusão do beneficiário;
IV. Contribui para uma adesão facilitada;
V. Facilita a comunicação;
VI. Estabelece uma relação de proximidade entre os parceiros;
VII. Possibilita que as relações se estreitem;
VIII. As ligações acabam por ser muito pessoais.
IX. Fortalece a organização da rede de atenção.

" (…) A região ser pequena, contribui para o acesso de contatos e participação de todos os membros. Seja nas funções internas e externas do NLI" (Entrevista I, 2024)

" (…) Além do espaço territorial ser pequeno, que facilita o contato entre os serviços disponíveis no território e a inclusão do beneficiário nos serviços que são solicitados. Contribui para uma adesão facilitada" (Entrevista III, 2024)

" (…) Aqui, por ser um município pequeno, é possível estabelecer uma relação de proximidade entre os parceiros e uma boa articulação do NLI com o beneficiário". (Entrevista IX, 2024)

" (…) Um dado positivo é que o município é pequeno e conhecemos todas as pessoas. O que faz com que as relações entre os técnicos e entidades se estreitem e o trabalho ocorra de forma positiva" (Entrevista X, 2024)

" (…) Pelo facto do município ser muito pequeno, as ligações acabam por ser muito pessoais, não temos necessidades de formalizações. Utilizamos os contatos pessoais a qualquer hora quando é preciso falar, o que acaba por ser uma grande vantagem" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) Trata-se de um município pequeno, que traz a proximidade entre os colegas que se conhecem fora do núcleo. Facilita a comunicação. Acabamos por ter uma rede muito bem montada" (Entrevista XV, 2024)

Quanto aos municípios com maiores dimensões territoriais, este tema não foi abordado por nenhum dos entrevistados. Ou seja, não foi estabelecida qualquer relação entre o espaço territorial maior com as potencialidades e os desafios à operacionalização da parceria intersetorial. Um aspeto que pode ser abordado em outros estudos relacionados com o tema e considerado como relevante.

5.2.2. Perspetiva: desafios na operacionalização em parceria

No que se refere aos desafios impostos ao processo de implementação efetiva da parceria intersetorial no NLI, a ausência de participação do setor da educação na composição do NLI foi apontada por vários coordenadores como sendo uma realidade complexa nas ações dos núcleos. Destacaram- se também dois outros obstáculos: i) a"cultura institucional"; ii) a fraca participação dos setores que integram os núcleos.

Em relação à "cultura institucional", segundo a análise dos discursos dos entrevistados, os setores aderem a um padrão de intervenção convencional, no qual as ações continuam a ser executadas numa perspetiva setorial. Além disso, mantêm-se fechados a novas propostas de intervenção. Está questão envolve valores, comportamentos, ideologias, conhecimentos, tradições e costumes que não podem ser superados de imediata.

Mais uma vez, os representantes dos núcleos compreendem que o foco da intervenção deve estar nas necessidades dos beneficiários, e não no objetivo final, que deveria ser comum a todos: enfretar a pobreza extrema através de ações conjuntas e integradas.

" (…) A falta de compreensão das entidades particulares em relação à importância das ações desenvolvidas no NLI que devem ser realizadas em parceria e não que cada setor faça a sua parte. As entidades parceiras limitam as suas funções no NLI (…) não participam diretamente de outras ações que acabam por ficar sob a responsabilidade da coordenação e dos técnicos do RSI (…) a compreensão em relação à forma como é realizada esta participação, para que as ações não continuem a ser realizadas de forma setorizada, e cada setor exerce o que pensa ser da sua competência, e desresponsabiliza pelas demais práticas que requer uma visão conjunta, a ser desenvolvida com a participação de todos os membros (…) ocorre desencontro em relação a participação das entidades de forma mais assídua" (Entrevista V, 2024)

" (…) O trabalho é realizado de forma fragmentada porque cada setor faz a sua parte (…) ainda é muito enraizado culturalmente nas instituições e dificulta quando propõe-se fazer ações realmente

integradas (…) a gestão de cada setor tem as suas regras e normas, objetivos de trabalho definidos e nem sempre é possível disponibilizar os profissionais para desenvolver outras ações" (Entrevista VI, 2024)

" (…) O maior constrangimento acontece com o envolvimento das entidades parceiras em outras rotinas que não sejam as reuniões. Às vezes são enviadas solicitações por e-mail e a resposta é demorada. Entretanto, participam das reuniões e atendem aos serviços que são responsabilidades das suas entidades. Compreendem que cada um atua no seu sítio" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) É difícil propor novas ideias. Estou a falar porque já senti exclusão do grupo ao tentar fazer. (…) A cultura de trabalhar separado ainda é predominante nos serviços" (Entrevista XIX, 2024)

Em relação à "baixa participação dos setores" que compõem os núcleos em ações extra ou intra-setoriais, foi realizada uma sistematização dos dados coletados a partir das falas dos entrevistados sobre as diferentes razões que contribuem para que este desafio aconteça, nomeadamente:

I. Incompreensão do que é o trabalho em parceria;
II. Incompreensão sobre as questões que ultrapassam o papel do NLI;
III. Falta de sensibilização das entidades parceiras;
IV. Falta de tempo para dedicar-se ao NLI devido o excesso de trabalho nos setores;
V. Excesso de outras funções por parte dos representantes;
VI. Desresponsabilização dos setores pelas práticas que requerem uma visão conjunta;

" (…) Uma das dificuldades está na entidade parceira compreender e acompanhar o funcionamento do núcleo" (Entrevista II, 2024)

" (…) É possível encontrar dificuldades no âmbito da intervenção em questões que ultrapassam o papel do NLI" e muitas vezes os parceiros não compreendem esta dificuldade. (Entrevista I, 2024)

" (…) Mais de uma atribuição por parte de todos os membros do NLI, que leva ao excesso de trabalho e impede os colaboradores de desempenhar outras atividades" (Entrevista III, 2024)

" (…) Pouco tempo dedicado ao NLI, porque os representantes dos setores estão envolvidos em outros serviços" (Entrevista IV, 2024)

" (…) A questão da hierarquização e a falta de compreensão das entidades parceiras em perceber que nem sempre é possível realizar ações que dependem da autorização de profissionais que estão acima de nós. Os parceiros não têm sensibilização para entender que eu não decido nada sozinha e que nem sempre é possível fazer tudo o que queremos" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Alguns constrangimentos, que não acontecem muitas vezes, como a comunicação dentro do Instituto de Emprego. Porque às vezes o técnico representante no NLI recebe uma determinada função, mas dentro do próprio setor tem outro colega a ser responsável pela função. Acontece um desencontro de informações" (Entrevista X, 2024)

Quanto ao "acúmulo de funções" e ao "excesso de trabalho nos setores", trata-se de dois temas muito presentes nos estudos e debates realizados por investigadores sobre a precarização do trabalho. A precarização é um processo multidimensional que afeta a vida do trabalhador no seu cotidiano, tanto no trabalho como fora dele. Na dimensão da vida social e nos laços familiares e intergeracionais.

Manifesta-se através de formas de organização pautadas pelo "just in time", pela gestão baseada no medo, pelas práticas participativas forçadas, pela imposição subtil de autoaceleração, pela multifuncionalidade e por outros métodos orientados para o controlo maximizado.Trata-se de um processo de dominação que envolve insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, bem como o sequestro do tempo e da subjetividade.

Franco *et al* (2010) apresentam cinco dimensões do processo de precarização do trabalho: i) vínculos de trabalho e processo contratual; ii) organização e condições de trabalho; iii) precarização da saúde dos trabalhadores; iv) fragilização do reconhecimento social, da valorização simbólica e do processo de construção das identidades individuais e coletivas; e v) fragilização dos agentes sociais quanto à natureza da representação e organização coletiva.

A falta de participação do setor educativo na formação do NLI é um desafio preocupante, dado que a educação é um direito humano e social, fundamental e essencial, para promover uma inclusão social, laboral e comunitária mais justa, equitativa e digna dos beneficiários. A partir da Constituição de 1976 o Estado passou a ter a obrigação de fomentar a democratização da educação, dado o papel social significativo que esta desempenha no desenvolvimento da personalidade, das capacidades e das competéncias humanas. O objetivo é promover a igualdade de oportunidades de inserção no mercado de trabalho e nas relações sociais, o que torna essencial a sua inclusão nas ações e discussões sobre a pobreza extrema.

Como foi aborado nos capítulos anteriores, a ausência, ou escassa vivência educacional, entre outros aspetos, pode estar instrisecamente relacionada a situação de vulnerabilidade face à pobreza, dado dificultar o acesso a oportunidades sociais e de emprego. Atualmente, o setor da educação enfrenta desafios internos relacionados com questões salariais, excesso de burocracia, planos de carreira, sobrecarga de trabalho e processos burocráticos, além de condições de trabalho precárias. Estes temas estão na origem das frequentes paralisações promovidas por professores e trabalhadores e devem ser alvo de debate por todas as instâncias que compõem o NLI.

“ (...) Não foi fácil trabalhar com este modelo de integração participativa, principalmente com o setor da educação, que acredita ser responsabilidade da ação social as ações de inclusão social e que a responsabilidade da escola é informar se será necessário cortar o benefício, ou não da família” (Entrevista VIII, 2024)

" (…) A maior dificuldade em termos de parceria foi não poder contar com a participação do setor da educação nas reuniões" (Entrevista IX,2024)

" (…) O setor da Educação não esteve presente na composição do núcleo desde que era responsabilidade da Segurança Social, foram enviados convites, diligéncias, e só em maio deste ano (2024), é que estamos a contar com um profissional da educação (...) a educação não se vê, como sendo responsável por outros problemas dos beneficiários que não seja sobre a escola. A educação poderia trabalhar ações em parceria com o núcleo de desconstrução cultural (Entrevista XI, 2024)

" (…) O único constrangimento foi com o setor da educação que esteve completamente ausente durante alguns anos" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Quando aconteceu a transferência das competéncias para autarquia, a Segurança Social nos informou sobre o constrangimento da participação do setor na educação que não fazia parte do núcleo" (Entrevista XV)

" (…) A educação é o setor que está em falha, nem sempre foi assim, mas após a transferência de competéncias ainda não temos um representante no núcleo. Sendo que, quando precisamos de algum serviço do setor da educação, nós somos atendidos" (Entrevista XVI).

É pertinente salientar que, através de recolha dos dados, foi também identificada a falta de participação do setor da saúde na composição de um dos NLI. Trata-se de uma área social que, de acordo com os dispositivos legais do RSI, deve estar obrigatoriamente representada no NLI, visto tratar-se também de um direito garantido a todos os cidadãos pela Constituição da República de 1976. De facto, se relacionarmos os conceitos de "saúde" e "pobreza", segundo Maurício Barreto (2017) com poucas exceções, a incidência das mais diversas doenças e problemas de saúde é mais elevada entre os grupos sociais que vivem em situações socialmente desfavoráveis, ou seja, entre os mais pobres.

Além disso, é importante salientar que o Sistema Nacional de Saúde (SNS), também enfrenta desafios. Nomeadamente a insatisfação dos funcionários com as condições de trabalho, que incluem longas horas de trabalho, baixos salários, falta de um plano de carreira, precariedade e escassez de profissionais, o que afeta o acesso dos beneficiários aos cuidados de saúde. Neste contexto, destacam-se principalmente a interrupção dos serviços de urgência obstétrica, a escassez de médicos de família e outras dificuldades associadas ao setor da saúde.

Estes são temas que também não podem deixar de ser abordados pelos representantes do NLI nas suas discussões. Entretanto, de acordo com o coordenador entrevistado, embora a ausência do setor da saúde ter sido mencionada como um desafio à prática da parceria, na verdade, não causa grandes problemas ao núcleo. Segundo o mesmo, quando o setor da saúde é informalmente convidado a participar, responde as necessidades de saúde.

No entanto, esta atitude ignora o protocolo que deve ser estabelecido com o setor da saúde, desconfigura o modelo de parceria tratado nos dispositivos legais do NLI e consequentemente a operacionalização do modelo de parceria intersetorial.

" (…) Apesar do setor da saúde não ser representado no NLI, sempre que necessário, envolvem-se nos pedidos solicitados pelo NLI" (Entrevista II, 2024)

5.2.3. Perspetiva: interesse em integrar novos setores através do protocolo de parceria

Segundo Marco Akerman (2024) uma das estratégias recomendadas para a prática da parceria intersetorial é promover a articulação que estabelece e mantém conexões entre diferentes instituições, cabendo aos membros de uma determinada instância tomar a iniciativa de aumentar a participação dos intervenientes.

Neste sentido, os participantes nas entrevistas foram questionados sobre o interesse dos representantes em celebrar protocolos com outros setores de políticas sociais, no que se refere à sua participação nos núcleos. A partir das narrativas, verifica-se que a maioria dos membros não está interessada. Entre as justificações apresentadas, destacam-se: i) a satisfação em trabalhar com os atuais membros do NLI; ii) a convicção de que o número de entidades envolvidas é suficiente; iii) a incompreensão das entidades quanto à organização e à dinâmica do trabalho realizado em parceria; e iv) a dificuldade em gerir o trabalho com um número elevado de representantes.

Tabela 12 Integração de Novos Setores na Composição do NLI

Entrevistas	Sim	Não	Discursos dos Entrevistados
Entrevista II		X	*" (…) Foi realizada uma reunião para abordar esta questão e ficou decidido em acordo, que algumas entidades não estão preparadas para desenvolver diretamente as funções moldadas no modelo plurissetorial e para que o serviço seja mais eficaz, decidiu-se convidar as entidades para participar das ações quando necessário, seja no plano de inserção do beneficiário, seja em outras ações.*
Entrevista III		X	*" (…) O NLI busca a participação das entidades de acordo com as necessidades dos beneficiários".*
Entrevista V		X	*" (…) A proposta está voltada para indicação de um único representante das instituições de caráter solidário (privado) na composição do NLI e quando é necessário, o representante indicado em conjunto entre todos os representantes, fica*

			responsável pela articulação com os setores privados. A parceria não é protocolada.
Entrevista VI		X	*" (…) Não temos esta necessidade".*
Entrevista IX		X	*" (…) Por ser pequeno, o município conta com poucas respostas sociais e a maioria já integram o núcleo".*
Entrevista X		X	*" (…) As parcerias já são suficientes. Os setores públicos já têm muitas respostas aos problemas identificados no plano de intervenção do beneficiário".*
Entrevista XI		X	*" (…) A forma como a parceria entre as IPPS e o município está protocolada, falo em protocolos do RSI, está a responder de forma positiva".*
Entrevista XII		X	*" (…) Este assunto já foi abordado nas reuniões, mas chegamos a conclusão de que seria complicado trabalhar com muitas entidades (…) quando precisamos do apoio de algumas destas entidades os técnicos do RSI entram em contacto".*
Entrevista XIII		X	***" (…)** Foi decidido que as parcerias estabelecidas são suficientes"*

Entrevista XIV		X	*" (…) Não pretendemos convidar novos parceiros, pensamos que a participação de muitas entidades pode causar constrangimento na questão do quórum nas reuniões, que é obrigatório e mais entidades integradas poderá dificultar este trabalho. Além disso, poderá atrapalhar as aprovações dos contratos, como outras ações (…) o CLAS já desenvolve ações com as entidades que fazem parte da Rede Social e se o NLI seguir a mesma linha poderá pertencer as entidades sem que seja necessário (…) não sentimos a necessidade de chamar para fazer um contrato de homoglação, quando é preciso nós procuramos e como as relações são de proximidade, conseguimos dar respostas através da articulação".*
Entrevista XV		X	*" (…) Decidimos não convidar porque o NLI está organizado da seguinte maneira: temos um representante da IPSS, que é responsável por entrar em contacto com as outras IPSS, se for necessário realizar alguma parceria (…) sendo o município pequeno esta forma de organização está a funcionar".*
Entrevista XVI		X	*" (…) Não sentimos esta necessidade. Não há pertinência para isso. Quando precisamos recorremos ao serviço porque temos uma relação estreita com as entidades. Como foi o caso do CLAIM".*
Entrevista XX	X		*" (…) O NLI está a funcionar com as entidades obrigatórias e está* a *funcionar melhor assim".*

Fonte: elaboração própria

A análise dos dados mostra que um dos principais desafios da implementação da parceria intersetorial, no que diz respeito à integração de setores, está relacionado com a necessidade dos

representantes dos núcleos compreenderem a importância de uma intervenção integrada e fortalecida da rede de atenção territorial, que inclua as respostas sociais de atores que atuam na mesma realidade social.

Como foi referido anteriormente pelos coordenadores, esta integração que pode enriquecer as ações do NLI, a partir das diferentes experiências e perceções, da articulação dos recursos financeiros e humanos e da possibilidade de criar estratégias comuns entre as partes, para enfrentar problemáticas multidimensionais e mais complexas.

Neste sentido, é necessário superar a acomodação dos representantes dos núcleos, que estão habituados a trabalhar com os mesmos representantes e incorporar estas novas ideias. Não se trata de uma questão que possa ser adiada, como mencionaram alguns coordenadores entrevistados, mas sim de uma questão prioritária no que se refere ao trabalho em parceria. Por conseguinte, deve assegurar-se a participação de todos os serviços sociais no combate a pobreza pobreza.

" (…) O núcleo colocou em questão, mas ainda não colocou em prática" (Entrevista IV, 2024)

" (…) É uma das propostas do NLI" (Entrevista V, 2024)

Entretanto, foram encontrados dois núcleos em que os coordenadores reconhecem a relevância de incorporar novas respostas sociais e que para esta medida seja aplicada de maneira eficiente, é preciso considerar os dispositivos legais do RSI, em alinhamento com o conjunto de diretrizes normativas.

" (…) O núcleo está sempre a integrar todas as respostas sociais que tiverem o interesse de participar das discussões, não só do plano do beneficiário, mas nos problemas que são discutidos dentro do município" (Entrevista VIII, 2024)

" (…) No regulamento interno está previsto que possam integrar o NLI entidades públicas e privadas que a ele queira aderir de livre vontade. O NLI pode ainda convidar entidades que desenvolvam atividades na respetiva área geográfica no âmbito dos Contractos Locais de Desenvolvimento Social" (Entrevista X, 2024)

" (…) Quanto mais membros o NLI tiver, melhores serão as intervenções" (Entrevista I, 2024)

5.2.4. Perspetiva: estratégias e ferramentas operacionalizadas para a integração de novos setores

Este item trata das questões relacionadas à elaboração de ferramentas ou estratégias empregadas pelos integrantes dos núcleos para envolver as entidades parceiras na formação do NLI. Segundo os relatos dos coordenadores entrevistados, as estratégias mais empregadas incluem a "prospeção ativa das próprias entidades", a "utilização da Rede Social" e o "envio de convites".

" (…) Os parceiros foram convidados através da busca realizada nos dados fornecidos pela Rede Social" (Entrevista I, 2024)

" (…) Através da Rede Social (…) a Rede Social desenvolve um trabalho de parceria alargada, dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social" (Entrevista VII, 2024)

" (…) Temos a participação de uma I.P.S.S. A Santa Casa da Misericórdia, que foi convidada anteriormente para fazer parte" (Entrevista X, 2024)

" (…) As duas entidades que não são obrigatórias fazem parte do núcleo através da realização de auto convite" (Entrevista II, 2024)

" (…) O NLI conta apenas com a parceria não obrigatória de uma I.P.S.S. Este processo de parceria ocorreu mediante convite por parte do NLI" (Entrevista III, 2024)

" (…) As cinco entidades não obrigatórias que estão a participar no NLI foram integradas através de convites feitos de acordo com as grandes necessidades identificadas" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Temos a participação das entidades obrigatórias com alguns constrangimentos por parte da educação e contamos com a parceria de duas I.P.P.S. que já fazem parte do núcleo há muitos anos. A parceria foi estabelecida através de convite" (Entrevista XII,2024)

" (…) O NLI conta com a participação das entidades obrigatórias e mais duas I.P.S.S que foram convidadas" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) O Núcleo é composto pelas entidades obrigatórias e mais uma I.P.S.S. Foram realizados convite de solicitação de acordo com as necessidades que foram identificadas" (Entrevista XIV,2024)

Um dos coordenadores entrevistados apresentou uma estratégia diferenciada em relação aos demais núcleos investigados no que diz respeito à inclusão de novos setores no NLI. Esta estratégia é executada por meio de reuniões comunitárias, nas quais as partes interessadas em participar no NLI demonstram o seu interesse através da troca de informações.

" (…) No município há uma cultura de participação comunitária, onde muitos eventos promovidos pela Câmara e Ação Social ocorrem com a participação da comunidade, através do convite as entidades de representação social que trabalham no município. E, talvez por isso, as próprias entidades acabam por procurar o NLI e passam a fazer parte do núcleo através da participação formalizada" (Entrevista VIII, 2024)

Um tópico que emergiu durante as entrevistas e que também merece atenção neste conjunto de questões diz respeito às alterações de algumas coordenações do NLI, especificamente devido a transferência da responsabilidade do RSI/NLI para as autarquias municipais. Três coordenadores não conseguiram explicar que estratégias empregaram nos seus respetivos núcleos de atuação, pois assumiram a função de coordenador há pouco tempo.

" (…) Atualmente o NLI conta com a participação de sete entidades não – obrigatórias. Não sei explicar porque estes membros já faziam parte do núcleo antes da transferência de responsabilidade" (Entrevista V, 2024)

" (…) Duas I.P.S.S. as entidades já faziam parte do núcleo antes de assumir a coordenação" (Entrevista XV, 2024)

" (…) Quando fui chamado para coordenar o núcleo, as entidades parceiras já faziam parte do núcleo há alguns anos. Nós contamos com a participação das entidades obrigatórias, e com a participação de três entidades particulares" (Entrevista IX, 2024)

Outro desafio identificado nos discursos dos coordenadores, prende-se com o facto de que os setores privados, social e da solidariedade não estarem totalmente integrados nos protocolos de formação dos núcleos. Tal leva ao desinteresse dos membros em desenvolver ferramentas para integrar novas entidades. Esta situação evidencia o fortalecimento de práticas fragmentadas, o que contraria o princípio da transversalidade definido nos dispositivos legais da segurança social, bem como a implementação do modelo de parceria intersetorial.

" (…) O núcleo não conta com a participação das entidades de solidariedade na sua composição, quando sentimos a necessidade convidamos as entidades a participar das reuniões, ou encaminhamos o beneficiário, mas não é algo que esteja protocolado" (Entrevista XVI, 2024)

" (...) O NLI conta apenas com a parceria das entidades obrigatórias, não existe protocolo com outras entidades privadas. Ou seja, uma parceria concreta" (Entrevista VI, 2024)

" (…) Podemos dizer que a autarquia contra com dez I.P.S.S. mas a parceria com as entidades que não são obrigatórias, não é realizada quando estamos a falar da composição do próprio núcleo" (Entrevista XI, 2024)

" (…) Atualmente, não estamos a trabalhar com outros parceiros, além dos parceiros que são obrigatórios (…) mas, consta como proposta para o plano anual de acções" (Entrevista XX, 2024)

É importante ressaltar que isso não implica que os representantes tenham rejeitado a ideia de utilizar os serviços oferecidos pelos setores privados, social e da solidariedade. Na prática, as entidades são convidadas a oferecer serviços pontuais quando necessário, e a parceria é firmada sem formalização, integração ou continuidade. Em outras palavras, a colaboração não segue o padrão do modelo intersetorial, pois se restringe a atender às demandas pontuais ou específicas de cada setor.

5.3.Dimensão Metodológica Técnico - Operacional

Este item aborda os instrumentos técnicos – operacionais empregados nas estratégias de intervenção do NLI, elaborados e aplicados através da integração de todos os representantes dos setores que constituem as estruturas funcionais dos núcleos, além do apoio dos gestores das políticas sociais nas ações de intervenção colaborativa. O objetivo é melhorar a qualidade do serviço oferecido por meio da prática intersetorial, que se concentra em metas compartilhadas e na garantia do acesso aos direitos sociais.

5.3.1. Perspetiva: Mapeamento Socioterritorial

O protótipo de parceria intersetorial inclui a realização de um mapeamento institucional e territorial, que será efetuado através do diagnóstico integrado dos serviços de atenção à comunidade que atuam no mesmo território. Embora esta ferramenta ajude a obter uma visão mais ampla das questões sociais identificadas num determinado território, a maioria dos coordenadores informou que este diagnóstico não está a ser conduzido diretamente pelos representantes dos núcleos.

Além disso, referiram que esta prática não é realizada através de uma pesquisa de campo, mas com base na informação obtida em bases de dados desenvolvidas por outras organizações. A exemplo da Rede Social, a SAAS, o Radar Social e o CLAS que são as bases de dados mais solicitadas. O uso da plataforma "Rede Social" pode ser classificada como a estratégia mais comumente empregue.

" (…) Foi realizada uma busca na plataforma da Rede Social" (Entrevista I, 2024)

" (…) Não, quando necessário a equipe recorre a plataforma da Rede Social" (Entrevista II, 2024)

" (…) O NLI busca os contatos através da Plataforma Rede Social" (Entrevista III, 2024)

" (…) As informações sobre a rede de atenção são coletadas em articulação com Ação Social, que já havia realizado este mapeamento através da Rede Social" (Entrevista V, 2024)

" (…) Não, o NLI não tem um instrumento técnico onde comporta estes dados. Quando há esta necessidade recorremos às informações promovidas pela SAAS" (Entrevista VI, 2024)

" (…) Obtivemos o acesso a esta informação através da articulação do NLI com o CLAS e através da Rede Social" (Entrevista VII, 2024)

" (...) O núcleo tem acesso a esta informação que foi realizada a partir da integração com o serviço de rastreio realizado pela SAAS e apoio da Câmara" (Entrevista VIII, 2024)

" (…) Não sentimos esta necessidade. Este trabalho tem sido realizado pela Secretaria da Acção Social" (Entrevista X, 2024)

" (…) Não fizemos (…) mas, sabemos que no município existem trinta entidades de solidariedade social. Esta informação foi fornecida através da SAAS. Não temos um instrumento que apresente este dado" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Não fizemos, a informação obtivemos através do SAAS" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Não, é possível identificar esta informação através do CLAS (Conselho Local de Acção Social), que conta com a adesão de 32 entidades" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) Não foi preciso, nós temos acesso a esta informação a partir da Rede Social e da Carta Social. Sendo possível obter conhecimento não só das entidades que pertencem ao concelho, que são dezassete, mas sobre outras entidades que existem nas regiões mais próximas" (Entrevista XV,2024)

" (…) Não fizemos este trabalho porque já foi feito pela SAAS (…) Temos a lista com os nomes e contatos das entidades que existem no território" (Entrevista XVI, 2024).

Embora prática e económica, essa situação pode limitar a adição de mais informações aos dados disponíveis na rede de atenção, e potencializar o trabalho de outras instâncias de ação social. Ademais, ao executar o mapeamento diretamente no território de intervenção, com base nas informações previamente disponibilizadas sobre as respostas sociais, pode-se criar uma conexão mais estreita entre os integrantes do NLI e as entidades mapeadas.

Contudo, embora a maioria dos representantes dos Núcleos Locais de Inserção não execute o mapeamento diretamente, dois coordenadores informaram que estão a implementar através do uso de duas estratégias distintas:

" (…) Sim, como é no caso dos comerciantes de mercearias, que foram identificados para fazer parte do programa de Inclusão social que foi criado pelo próprio município" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Ainda não temos este mapeamento pronto, o município é pequeno, só temos quatro entidades privadas de apoio social. Mas, estamos a trabalhar em parceria com a coordenação da rede social e estamos a elaborar o Radar Social. Está a ser feito o diagnóstico do município e o levantamento dos serviços encontrados no território. Em breve teremos este mapeamento pronto e actualizado" (Entrevista IX, 2024).

5.3.2. Perspetiva: Partilha efetiva entre todos os setores

Luciano Junqueira (198) descreve que o modelo de intervenção intersetorial visa valorizar a importância do ponto de vista de cada setor representado, rompendo com a cultura que atribui maior importância a um direito em detrimento de outro. Dá credibilidade aos diferentes pontos de vista, que são discutidos e focados em objetivos comuns, de modo a definir ações baseadas no consenso. Neste sentido, foram sistematizadas, a partir das falas dos entrevistados, algumas estratégias subjetivas necessárias para uma partilha positiva no âmbito da intervenção em parceria: i) Coesão; ii) Comunicação; iii) Escuta; iv) Diálogo; v) Consciencialização; vi) Respeito.

" (…) Em relação aos interesses, os conflitos ocorrem quando os profissionais não têm as mesmas disponibilidades para participar do trabalho mais integrado. Mas, acaba-se por resolver" (Entrevista XIX)

" (…) Quando há desencontros de interesses são resolvidos com escuta e respeito" (Entrevista I, 2024)

" (…) O trabalho é realizado em concordância porque trabalhamos juntos (…) quando acontece algum posicionamento diferente, conseguimos ultrapassar através do diálogo e do respeito" (Entrevista X, 2024)

" (...) Quando se integra um coletivo com realidades de vida diferentes, as perceções nem sempre serão as mesmas. É comum que ocorram divergências. As divergências são solucionadas através da escuta e do direito a expor os diferentes pontos de vista. Através do diálogo e do respeito

o coletivo chega a um consenso sem perder o foco no objetivo de estarem reunidos" (Entrevista III, 2024)

" (…) Um desafio que tem tentado ser superado a partir do processo de diálogo e conscientização entre as partes" (Entrevista V, 2024)

" (…) É normal que aconteça divergência de interesses, mas quando trabalhamos em sinergia, quando conhecemos a importância do trabalho que é realizado pelo outro, quando sabemos nos comunicar, as divergências são ultrapassadas" (Entrevista XX).

Relativamente à troca efetiva de conhecimentos e opiniões entre todos os membros durante as atividades desenvolvidas no NLI, foi também apontado o desafio de superar os conflitos de interesses que surgem ao combinar experiências pessoais e culturas de setores distintos. O essencial é que os integrantes dos núcleos adotem práticas adequadas e saibam gerir as divergências de forma ética.

No entanto, nem todos os entrevistados referiram a existência de conflitos de interesses entre os membros durante os momentos de partilha. E Quando questionados sobre os procedimentos utilizados para prevenir a ocorrência de conflitos, foram identificados os seguintes fatores que conduzem à prática colaborativa: i) relação de proximidade; ii) respeito; iii) participação de poucas entidades sociais; iv) harmonia; v) sinergia; vi) boa articulação; vii) coesão; viii) objetividade; ix) compromisso.

" (…) *A equipa funciona muito bem, não há necessidade de resolver conflitos entre as partes" (Entrevista VI, 2024)*

" (…) A partilha dos conhecimentos e interesses dos membros tem como base o respeito uns aos outros" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Não temos razão de queixa, tenho conversado com algumas colegas que trabalham em outros territórios e percebo que somos sortudos. Trabalhamos todos através de uma relação de proximidade, com respeito e não acontecem maiores conflitos. Antes pelo contrário, damos - nos muito bem" (Entrevista XV, 2024)

" (...) A relação entre os representantes do NLI acontece de forma sinergética. Há uma sinergia entre os participantes a facilitar o trabalho em parceria" (Entrevista XI)

" (…) Existe um envolvimento e compromisso dos parceiros na procura de respostas adequadas para os beneficiários do RSI. Um dos pontos fortes do NLI, com impacto no trabalho desenvolvido, é a boa articulação institucional e pessoal (…) existe uma grande coesão entre os elementos que compõem o NLI, o que permite um trabalho com mais empenho, participação e responsabilização dos parceiros e técnicos. Os representantes atuam em geral com a mesma objetividade, compromisso, missão e visão" (Entrevista VII, 2024)

" (…) Estamos a contar com poucas entidades a fazer parte do núcleo (…) e não temos constrangimento a falar"(Entrevista XVI)

" (…) A equipa que integra o NLI pode-se considerar como harmoniosa, a holística funciona, o que faz com que aconteça uma melhor aproximação. Os técnicos e a coordenadora respeitam-se como colegas (Entrevista XII, 2024)

" (…) Estabelecem um vínculo de sinergia. Facto que evita que ocorram conflitos" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Todos reúnem de forma participativa (…) os trabalhos realizados no núcleo conta com a participação de todos os membros integrantes. Desde as reuniões para discutir os casos dos beneficiários como outras ações realizadas" (Entrevista VIII, 2024)

" (….) As relações de partilha entre os representantes acontecem de forma harmonizada" (Entrevista I, 2024)

" (…) O núcleo é composto por um número pequeno de integrantes que atuam com a mesma objetividade" (Entrevista II, 2024)

" (…) As reuniões acontecem de forma positiva por causa da proximidade das pessoas que também se relacionam fora do contexto do NLI. Falamos pelo whatsapp pessoal de cada representante. Todos estão centrados no mesmo objectivo" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) As situações que são discutidas no NLI acontecem de forma harmoniosa, o que considero ser uma mais - valia" (Entrevista XIII, 2024)

Um dos coordenadores entrevistados referiu uma estratégia interessante sobre a partilha efetiva: ter um grupo de respresentantes constituído ao longo de vários anos. Está vantagem permite criar um método de trabalho complementar, constante e harmonioso, com concordância mútua e reconhecimento das diferenças entre os participantes. Como resultado, há uma intervenção harmoniosa.

No entanto, de maneira contraditória, esta situação pode tornar uma desvantagem ao promover a acomodação de ideias e dificultar o desenvolvimento de novas estratégias de intervenção. Estes problemas são frequentemente identificados quando são incorporados novos profissionais, trazendo novas perspetivas para o processo de discussão.

" (…) Trabalhamos de forma harmoniosa (…) a composição do núcleo é a mesma há muitos anos, a única novidade é a coordenação. O que facilita o nosso trabalho e evita que ocorram conflitos de interesses" (Entrevista IX), 2024)

5.3.3. Perspetiva: Intervenção comunitária e coletiva

Compreende-se que o público-alvo do NLI é constituído por indivíduos em situação de pobreza extrema, e que a pobreza não é uma questão que afeta apenas os beneficiários do RSI, mas sim a sociedade em geral. A exemplo do risco de violência (social, urbana, psicológica entre outros), como

os pagamentos das contribuições sociais ao Estado para serem revestidas no financiamento das políticas sociais, neste caso para o financiamento da medida de Rendimento Social de Inserção, que acaba por ser vista frequentemente de forma negativa pelos contribuintes.

Diante destas dimensões da pobreza, colocou-se a natureza das ações realizadas em parceria entre setores, uma questão investigativa referente as possíveis intervenções comunitárias ou coletivas, a ser realizada por meio do NLI, e destacam-se as ações que são organizadas a partir da parceria temporária com outras respostas sociais.

" (…) Recentemente o NLI promoveu cursos de formações para os beneficiários do RSI, através da parceria com a educação e Instituto de Emprego, rede das empresas que atuam com pretensão a inclusão ao mercado de trabalho. Esta ação estendeu-se a outros participantes que, apesar de não estarem incluídos no perfil de inclusão na medida, apresentam outras carências. Inclusive educacionais" (Entrevista III, 2024)

" (…) Aqui no município, o trabalho é realizado numa perspetiva de participação de todos, comunidade, setores, respostas sociais, nas discussões sobre os problemas identificados no município. O NLI desenvolve o trabalho nesta mesma linha e a coordenação integra em outras instâncias de discussões, como o CLAS, COME, ENEM. Recentemente, o NLI está a participar do projeto "Rede de Empresa Solidárias", junto com o setor de trabalho, com o objetivo de sensibilizar as empresas no processo de inclusão dos beneficiários no mercado de trabalho. E outras atividades que o núcleo participa quando é convidado. O trabalho é realizado numa perspetiva de construção de uma sociedade autónoma, mesmo sabendo que não é um trabalho fácil" (Entrevista VIII)

" (…) São realizadas ações em conjunto com outras respostas sociais. Como as ações que já foram realizadas sobre gestão económica e habitação. Estas ações são realizadas quando percebemos que há uma dificuldade comum por parte dos beneficiários" (Entrevista IX, 2024)

" (...) Também são realizadas ações de sensibilização com os profissionais da saúde, médicos, enfermeiros, técnico de enfermagem" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Atualmente foi organizada as formações de adultos, porque foi identificado que muitos beneficiários do RSI, entre 10 a 40 anos, não sabem ler, nem escrever. Então propomos realizar o ensino pós-laboral. Além disso, os beneficiários são convidados a participar de ações direcionadas à área do emprego, onde a participação acontece com outras pessoas, não só com os beneficiários do RSI. Nas formações as pessoas aprendem a fazer currículo, são informados sobre oferta de empregos. E recentemente, jovens beneficiários do RSI, foram incluídos numa atividade de verão realizada com outros jovens que não são beneficiários do rendimento. Esta ação facilita a inclusão, sem que seja preciso segregá-los" (Entrevista XV, 2024)

" (…) Desenvolve as duas formas de intervenção (individual e conjunta) " (Entrevista IV, 2024)

Foram também referidas as ações coletivas organizadas pelo NLI que visam integrar apenas os beneficiários do RSI, que através da participação em grupos, são orientados de acordo com as necessidades comuns levantadas pelos respetivos representantes dos núcleos.

" (…) O NLI desenvolve ações coletivas. Mas a atender o público-alvo do RSI. Tivemos a organização da Semana da Saúde e o NLI contou com a parceria do setor de saúde num projeto de sensibilização e cuidados ao beneficiário da medida (…) É uma proposta do NLI que está traçada no Plano Anual" (Entrevista VI)

" (…) São organizadas discussões com algumas famílias que encontram-se vulnerabilizadas, mesmo que a sua condição não atende aos critérios de inclusão no RSI. São famílias que não são acompanhadas pelo NLI, mas que têm credenciamento na SAAS" (Entrevista XIV, 2024)

" (...) O NLI realiza ações conjuntas que reúnem os beneficiários do RSI em parceria com a saúde e IEFP (…) são discutidos os casos que apresentam problemas mais comuns e as famílias são convidadas a participar de um momento de sensibilização. Este é um projeto pioneiro que foi iniciado nesta nova gestão. Estamos a reunir de 15 em 15 famílias. O nosso plano é avaliar, para ver qual será o impacto a longo prazo, e trabalharmos outros temas no futuro como boas práticas" (Entrevista XII, 2024)

Tendo em vista que um dos propósitos do estudo é descobrir a operacionalização das estratégias aplicadas no contexto da parceria intersetorial no NLI, duas experiências notáveis se destacam no conjunto de respostas: i) na primeira experiência, foi criado um grupo dentro do NLI, formado pelos próprios integrantes núcleo e selecionado através da participação de todos os membros, que fica encarregado de identificar os temas mais relevantes no contexto do território. Em seguida, leva o tema aos demais integrantes do núcleo para ser discutido conjuntamente .

" (…) O NLI está organizado em três núcleos de atuação. O NLI técnico, o NLI temático e o NLI emprego. Esta estratégia busca delegar funções, contribuindo para que as discussões sejam específicas e aprofundadas em cada recorte. No NLI temático, as entidades são convidadas a debater sobre os temas que dizem respeito as ações desenvolvidas e traçam propostas de intervenção. A mesma coisa acontece com o NLI emprego.

"(…) A partir deste processo, já foram organizados fóruns de discussões que envolvem a parceria de outros setores. Como a questão do emprego" (Entrevista V, 2024).

Na segunda experiência, o coordenador mencionou que algumas ações são organizadas em blocos contínuos de temas, que são estabelecidos de acordo com as demandas dos beneficiários. Porém, apesar das ações serem especificamente voltadas aos beneficiários, o propósito é formar parcerias (não protocoladas) com outras organizações que oferecem serviços na região.

" (…) No NLI nós temos três vertentes que trabalham em três ações diferentes. A Legislação do NLI, onde os beneficiários são informados sobre a medida e o seu funcionamento; a vertente das

relações interpessoais e a vertente da alimentação (desperdiçada). Na vertente da alimentação desperdiçada, o trabalho é realizado conjuntamente com os beneficiários do RSI (….) é trabalhada a alimentação mais saudável e os cuidados com os alimentos para que não ocorra desperdício. As três vertentes também contam com a colaboração de outros parceiros que não são do NLI (…) Estão direcionados para os beneficiários e acontecem em grupo" (Entrevista XIII, 2024).

No entanto, nem todos os núcleos realizam diretamente ações coletivas. O que pode acontecer é o beneficiário do RSI participar em atividades promovidas por outras organizações sociais. Foi apresentado um dado que contradiz os discursos anteriormente em relação à "dimensão do espaço territorial" enquanto condição facilitadora do processo de parceria.

No que se refere à abordagem coletiva, sobre às barreiras que impedem as práticas comunitária ou coletiva, os municípios pequenos são vistos como um aspeto negativo, pois geram preocupações quanto à exposição dos beneficiários. A comunidade pode acabar por identificar quem recebe o benefício e, a partir daí, começar a usar estereótipos em relação a essas pessoas. Frequentemente, os beneficiários do RSI são os mesmos que já estão envolvidos na rede de atenção e executam ações deste tipo.

***" (…)** Não são realizadas ações em conjunto porque acreditamos que não seja saudável. Nós temos o receio de criar guetos de beneficiários e dos beneficiários serem estereotipados. Como o município é pequeno, as pessoas irão reconhecer que aquela determinada pessoa recebe o Rendimento Social de Inserção e acabará por expor as suas vulnerabilidades. O que fazemos é, quando acontecem ações abertas à comunidade, estabelecemos a parceria com quem esteja a realizar e convidamos o beneficiário a participar, sem que esta ação esteja voltada só para os beneficiários (Entrevista XIV, 2024)*

" (…) O NLI não realiza estas atividades. Trabalha apenas com os contratos das famílias. Mas os beneficiários do RSI participam de outras ações coletivas que são organizadas por outros setores. Mesmo porque os beneficiários quase sempre são os mesmos, da saúde, da educação, da instituição de empregos, da SAAS, e das IPSS" (Entrevista XV, 2024)

" (…) O NLI não tem estrutura para desenvolver estes tipos de práticas, mas presta apoio às ações que são desenvolvidas na comunidade" (Entrevista XIX, 2024).

Constata-se que as iniciativas implementadas pelo NLI transcendem o cuidado individualizado aos beneficiários. Neste caso particular, a colaboração, embora não se encaixe na definição intersetorial por não ser realizada através da participação e integração de todos os representantes, auxilia numa intervenção mais ampla por parte dos núcelos. E, dentre os núcleo que ainda não adotaram esta estratégia, alguns coordenadores informaram que pretendem implementá-la no futuro.

" (…) Atualmente está direcionada ao plano do beneficiário, mas este assunto já foi falado nas reuniões. É uma proposta para as ações futuras" (Entrevista I, 2024)

" (…) Estamos a trabalhar só com os planos de inserção (…) têm o interesse de colocar no próximo plano ações como formações, acompanhamento ao emprego, sensibilização sobre a cultura cigana. O objetivo é trabalhar com as famílias que são beneficiárias e com a população que apresenta carências" (Entrevista XI, 2024)

" (…) É missão do NLI promover a inserção dos beneficiários de RSI, como forma de combate à pobreza e à exclusão social, visando o aumento das suas competências pessoais, sociais, educativas e profissionais pelo que podemos considerar que mais do que apenas um plano individual de inclusão social, está subjacente um projecto de sociedade. Mas, decorrente da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais (…) tendo em conta o curto tempo de funcionamento, ainda não houve oportunidade para a realização de ações externas" (Entrevista VII, 2024)

5.3.4.Perspetiva: Diagnóstico Social e as Principais Necessidades dos Beneficiários do RSI

No âmbito do diagnóstico social, um dos objetivos, é poder conhecer a realidade de um determinado território, identificando aspetos como as potencialidades no processo de produção económica e cultural, entre outros, bem como as necessidades sociais, como a situação da pobreza, do desemprego e dos preconceitos sociais, e determinar o que pode ser feito com os dados levantados.

Neste sentido, é possível planear ações concretas e obter um quadro da situação que ajude a selecionar e a definir estratégias de intervenção. Quando realizado no âmbito de uma parceria intersetorial, os setores envolvidos colaboram na realização do estudo, enriquecendo o processo com a integração das suas experiências e conhecimentos.

De acordo com os relatos dos entrevistados, o diagnóstico social é um instrumento de intervenção utilizado em praticamente todos os núcleos. No entanto, na maioria dos núcleos, este recurso técnico não é implementado por meio de uma parceria intersetorial. Apenas o setor da ação social o executa, através dos coordenadores do NLI, em colaboração com a equipe técnica do RSI.

" (…) A coordenação senta-se todas as semanas com os técnicos do RSI que acompanham as famílias no território e são identificados os casos mais complexos para serem resolvidos em parceria. A partir disso consegue identificar os principais problemas (…) Em cada reunião são enviadas fichas e são identificadas as situações que são discutidas. Estas fichas foram adaptadas pela coordenação e todos os membros têm acesso" (Entrevista XI, 2024).

" (…) Não, são os técnicos do RSI que acompanham as famílias em parceria com a coordenação que realizam esta função e depois são apresentadas as entidades em reunião" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Só os técnicos realizam este trabalho e depois é levado para as reuniões" (Entrevista III, 2024)

" (…) Em relação a questão, são levantadas as maiores dificuldades por parte da comunidade e dos beneficiários. Mas, este trabalho é realizado a partir dos técnicos do RSI, que estão na área, e depois é apresentado no NLI, para serem discutidos entre os membros" (Entrevista V, 2024)

" (…) Esta função acaba por ser realizada pela coordenação a partir dos dados que são informados pelos técnicos do RSI" (Entrevista VI, 2024)

" (…) Todos os instrumentos foram criados pela coordenação. E ficam sob a minha responsabilidade" (Entrevista XIX, 2024).

Porém, alguns coordenadores referiram que, apesar do diagnóstico social ser elaborado pela coordenação, acaba por envolver todos os setores que atuam no NLI de forma participativa, através da apresentação dos resultados, que são discutidos em conversas entre os membros dos núcleos.

" (…) Estes assuntos acontecem durante as reuniões" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Todas as ações do NLI são realizadas com a participação dos membros" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) Estas discussões acontecem mensalmente nas reuniões. E quando sentimos a necessidade chamamos a família para conversar" (Entrevista X. 2024)

E embora o diagnóstico social (integrado) seja uma ferramenta metodológica que auxilia na execução de intervenções mais embasadas, as narrativas de alguns coordenadores revelaram que essa estratégia não está a ser adotada como um procedimento técnico. O que ocorre são reuniões nas quais os membros apontam verbalmente as principais demandas sociais, mas os assuntos não são discutidos em profundidade.

" (…) Há o conhecimento sobre as principais necessidades dos beneficiários. Mas não são desenvolvidos estudos direcionados especificamente as necessidades identificadas" (Entrevista I, 2024)

" (…) Não há um trabalho específico direcionado ao levantamento desta informação (…) as necessidades são identificadas no decorrer das atividades" (Entrevista III, 2024)

"(…) Não é uma ação pontual e aprofundada" (Entrevista VI,2024)

"(…) Fala-se dos problemas que são transversais na sociedade (…) mas, não aprofundamos" (Entrevista XVI, 2024)

" (…) O NLI tem conhecimento sobre os principais problemas apresentados no território de atuação (…) Mas não é realizado um estudo mais profundo" (Entrevista II, 2024)

Em relação as principais demandas que são identificadas nos núcleos, tanto as demandas dos beneficiários, quanto as demandas da comunidade constatou-se que os problemas sociais mais comuns, estão relacionados com as seguintes políticas: à educação, à habitação, à imigração, à saúde (toxidependentes), geração de emprego e aceitação da cultura cigana.

" (…) A formação de adultos foi um projeto criado depois de ter sido diagnosticado a situação de muitos beneficiários que não sabem ler, nem escrever direito (…) outros assuntos que são discutidos nas reuniões, como o problema da falta de habitação. Depois acabamos por traçar um plano de intervenção" (Entrevista XV, 2024)

" (…) O NLI tem conhecimento sobre os principais problemas apresentados no território de actuação: toxicodependente, imigração, habitação, desemprego"(Entrevista II, 2024)

" (…) Sim (…) um dos grandes problemas no concelho é a questão da imigração" (Entrevista IV, 2024)

" (…) O nosso problema mais frequente está no acompanhamento da comunidade cigana" (Entrevista, 2024)

" (…) Os problemas que são transversais na sociedade como habitação e imigração" (Entrevista XVI, 2024)

A imigração e a habitação, são dois tópicos abordados nos debates que por vezes se interrelacionam. Atualmente, o problema da imigração é enorme e provavelmente agravarse-á. A situação da AIMA, entidade pública responsável pela integração de imigrantes, é um exemplo disso, uma vez que a enfrentar processos judiciais, principalmente devido aos longos atrasos na emissão de documentos e ao elevado número de imigrantes que vivem no país. Esta situação gera outros problemas aos imigrantes no que diz respeito a garantias mais seguras em relação à qualidade de vida em Portugal. Não é de estranhar que as leis de imigração que regem no país sejam um tema em evidência nos debates no Parlamento da República.

No que diz respeito à habitação, conforme descrito no primeiro capítulo, o país enfrenta uma crise habitacional, na qual muitas pessoas se sentem inseguras quanto ao acesso à habitação, e a população de pessoas em situação de rua aumenta constantemente. Não é possível abordar um problema desta magnitude de maneira superficial e isolada. Estas duas problemáticas requerem a realização de discussões intersetoriais no âmbito do NLI, pois, na maioria dos casos, estão relacionadas com outras questões, como: o desemprego, as doenças, baixa escolaridade, violência etc.

5.3.5. Perspetiva: apoio dos gestores as ações em parceria

Segundo Luciano Junqueira (2004), em relação ao modelo de parceria intersetorial, é recomendável que os representantes dos setores conversem com os gestores sobre as ações desenvolvidas, os planos traçados, o acompanhamento e os diagnósticos, de modo a identificarem as potencialidades e as dificuldades levantadas durante o processo de trabalho. Desta forma, quando questionados sobre a relação dos gestores dos setores com as intervenções realizadas em parceria no NLI, todos os coordenadores afirmaram que contam com esse apoio.

" (…) Há incentivo de acordo com o que é possível disponibilizar. As ações realizadas no âmbito da comunidade, como deslocamento da equipe para atendimento, ou reuniões, nas zonas mais afastadas, é apoiada por todos os integrantes do NLI e dirigentes" (Entrevista I, 2024)

" (…) Sim (…) total disponibilidade de recursos humanos para realização das ações do RSI" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Sim, não só dos dirigentes da Ação Social, mas dos demais setores que fazem parte do NLI, sempre que solicitados as participar de alguma ação" (Entrevista V, 2024)

" (…) Sim, existe um interesse e envolvimento comum, todos os parceiros estão cientes da importância de um acompanhamento de proximidade e das vantagens da criação de sinergias multissetoriais para a concessão/ operacionalização de programas de inserção adequados que possam ir ao encontro da dimensão e diversidade das problemáticas dos beneficiários (…) Não há uma insuficiência de meios humanos afetos ao NLI" (Entrevista VII, 2024)

" (…) Não sentimos dificuldades neste sentido, porque os gestores já trabalham na perspetiva participação. O município está bem organizado" (Entrevista VIII, 2024)

" (…) Não temos problemas com os gestores" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Aqui no município nós sentimos este incentivo. Inclusive, o município está a contratar mais um técnico para trabalhar no RSI em parceira com a coordenação do NLI" (Entrevista X, 2024)

" (…) Sim, não sentimos dificuldade. Anteriormente tiveram problemas com a ausência do setor da educação. Por não disponibilizar um profissional para fazer parte do NLI, mas ultrapassamos esta situação, e vamos ver agora como funciona" (Entrevista XI, 2024)

" (…) Sentimos o apoio. O município abriu vagas através de concursos para contratar técnicos para trabalhar com o RSI/NLI. Por parte das entidades parceiras, sempre que precisamos reunir, ou comunicar, as pessoas estão presentes. O único problema que nós tivemos foi com o apoio do setor da educação em disponibilizar um profissional para integrar ao NLI"(Entrevista XII, 2024)

" (…) Não percebe-se dificuldades" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) Apesar de algumas burocratizações que não são fáceis, não sinto dificuldade. Os representantes das entidades estão sempre à disposição" (Entrevista XV, 2024)

" (…) Não encontramos dificuldade" (Entrevista XVI, 2024)

" (…) Sim, todo o trabalho é repassado para os gestores" (Entrevista XIX)

" (…) Sim, não temos este constrangimento" (Entrevista XIX, 2024)

" (…) Sim, não tenho conhecimento de ter ocorrido dificuldades" (Entrevista XX, 2024)

Contudo, de maneira contraditória, nas narrativas de alguns coordenadores, percebe-se uma restrição do suporte dos gestores que se torna clara em outros trechos das entrevistas. Entre estes, estão os obstáculos à implementação da colaboração intersetorial abordados no contexto da gestão, quando pontuamos as altas jornadas de trabalho restrita a participação dos representantes nas

atividades dos núcleos, a acumulação de funções pelos representantes e a participação dos representantes restritos ao atendimento das demandas específicas de cada setor.

" (…) Em relação à disponibilidade de recursos humanos, nem sempre há disponibilidade, devido às multifunções que muitos profissionais desempenham nos seus espaços de trabalho. A não ser dos próprios integrantes do NLI" (Entrevista III, 2024)

" (…) A perceção dos gestores fica apenas dentro das regras de serviços que são postas para cada setor (…) quando chamados os profissionais a participar de outras ações temos que negociar com os gestores. Independente do seu interesse profissional e pessoal" (Entrevista VI, 2024)

" (…) Encontra-se constrangimento por parte de algumas entidades parceiras, se for para realizar as tarefas que não são do NLI (…) quando tentamos organizar outras ações que não sejam as reuniões. Mas acaba-se por conseguir realizar" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Nem sempre conseguimos reunir todos os membros porque estão com outras responsabilidades" (Entrevista XX, 2024).

No entanto, um dos coordenadores mencionou que o gestor municipal tem o interesse em oferecer mais suporte ao NLI. Mas destacou muitas vezes que não é possível devido a restrições relacionadas com os gastos com pessoal, ao montante das receitas orçamentárias do município, e ao financiamento insuficiente para a execução das atividades do RSI/NLI. Um desafio que exige discussões no contexto da elaboração de políticas sociais, especialmente no espaço parlamentar.

" (…) O município não pode contribuir mais do que poderia, devido às próprias limitações em relação aos recursos humanos e financeiros (…) não há total disposição porque o quadro técnico já demanda novos profissionais, mas neste momento o município não pode arcar com esta despesa" (Entrevista II, 2024)

5.3.6. Perspetiva: estrutura física e material para o funcionamento do NLI

Entende-se que o NLI funciona como um ponto de partida para os serviços que virão satisfazer as necessidades básicas dos beneficiários do RSI. Funciona como um espaço para partilhar informações, circular documentos, promover a acessibilidade e facilitar o encontro entre representantes. Além disso é um local onde é elaborado o plano de inclusão dos beneficiários da medida.

Diante disso, os coordenadores foram indagados sobre o seu nível de satisfação em relação à infraestrutura onde o NLI opera e sobre a disponibilidade dos recursos materiais. No entanto, apenas um dos coordenadores referiu ter acesso a um espaço físico com computador e arquivo que são específicos para as atividades do núcleo. De acordo com a sua narrativa, este acesso foi assegurado durante o processo de transição da transferência de competências do RSI/NLI para as autarquias, por meio de um diálogo constante entre os representantes do NLI e as autoridades locais.

" (…) Quando aceitamos a transferência para autarquia, uma das coisas que foram conversadas, foi que precisávamos de uma estrutura, um espaço físico próprio, com computadores próprios e

enquanto este espaço estava a ser reformado, nós nos reuníamos na biblioteca. Hoje o NLI tem este espaço disponibilizado" (Entrevista IX).

Em contrapartida, há coordenadores que acreditam que essa garantia não é uma demanda dos representantes dos núcleos. Estes afirmam estar contentes com as instalações que lhes estão sendo disponibilizadas pela Ação Social.

" (...) Não há necessidade" (Entrevista I, 2024)

" (...) No momento não é necessário, com a mudança da responsabilidade para as autarquias, as ações, reuniões e os dados ficam no quadro na Ação Social, facilitando o processo. Havendo disponibilidade de espaço, já que as reuniões ocorrem apenas uma vez por mês, e quando necessário estamos a recorre aos recursos materiais da própria Ação Social" (Entrevista IV)

" (...) Não é necessário, porque às ações que são desenvolvidas no NLI estão integradas com as ações da SAAS e possuem um suporte acessível ao serviço" (Entrevista V, 2024)

" (...) O NLI funciona integrado no SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social pelo que podemos considerar que tem espaço e recursos materiais próprios" (Entrevista VII, 2024)

" (...) Não sentimos esta necessidade" (Entrevista VIII, 2024)

" (...) Não, o núcleo funciona no espaço da SAAS e tem setores como a segurança social que está muito próximo (...) não temos este interesse" (Entrevista X, 2024)

" (...) Não temos. Mas também não tenho o conhecimento de que isso aconteça em outras localidades" (Entrevista XIII, 2024)

" (...) Não, o NLI caminha junto com a SAAS, que disponibiliza um suporte para realização do trabalho"(Entrevista XIV, 2024)

" (...) Não tenho conhecimento se outros núcleos contam com esta estrutura, mas não penso que seja necessário" (Entrevista XIX, 2024).

As entrevistas também permitiram concluir que alguns coordenadores do NLI almejam estas garantias, pois acreditam que estes recursos materiais beneficiariam significativamente o trabalho desenvolvido nos núcleos. Um dos coordenadores, de facto, expressou os desafios que enfrenta em seu trabalho diário ao ter que carregar consigo todos os documentos do NLI, quando estes deveriam estar armazenados nos arquivos exclusivos do núcleo.

" (...) Seria importante. Entretanto, não é uma possibilidade neste momento" (Entrevista II, 2024)

" (...) Atualmente ata, plano de ação, relatórios, lista de presença, todos os documentos do NLI, ficam sob a posse da própria coordenação, que organiza numa pasta pessoal e profissional. Não há um arquivo físico onde os integrantes possam ter acesso direto a estas informações, nem aos instrumentos que são produzidos (...) No decorrer do tempo não será possível levar comigo (...) Faço isso todas as vezes que é necessário, nas reuniões e outras situações" (Entrevista VI, 2024)

" (...) Não, mas seria interessante" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Não vejo que seja possível porque o município é pequeno, mas seria um contributo" (Entrevista XIX, 2024).

5.3.7. Perspetiva: orçamento compartilhado

Segundo Marco Akerman (2024, p. 77) na parceria intersetorial é necessário dar visibilidade à gestão dos orçamentos setoriais e intersetoriais, otimizar e partilhar os recursos orçamentais e financeiros dos diferentes setores.

No entanto, de acordo com os dados recolhidos e com as entrevistas realizadas, o tema do orçamento compartilhado não é abordado na maioria dos núcleos investigados. Este resultado é refletido nas declarações que afirmam que a questão do orçamento compartilhado não é um problema para o núcleo, ou que este tema nunca foi discutido nos núcleos.

Todavia, este tema foi considerado por alguns coordenadores como sendo necessário de ser debatido. Esta preocupação tornou-se especialmente clara após a transferência da supervisão do RSI/NLI da Segurança Social para as autarquias. Principalmente, no que diz respeito as discussões sobre o financiamento destinado às ações realizadas no âmbito do plano de inserção do beneficiário e à manutenção da estrutura organizacional dos núcleos, que também aumentou.

Além disso, foi referido que a variação dos valores orçamentais de cada município contribui para que a atenção aos beneficiários seja prestada de forma desigual entre os núcleos. Isto porque, consoante as receitas dos municípios, nem todos os núcleos têm a possibilidade de pôr em prática as mesmas ações.

" (…) A questão do orçamento é um assunto importante e discutido no núcleo porque com a transferência da responsabilidade sobre o RSI/NLI para as autarquias e com os diferentes programas que são disponibilizados nos diferentes municípios, através da receita individual, leva o beneficiário a pensar que a ação não é disponibilizada por caprichos dos responsáveis. Ou seja, não há uma consciência em relação aos valores diferenciados e possibilidades associadas a cada território. Desta forma, descarateriza o conceito de universalidade nos serviços disponibilizados. (…) Apesar do núcleo ter disposição para planear novas ações, será necessário que haja um orçamento específico investido. O nosso município desenvolve um programa de renda realizado através do orçamento municipal, onde é possível que o beneficiário deste programa possa pagar parte das suas despesas. O benefício é adquirido através da comprovação da necessidade. Esta realidade não pode ser colocada em prática por todos os municípios. A equipa precisa fazer visitas domiciliares, ou ações no âmbito rural e são coisas que fazem despender gastos. Encargos significativos na rúbrica" (Entrevista V, 2024)

" (…) Ainda não levamos este assunto para as reuniões (…) na transferência das competências para as autarquias, não foi falado sobre a receita. Em termos de receita o município está a trabalhar mais e com os mesmos valores anteriores a transferência" (Entrevista X, 2024)

" (…) O orçamento não foi tema de discussão, mas compreende-se que ao transferir as competências para autarquias, a autarquia acaba por fazer um esforço extra para manter o serviço" (Entrevista VI, 2024)

" (…) Com a passagem do NLI para as Câmaras, os municípios deveriam ter aumentado os valores dos financiamentos" (Entrevista II, 2024)

De facto, foi possível constatar a força da organização e reivindicação dos representantes do núcleo, que se empenharam em levar este tema para discussão em instâncias superiores, como a Câmara Municipal. Através de argumentações fundamentadas, conseguiram interferir nos valores dos orçamentos, que eram considerados insuficientes para suportar a responsabilidade transferida para as autarquias.

" (…) Foi um tema muito falado no NLI e na Câmara Municipal, antes da Segurança Social passar esta responsabilidade para as autarquias, porque questionávamos se o município conseguiria arcar com esta despesa. Foi solicitada a alteração nos valores que eram mínimos. E, apesar de não ter sido suficiente, estas alterações foram atendidas" (Entrevista XIV, 2024).

5.3.8. Perspetiva: ferramentas técnico-operacionais na prática da parceria intersetorial

Os coordenadores entrevistados foram indagados sobre a elaboração e utilização de ferramentas técnico - operacionais com base na integração do conhecimento de todos os representantes dos setores, tendo a maioria dos entrevistados afirmado que a coordenação do NLI elabora e implementa os instrumentos técnicos, em colaboração com a equipa técnica do RSI ou com os profissionais da Secretaria da Ação Social.

Em suma, a organização da utilização e a criação de instrumentos técnicos-operacionais acabam por se tornar um contraponto à prática da colaboração intersetorial. Embora os restantes membros do núcleo se envolvendo nas discussões sobre os dados preparados pelos coordenadores do NLI.

" (…) Não há integração, existe um documento que foi construído pela coordenação, uma tabela, que é enviada para as entidades parceiras, onde as informações são analisadas por cada setor e são levadas para serem discutidas nas reuniões. Tem as atas e os relatórios semestrais, que são elaborados pela coordenação e depois são levados para as reuniões para serem discutidos entre todos os membros" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Não, este trabalho é realizado pelas técnicas do RSI junto com a coordenação. E depois de feitos são apresentados nas reuniões do NLI, para que os membros das entidades parceiras participem das discussões (…) os diagnósticos são feitos de três em três meses. Todos os meses os técnicos apresentam relatórios mensais, com estatísticas mensais, a coordenação compila as informações e apresenta semestralmente aos demais membros para serem discutidos com todos os parceiros" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Os relatórios são elaborados pela coordenação e são enviados para todos os membros, que após terem conhecimento, realizam os acordos necessários" (Entrevista XIV, 2024).

" (…) Toda a parte instrumental é elaborada pela coordenação" (Entrevista XVI, 2024)

A ausência de participação direta dos representantes no processo de elaboração dos instrumentos técnicos-operacionais é vista como um constrangimento por parte de alguns coordenadores e deve-se a vários fatores, nomeadamente: i) a falta de compreensão das entidades em relação à intervenção em parceria; ii) a Ideia de que não é necessária; iii) a relutância em assumir outras responsabilidades; e iv) a falta de disponibilidade de tempo:

" (…) Acabam por ser elaborados pela coordenação do NLI e pela equipa técnica do RSI (…) quando as discussões passam pela necessidade de realizar planeamentos e diagnósticos mais integrados entre as partes, não existe esta disponibilidade por parte das entidades representadas, ficando a cargo da coordenação, equipa técnica que estão na área, e técnicos da secretaria de ação social" (Entrevista V, 2024)

" (…) É um constrangimento apresentado no NLI, porque as entidades não querem assumir outras responsabilidades que não seja a inclusão dos beneficiários nos serviços oferecidos pelos setores e a participação nas reuniões" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Seria bom que esta realidade mudasse, que houvesse uma melhor compreensão por parte das entidades parceiras de que as ações requerem maior articulação e participação por parte de todos. Os relatórios são elaborados pela coordenação em colaboração com a equipa técnica" (Entrevista XIII, 2024).

Ademais, três coordenadores apontaram que empregam as técnicas-operacionais que são elaboradas ou requisitadas pela Segurança Social, ou por outros setores. Esta situação restringe as habilidades dos representantes de desenvolver estratégias que integre o conhecimento teórico e metodológico dos profissionais que representam os setores nos núcleos, na criação de soluções eficazes para o acompanhamento e resolução de problemas.

" (…) São utilizados os instrumentos e ferramentas disponibilizados pela Segurança Social. O NLI alimenta a base de dados da Segurança Social que realiza o diagnóstico. Não são elaborados relatórios próprios do NLI. São geradas muitas informações, mas são enviadas para a Segurança Social" (Entrevista III, 2024)

" (…) Os instrumentos utilizados são elaborados pela própria Segurança Social. Os outros foram elaborados pela coordenação com o apoio dos técnicos do RSI (…) O núcleo elabora os relatórios quando são solicitados pela Secretaria da Ação Social. (…) Em resumo os instrumentos técnicos elaborados pela coordenação são as tabelas que trazem dados importantes e as atas das reuniões" (Entrevista X, 2024)

" (…) Não há, o que há são as trocas de ideias que são registadas em instrumentos como atas das reuniões, plataformas da segurança social, ou da própria autarquia, mas não há criação de novos instrumentos por partes das entidades. São os técnicos do RSI, em parceria com a coordenação do NLI, que administram estes instrumentos. Até este momento, nunca foi solicitado que enviássemos o relatório anual, também nunca foram elaborados relatórios periódicos. Nós temos um conjunto de informações, mas ainda não foram compiladas num instrumento como o relatório" (Entrevista XI, 2024)

Quanto aos núcleos que conseguem desenvolver esta prática através da integração dos representantes, o termo "participação" foi empregado com frequência e o plano de inclusão do beneficiário é a ferramenta que mais envolve a participação de todos os elementos no seu processo de criação.

" (…) O planeamento é realizado com a participação de todos os integrantes (…) no final do ano é elaborado um relatório anual. Este relatório final conta com a participação de todos os integrantes através das opiniões e perceções" (Entrevista VI, 2024)

" (…) A construção dos indicadores é realizada com a participação de todos os representantes" (Entrevista I, 2024)

" (…) Os diagnósticos são realizados com a participação de todos nas discussões (…) o NLI está a elaborar um relatório anual que contempla todas as ações desenvolvidas neste ano de transição das responsabilidades para a autarquia, como meio de avaliação anual" (Entrevista IV, 2024)

" (…) O planeamento das ações é elaborado pela coordenação e acompanhamento dos técnicos do RSI, e quando as entidades são chamadas, junto com os beneficiários, são tratados os planos individuas para cada família, ou até mesmo para um beneficiário e assim acontece a necessidade de articular com as entidades parceiras" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) O que é realizado com a participação de todos os representantes são os planos individuais dos beneficiários" (Entrevista V, 2024)

" (…) Mensalmente os técnicos são responsáveis por enviar os relatórios que são apresentados em reunião e semestralmente é elaborado um relatório maior que é apresentado a câmara. Conta com a opinião de todos os membros do NLI" (Entrevista XV, 2024)

" (…) Todos participam de igual forma na elaboração do Plano de Ação do NLI, um instrumento fundamental na orientação da intervenção, assente numa filosofia de parceria, convocando e comprometendo na sua execução as entidades das diferentes áreas de inserção (…) os planos de intervenção estão definidos no plano de ação. Relativamente à evolução das ações, este trabalho é assegurado pela equipa técnica, havendo um registo interno sempre que haja uma alteração da situação, nomeadamente uma autonomização relativamente à medida RSI. Os dois instrumentos que são utilizados e elaborados em conjunto por todos os representantes do NLI são: o Relatório de

Atividades e o Plano de Ação. Estes dois documentos são apresentados ao Núcleo Executivo do CLAS, numa óptica de parceria, para dar conhecimento e recolha de eventuais contributos" (Entrevista VII, 2024)

" (…) É possível contar com a participação de todos, mesmo quando não podem comparecer o material é enviado por e-mail para ser aprovado entre todos nas reuniões" (Entrevista XIX, 2024).

" (…) Os instrumentos acabam por ser responsabilidade da coordenação (…) a coordenação apresenta depois nas reuniões, onde ocorre uma discussão coletiva e o levantamento de novas perspetivas (…) são elaborados relatórios bimestrais por parte da coordenação que semestralmente apresenta a condensação das informações relatadas aos membros integrantes do NLI e os membros participam da discussão para elaboração do relatório semestral, podendo contribuir com o trabalho apresentado" (Entrevista VI, 2024)

Em uma das narrativas, observa-se o empenho dos representantes em tornar as ações do NLI mais democráticas, a ser realizada através da estratégia de incluir um representante dos beneficiários do RSI na composição do núcleo. Nesse contexto, o representante poderá participar das discussões, decisões e criação de instrumentos técnicos.

" (…) Sim, todas as ações desenvolvidas pelo NLI são realizadas com a participação da todas as pessoas que integram o núcleo. São realizados relatórios mensais, que contam com a participação não só dos integrantes do NLI, mas com a participação dos técnicos que atuam na área do RSI. Nestes relatórios são identificados os problemas das famílias beneficiárias e os problemas que dizem respeito ao núcleo, que são discutidos com a participação de todos. O núcleo está a tentar inserir um representante dos beneficiários nestas discussões" (Entrevista VIII)

No que se refere ao uso de ferramentas técnicas-operacionais, os instrumentos mais utilizados são as atas, os relatórios, os diagnósticos, o planeamento e o plano de inclusão são os instrumentos mais empregados. Sobre à elaboração de instrumentos que vão além dos documentos mais convencionais, sobressaem-se as iniciativas de dois núcleos que criaram grelhas informativas para apoiar os dados estatísticos por eles levantados. Todos os representantes dos setores contribuem para o preenchimento.

" (…) Tudo que é realizado dentro do NLI é de conhecimento de todas as entidades que participam de tudo. Temos uma grelha que é enviada mensalmente com as informações que serão tratadas, onde todas as entidades fazem as suas anotações e avaliações, depois levamos para a reunião" (Entrevista XV, 2024)

" (…) O NLI suporta um instrumento de dados estatísticos elaborados com a participação de todos os representantes, são alimentados temporariamente e são utilizados quando solicitados por outros serviços ou sistemas" (Entrevista IV, 2024)

Por último, foi analisada a perceção dos entrevistados no que diz respeito às demandas profissionais para a criação de estratégias e novas propostas que estejam alinhadas com a evolução e a reestruturação das políticas sociais, bem como com a realidade dos integrantes do NLI, compreedendo que os integrantes do NLI precisam expandir suas habilidades e criar métodos integradores, criativos, produtivos e colaborativos para encontrar soluções para as questões sociais por meio da intersetorialidade.

E, antes de mais nada, superar as limitações nos espaços de intervenção através de uma perspetiva crítica, a fim de identificar as demandas que, muitas vezes, estão escondidas na função exercida, evitando a complacência ou a execução apenas do que for solicitado de forma burocrática. Alguns entrevistados colocaram que realizam estas funções e estas respostas se desenvolvem nos textos as entrevistas.

" (…) Não sentimos a necessidade de criar novos instrumentos (…) os indicadores é disponibilizado a partir dos técnicos que estão nas áreas. Não são realizados relatórios continuados, mas anualmente é realizado o Balanço Anual que comporta todas as ações executadas pelo NLI durante o ano" (Entrevista II, 2024)

" (…) Até o momento não houve esta necessidade, ainda não foram elaborados o plano anual e o Relatório, temos um plano físico que está em discussão" (Entrevista XVI, 2024)

5.3.9. Perspetiva: agenda coletiva

Segundo Souza & Araújo (2022), no modelo de parceria intersetorial, a elaboração de uma agenda coletiva que partilhe objetivos comuns pode ser considerada uma estratégia que permite a comunicação, a interação e a partilha de conhecimentos e poderes entre diferentes setores. Ao serem indagados sobre a criação conjunta deste instrumento técnico, apenas cinco coordenadores afirmaram não utilizr esta abordagem.

Entre as justificações apresentadas, salientaram a inexistência de uma agenda comum desenvolvida coletivamente, devido à falta de necessidade, uma vez que cada membro cria a sua própria agenda pessoal. A categoria de "responsabilidade individual" foi repetida nos discursos.Isto significa que cada representante regista as necessidades especificas de cada setor e a responsabilidade do coordenador é de registar nas atas os assuntos tratados nas reuniões.

" (…) Não é elaborada uma agenda comum, mas cada participantes sai das reuniões sabendo que terão que agir em determinadas situações que acabam sendo registadas nas atas" (Entrevista VIII, 2024)

" (…) Não, cada parceiro sabe das suas responsabilidades, que são definidas através dos serviços de cada setor. A coordenação tem o controlo destas informações e os parceiros informam o que foi realizado" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Não há uma agenda, mas parece ser uma boa ideia. O que acontece é que cada setor responsável realiza o seu serviço e depois nos reunimos para acompanhar os casos no núcleo" (Entrevista XI, 2024)

" (…) Não existe uma agenda física que seja padrão comum para todos os membros do NLI, o que acontece é que nas reuniões são definidas funções para cada setor, os representantes anotam o que será necessário realizar e depois eu busco essa informação na ata da reunião anterior para colocar o assunto na ordem do dia" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Não há necessidade de se fazer fluxograma, formalizar as ações, porque cada membro sabe o que terá que fazer" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) Cada membro tem a responsabilidade de anotar as suas obrigações, apesar da coordenação ter a informação organizada, que depois é passada nas reuniões" (Entrevista XIX, 2024).

Em relação às narrativas dos coordenadores que mencionaram ter elaborado uma agenda compartilhada nos núcleos de atuação, a elaboração não envolveu a participação de todos os integrantes do núcleo. Acaba por ser uma função da coordenação, que ocasionalmente é executa em colaboração com os técnicos do RSI.

" (…) A agenda é organizada pela coordenação com o apoio dos técnicos do RSI. Nós temos uma tabela com dados sobre os beneficiários e as ações que devem ser realizadas. Esta tabela é enviada mensalmente para todas entidades parceiras junto com a Convocatória e a Ata da reunião anterior, com as informações dos processos antigos e dos novos processos que serão acompanhados. Quando os colegas chegam a reunião já tem conhecimento do assunto que será tratado, e as reuniões funcionam de forma mais produtiva" (Entrevista X, 2024)

" (…) Sim, há uma agenda específica. Após as reuniões são definidas as ações que serão realizadas no âmbito de cada setor. Entretanto, não há um agendamento de ações que venham a ser desenvolvidas de forma integrada" (Entrevista V, 2024)

(…) É elaborada uma agenda por parte da coordenação a partir da iniciativa própria, onde estão definidas as metas e prazos a serem alcançados pelas entidades parceiras e os cinco técnicos que atuam no território e participam do NLI (...) a agenda é exclusiva da coordenação. Serve como uma forma de acompanhamento das ações a serem desenvolvidas" (Entrevista VI, 2024)

" (…) Após as reuniões, fica decidido o que cada representante deverá fazer e através das atas que são redigidas pelos coordenadores do NLI, estas informações são enviadas para todos" (Entrevista XX, 2024).

Por fim, apenas um coordenador informou que esta estratégia está a ser operacionalizada com a participação de todos os membros do NLI.

" (…) Sim, no início do ano são definidas as ações e as datas das reuniões, além das atas e grelhas que identificam as responsabilidades de cada entidade, que são criadas com a participação de todos e estão acessíveis aos integrantes do NLI" (Entrevista XV, 2024)

5.3.10. Perspetiva: formação em parceria (modelo intersetorial)

Guimarães e Orth (2014, p. 113) salientam que um dos desafios para operacionalizar o modelo de parceria intersetorial de forma eficaz está na necessidade de realizar formações sobre o tema. Nesta perspetiva, no conjunto de testemunhos coletados através das narrativas dos entrevistados, foi analisado que as formações não são práticas muito comuns no NLI.

Contudo, a maioria dos coordenadores entrevistados afirmou que, ao longo do processo de transferência de competências do RSI/NLI para as autarquias, a segurança social promoveu formações sobre o uso das plataformas digitais, destinadas tanto aos coordenadores do NLI quanto à equipe técnica responsável pelo RSI. Mas, que o assunto da "parceria" não foi abordado. Ademais, os representantes dos setores parceiros não foram convidados a participar dessas capacitações.

" (…) Com a mudança da responsabilidade para as Câmaras Municipais foram realizadas formações por parte da Segurança Social" (Entrevista III, 2024)

" (…) O NLI, desde a mudança para as autarquias, participou de formações no âmbito das responsabilidades da coordenação e três meses de acompanhamento por parte dos profissionais da Segurança Social em relação às ações que estavam sendo desenvolvidas, mas não houve uma formação onde o tema em discussão tenha sido a parceria" (Entrevista VI, 2024)

" (…) O núcleo recebeu uma formação direcionada, e a Segurança Social, sendo uma entidade parceira, contribui para o acompanhamento das mudanças para autarquia. O que foi uma mais-valia. Mas não houve formação que falasse sobre o trabalho em parceria como tema central e nem as entidades foram convidadas a participar" (Entrevista VIII, 2024)

" (…) Nós tivemos a formação da Segurança Social, inicialmente com a coordenação e depois com os demais membros, mas a formação não chegou a trabalhar o funcionamento da parceria" (Entrevista IX, 2024)

" (…) A Segurança Social disponibilizou uma formação. Esta formação foi direcionada a coordenação e aos técnicos do RSI. As entidades não foram convidadas a participar. Não foi falado sobre o trabalho em parceria. Foi falado sobre o funcionamento do RSI e como trabalhar com o sistema de informação entre a autarquia e a Segurança Social" (Entrevista X, 2024)

" (…) Nós tivemos uma formação que foi realizada pela Segurança Social, mas esta formação não foi suficiente porque tratou da parte da informática, plataforma informativa e não foi falado sobre outros assuntos, como a parceria com as entidades e outros temas que nos deixaram na dúvida sobre muitas coisas. As entidades parceiras não participaram da formação. A formação foi direcionada para coordenação" (Entrevista XI, 2024)

" (…) Não, a última formação que nós tivemos foi realizada através da Segurança Social, por causa da transferência de competências e foi sobre o domínio da plataforma. Participaram a coordenação e equipa técnica. Os representantes das entidades não foram convidados porque acaba sendo uma responsabilidade da autarquia" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Com a transferência de competências para as autarquias, nós tivemos uma formação aplicada a informática, que foi realizada com a coordenação e com os técnicos do RSI" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Com esta nova gestão o núcleo recebeu uma formação da Segurança Social sobre o ambiente da plataforma que temos que saber utilizar. A formação aconteceu com a participação dos técnicos do RSI e com a coordenação. Os representantes das entidades parceiras não foram convidados e não foi abordado este assunto em nenhum momento. A formação deixou muito a desejar" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) Não, só tivemos a formação da Segurança Social, mas não incluiu as entidades que fazem parte do NLI" (Entrevista XV, 2024)

" (…). Não, nunca houve formações neste sentido" (Entrevista XIX, 2024)

" (…) Estou a trabalhar no NLI há um ano e só tivemos a formação realizada pela Segurança Social, mas não falaram sobre a parceria" (Entrevista XX, 2024).

Houveram coordenadores que afirmaram já ter participado de outras formações onde assunto da parceria foi abordado. E que esstas capacitações foram organizadas pelos representantes dos núcleos ou por outras entidades responsáveis pelas políticas sociais.

" (…) Sim, a formação é uma ação desenvolvida pelo próprio NLI". (Entrevista II, 2024)

" (…) A equipa técnica recebeu formação por parte do NLI no processo de transição, para compreender todo o funcionamento do NLI" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Há uma carência no âmbito da discussão da parceria. Mas, mensalmente são realizadas formações com os técnicos, onde são falados alguns pontos em relação a importância das entidades parceiras no processo de concessão do RSI, consequentemente das acções desenvolvidas pelo NLI" (Entrevista V, 2024)

5.4. Dimensão Comunicação

Segundo Marco Akerman (2014) a hipótese comunicacional poderia ser traduzida como um "dilema intersetorial" (...) se há "comunicação imperfeita" entre políticas/atores, esta talvez exista também na interface entre as respostas formuladas pelos governos e as necessidades sentidas/percebidas pelos cidadãos.

Com base nessa citação, os coordenadores foram indagados sobre o uso de novas formas de comunicação, incluindo tecnologias digitais, Incluindo software, videoconferência, plataformas, aplicativos e canais digitais, como redes sociais, para ajudar na comunicação entre os membros que

trabalham em diferentes espaços institucionais e que têm restrições de tempo para se envolverem nas atividades do NLI. E constitui-se como um canal transparência social em relação ao trabalho que está sendo feito núcleos.

De acordo com os discursos dos entrevistados, os canais digitais mais utilizados nos núcleos, inclui o correio eletrónico, o telefone e o aplicativo de mensagens instantâneas "WhatsApp". Além dos sistemas informativos desenvolvidos pelos Ministérios do Trabalho e da Segurança Social.

" (…) Por enquanto, as comunicações acontecem através da utilização do whatsapp. Nós temos um grupo que integra todos os técnicos e representantes das entidades parceiras. Também nos comunicamos através do e-mail" (Entrevista XI, 2024)

" (…) Telefone e e-mail" (Entrevista XII, 2024)

" (…) São utilizados e-mail e contato através do whatsapp" (Entrevista IX, 2024)

" (…) A comunicação é feita através de telefonemas e da troca de e-mail" (Entrevista X, 2024)

" (…) São utilizados o telefone e o e-mail" (Entrevista XV, 2024)

" (…) Utilizamos um sistema informático para elaboração e acompanhamento dos contratos de inserção (WEBSISS), mas está acessível apenas à equipa técnica, os parceiros não têm acesso (à excepção da coordenadora do NLI e do representante da Segurança Social" (Entrevista VII, 2024)

" (…) Para a comunicação das informações são utilizados os sistemas disponibilizados pelas instituições e quando solicitados alimentam os sistemas" (Entrevista II, 2024)

Em relação ao uso de videoconferências, embora este veículo possibilite uma comunicação em tempo real, a maioria dos coordenadores afirmou que estas não estão a ser utilizadas, dado que a comunicação presencial é a estratégia mais requerida pelos membros do núcleo. Referiram ainda que o dispositivo de vídeoconferência foi utilizado durante a pandemia de coronavírus, quando as limitações às interações presenciais estavam implementadas.

" (…) A videoconferência foi muito utilizada durante a Pandemia (…) os próprios técnicos e membros, foram os primeiros a solicitar que os encontros fossem realizados presencialmente" (Entrevista V, 2024)

" (…) "Não utilizamos, as reuniões são realizadas sempre presencialmente" (Entrevista I, 2024)

" (…) Para a comunicação das informações são utilizados os sistemas disponibilizados pelas instituições e quando solicitados alimentam os sistemas" (Entrevista II, 2024)

" (…) Não é muito comum a utilização destas ferramentas para realização dos encontros (…) o território é pequeno e possibilita que os contatos sejam realizados presencialmente" (Entrevista IV, 2024)

" (…) As reuniões são sempre presenciais" (Entrevista X, 2024)

" (…) Poucas vezes realizamos reuniões sem ser presencial (…) apenas com outros órgãos, quando a indisponibilidade é causada pela distância dos territórios" (Entrevista V, 2024)

" (…) São utilizadas as videoconferências" (Entrevista XV, 2024).

Quanto aos canais de transparência social, criados através da integração entre os membros, alguns coordenadores acreditam que não se trata de uma estratégia necessária, pois receiam que a comunidade possa tentar utilizá-los como um portal de inclusão no RSI ou como um canal de queixas. Ademais, pode causar constrangimento ao expor beneficiários ou colaboradores. Os colaboradores são as entidades mencionadas que participam das ações, mas que não estão registadas no núcleo.

" (…) Não é viável devido ao facto de correr o risco de não ser utilizado como meio de informações, mas de procura e reclamação das pessoas da comunidade, que poderão pensar que serão atendidas através deste contato" (Entrevista II, 2024)

" (…) Não podemos ter porque há um controlo de informações que não podem ser disponibilizadas publicamente. Às vezes o núcleo pode realizar alguma ação em parceria com outras representações, como a Câmara Municipal, não sabemos quais as informações que podem ser publicadas" (Entrevista X, 2024)

" (…) Não vejo a necessidade de criar redes sociais porque poderiam ser utilizados para outros fins que não fosse conhecer o nosso trabalho" (Entrevista XX, 2024)

" (…) Não, este assunto já foi abordado nas reuniões do NLI e chegamos a conclusão de que não seria viável " (Entrevista II, 2024)

" (…) Não (…) a pasta ainda é muito nova e está focada atualmente na organização interna e na qualidade do serviço que vem a realizar" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Não temos" (Entrevista XI, 2024)

" (…) Não pensamos nisso" (Entrevista XII, 2024)

" (…) O NLI não tem autonomia para isso" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Não achamos necessário porque seria mais um trabalho a fazer" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) Não foram criados (Entrevista XV, 2024)

Mencionou-se que as informações a respeito dos núcleos estão disponíveis nos sites das Câmaras Municipais e da Segurança Social. Contudo, essa informação é limitada, uma vez que, durante o estudo, foram feitas buscas e a maior parte das informações disponibilizadas estão referem-se aos aspetos legais, à composição e aos objectivos do NLI.

" (...) Não temos, mas a partilha das informações sobre o NLI encontra-se na página da Câmara Municipal" (Entrevista VII, 2024)

" (…) Não, as informações sobre o NLI estão disponibilizadas no site da Câmara Municipal" (Entrevista I, 2024)

" (…) As informações sobre o NLI são divulgadas no site da Câmara Municipal e conta com outras respostas sociais" (Entrevista VIII, 2024)

" (…) Não temos, as informações do núcleo estão disponibilizadas no site da autarquia" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Não, quando uma pessoa precisar saber alguma informação sobre o NlL deve buscar a página de internet da autarquia" (Entrevista X, 2024)

" (…) As informações disponibilizadas pelo NLI são acessíveis através do Portal da Segurança Social" (Entrevista III, 2024)

Em relação às plataformas e mecanismos digitais que promovem a transparência das informações públicas sobre o trabalho realizado, tiveram coordenadores que embora não as utilizem, acham a ideia interessante. De facto, esta é uma questão que deve ser discutida entre os membros.

" (…) Acredito ser uma boa proposta porque poderemos estar a divulgar o trabalho, sem precisar entrar diretamente nas questões de sigilo dos beneficiários. Deixarei anotado" (Entrevista XV, 2024)

" (…) É uma das propostas para o futuro" (Entrevista V, 2024)

" (…) Este assunto foi falado nas reuniões, mas não temos tempo, nem uma pessoa disponível para acompanhar e atualizar as informações" (Entrevista XIX, 2024)

" (…) É uma das nossas propostas a ser realizada de acordo com os avanços e maturidade técnica profissional dos integrantes do núcleo (…) mas, ainda não foi criada uma página própria do NLI, porque este serviço está a ser novo e neste momento requer outras prioridades" (Entrevista IV, 2024)

Pediu-se aos coordenadores que fornecessem detalhes sobre a possível implementação de um sistema interno (NLI) de base de dados, que seria acessível a todos os membros e incluiria informações sobre as atividades realizadas nos núcleos, permitindo assim que os membros as acompanhassem, atualizassem e divulgassem. Onze coordenadores afirmaram que nunca criaram uma base de dados interna. Os demais relataram que não criaram essa base, mas estão a utilizar o sistema de informações da Segurança Social e de outras entidades sociais, que é mantido pela coordenação e equipe técnica do RSI.

" (…) Não, são utilizados os sistemas disponibilizados pelas instituições. E quando solicitado nós alimentamos os sistemas" (Entrevista II, 2024)

" (…) Não, são utilizados os sistemas da Segurança Social" (Entrevista III, 2024)

" (…) Não, o acompanhamento é realizado pela coordenação que leva as informações identificadas para as reuniões (…) as informações não são armazenadas num sistema onde todos possam ter o acesso (...) o material fica sob a posse da coordenação, se por acaso um dos membros necessitar, é só solicitar a coordenação" (Entrevista VI, 2024)

" (….) Não, o sistema de comunicação que utilizamos é para comunicar com a Segurança Social. Existe uma pessoa que é responsável para fazer isso. A coordenação e os técnicos têm senhas pessoais. Quando é preciso colocar alguma informação nova, a pessoa responsável tem

conhecimento, mas as entidades parceiras não têm acesso, mesmo porque algumas informações são de sigilo" (Entrevista X, 2024)

" (…) Não, temos só com a Segurança Social, mesmo assim, as informações não são acessíveis para todos os membros, o acesso é exclusivo por parte dos técnicos e coordenação" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Não temos porque todas as informações já estão no sistema da Segurança Social" (Entrevista XVIII, 2024).

Uma dos desafios colocado que impossibilita a criação deste sistema interno de informações e comunicação foi mencionado como a sobrecarga de trabalho dos representantes do NLI. De acordo com os coordenadores, a implementação desse sistema exigiria a inserção de dados, o que acabaria por se tornar mais uma obrigação para os membros.

" (…) A criação de mais um sistema iria gerar mais serviços para os representantes, que já lhes dão com cargas excessivas de actividades" (Entrevista I, 2024).

Apenas dois coordenadores referiram que os membros criaram uma ferramenta de comunicação interna por iniciativa própria.

" (…) Estamos a criar uma plataforma de comunicação interna" (Entrevista XI, 2024)

" (…) Nós temos um mapa que foi elaborado em Excel, que comporta as informações sobre os beneficiários e sempre é atualizada. Todos os membros podem ter acesso a este mapa" (Entrevista XI, 2024).

5.4.1. Perspetiva: cronograma digital

Uma das estratégias empregadas para promover a integração entre os setores envolve a elaboração de um calendário digital com prazos e metas a ser executados. Contudo, a maioria dos relatos o núcleo "não" detém estes cronogramas digitais.

" (…) Não, existe a definição das metas e estabelecimento de prazos a ser colocadas em prática, mas cada representante aponta no final das reuniões do NLI" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Não existe, as informações acabam por ser agendadas numa lista elaborada pela própria iniciativa da coordenação, para um melhor acompanhamento das ações que são planeadas" (Entrevista VI, 2024)

Em relação aos coordenadores que informaram ter criado um cronograma, caracteriza-se em formato de tabela, onde são compartilhadas as informações que acabam por ser acessíveis a todos os membros dos núcleos.

" (…) Sim, as tabelas são enviadas mensalmente para todas as entidades que integram o NLI através de e-mail" (Entrevista X, 2024)

" (…) Sim, são enviados mensalmente antes das reuniões" (Entrevista XV, 2024).

5.5. Dimensão Investigação

5.5.1. Perspetiva: interesse em trabalhar com metodologias de investigação

Durante as entrevistas, foi abordada a questão da prática da pesquisa interdisciplinar a ser aplicada por meio da colaboração dos representantes dos setores que integram o NLI. O objetivo foi buscar desenvolver estudos sobre os problemas identificados, a fim de gerar conhecimento aplicável em discussões nas esferas políticas e comunitárias, além de contribuir para reflexões e novas ações no combate à pobreza extrema.

Em resposta, os coordenadores informaram que esta prática não está a ser operacionalizada e apresentaram diferentes motivos, nomeadamente: i) falta de interesse e de sugestões por parte dos membros; ii) está a ser realizada por profissionais de outras instâncias sociais; iii) seria necessária a participação de todos os membros; iv) necessidade de haver uma equipa específica para o efeito; v) excesso de trabalho dos profissionais nos setores de intervenção; vi) a investigação é da competência da coordenação.

Com base na análise dos discursos, podemos identificar dois grupos em relação às diversas perspetivas sobre a investigação interdisciplinar no contexto da integração dos setores do NLI: i) aqueles que não vêem essa abordagem como essencial; e ii) aqueles que reconhecem essa estratégia como um meio de aprimorar as intervenções realizadas pelos núcleos. Sobre as narrativas dos que não consideram esta abordagem necessária:

" (…) Não há o interesse em realizar. Outros órgãos envolvidos, como a própria Segurança Social, disponibilizam equipas específicas para fazer este serviço" (Entrevista I, 2024)

" (…) Até o momento não temos nada a registar que requeira este formato de investigação (Entrevista VII, 2024)

" (…) Os desafios e os problemas identificados são discutidos presencialmente. É feito o registo destes problemas, mas não um estudo mais académico. (Entrevista VIII, 2024

" (…) Não, teria que ter uma coordenação específica" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Não, este trabalho é realizado pela pasta da Ação Social" (Entrevista X, 2024)

" (…) Os dados que são gerados no NLI não são organizados diretamente pelos membros do NLI, são organizados pela coordenação com a contribuição da equipa técnica do RSI" (Entrevista XI, 2024)

Os membros que valorizam esta estratégia como forma de qualificar as intervenções dos núcleos, entendem que a investigação é uma estratégia valiosa para o núcleo. Porém, foram identificadas limitações que dificultam a sua aplicação. Mais uma vez, o excesso de trabalho e a indisponibilidade dos representantes destacam-se como limitações.

Contudo, foi fornecida uma informação sobre o desinteresse dos representantes devido aos baixos salários que recebem. Está é uma questão que também esta presente nos debates sobre a relação entre a precarização do trabalho e a qualidade dos serviços.

" (….) Compreendemos a importância de realizar estudos mais aprofundados. Há o interesse, mas o excesso de serviços do NLI não dá espaço. A própria equipa que trabalha na área tem uma base de informações que seriam viáveis. Mas não há tempo para ser realizada. E com as reclamações em relação aos baixos salários não estariam dispostas a realizar esta função. Teria que ter uma equipe específica para isso, mas o município não tem recurso para investir em mais profissionais" (Entrevista II, 2024)

" (…) Seria muito bom que todos pensassem desta maneira, mas a equipa não está disponível para fazê-la" (Entrevista XX, 2024)

" (…) Precisa da colaboração de todos para que não seja mais uma responsabilidade que ficará a cargo da coordenação. Para a organização dos registos é utilizada a plataforma Excel, mas as entidades parceiras não participam desta elaboração, apenas tem conhecimento. A coordenação realiza este trabalho para enviar a Câmara Municipal" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Há o interesse, mas não há possibilidade de tempo para realizar, o tempo é limitado por causa de outras práticas que são realizadas pelos setores. Uma investigação necessita de tempo e dedicação para ser realizada (…) os dados produzidos pelo NLI são encaminhados para Segurança Social através do preenchimento do sistema e a própria Segurança Socia é quem executa esta função" (Entrevista III, 2024)

" (…) É uma questão que já foi abordada nas reuniões e que pretendemos colocar em prática com a colaboração dos técnicos que estão a desenvolver as suas funções na área, e diariamente estão a colectar novas informações" (Entrevista V, 2024)

" (…) Não, mas quem sabe pode-se colocar no plano (Entrevista XII, 2024)

" (…) Há interesse, mas não há disponibilidade para fazer. Até os dados que são informados a Segurança Social através da plataforma, quando preenchidos, não resulta em valores, sendo necessário que a coordenação faça a mão" (Entrevista XIV, 2024)

Ao analisar as narrativas, há dois pontos merecem destaque: i) o primeiro ponto diz respeito à "Entrevista VIII", na qual o coordenador vincula a pesquisa científica à prática académica, em vez de a considerar uma metodologia de avaliação mais abrangente que poderia ser aplicada não apenas em contextos educacionais, mas também em outros espaços de intervenção social, com o objetivo de entender melhor as questões sociais e promover mudanças significativas; ii) o segundo ponto refere-se à narrativa da "Entrevista XIV", na qual o entrevistado menciona algumas restrições impostas pelo sistema de Segurança Social aos núcleos, no que diz respeito ao acesso aos dados necessários para a realização de estudos investigativos sobre os temas em questão.

O segundo ponto compromete a complementaridade entre o NLI e a Segurança Social. Como o NLI é o órgão encarregado de acompanhar o beneficiário este desafio pode ser apresentado para discussão junto aos órgãos responsáveis.

Cinco coordenadores relataram que estão a conduzir esse trabalho por meio de uma abordagem de pesquisa quantitativa. Referem-se à execução de estudos estatísticos, empregados como estratégia para avaliar o trabalho realizado.

" (…) Foi realizado um estudo social mais aprofundado sobre a "Situação Precária" no município que contou com a coleta de dados estatísticos e que foi produzido com outras respostas sociais. (…) Foi um serviço pontual. Conseguimos organizar alguns dados específicos para elaboração dos relatórios sobre o perfil dos beneficiários e número de encaminhamentos" (Entrevista VI, 2024)

" (…) São elaborados dados estatísticos relativamente ao acompanhamento prestado". (Entrevista VII, 2024)

" (…) Constantemente são produzidos dados estatísticos para serem apresentados nas câmaras e para Segurança Social" (Entrevista V, 2024)

" (…) O relatório anual trouxe um estudo que envolveu dados estatísticos sobre a população cigana, que é um problema a ser resolvido no município, este estudo foi realizado em parceria com outra instituição localizada no município" (Entrevista VIII, 2024)

" (…) Realizamos um processo de investigação quando estamos a elaborar os relatórios e trabalhamos com elaboração de dados estatísticos" (Entrevista XV, 2024)

5.5.2. Perspetiva: produção de conhecimento e informações através da investigação

Os coordenadores foram indagados sobre a produção de materiais informativos e de novos conhecimentos elaboradas a partir da colaboração de todos os integrantes. Contudo, a maioria dos entrevistados afirmou que estes não estão a ser produzidos e apresentaram três razões principais para isso: i) a "falta de tempo", uma vez que os processos de investigação demandam uma dedicação mais exclusiva; ii) a perceção de que não é função do NLI conduzir investigações, restringindo a prática às funções já estabelecidas e à possibilidade de agir de maneira mais crítica, criativa e eficaz diante dos desafios identificados; iii) e o temor, por parte da coordenação, de que haverá uma sobrecarga de trabalho apenas para o coordenador.

" (…) Não, porque não há disponibilidade de tempo por parte dos membros integrantes para investir na produção destes informativos" (Entrevista III, 2024)

" (…) Há profissionais capacitados para isso, mas não há disponibilidade de tempo para investir no processo de investigação" (Entrevista IV, 2024)

***"** (…) Toda informação do NLI é organizada pela coordenação e não sobra tempo para dedicar a produção destes materiais. Apesar do interesse em fazê-los (…) com o acúmulo de funções não sobra tempo para isso" (Entrevista XX, 2024).*

" (…) Não, seria necessário que os membros estivessem mais disponíveis e os técnicos que atuam na área também. Porque com outras atribuições que exercem acabam por não ter o interesse de desenvolver uma acção de cunho investigatório" (Entrevista VI, 2024)

" (…) Não, é um trabalho que pede mais disponibilidade de tempo" (Entrevista XI, 2024)

" (…) Não percebo que seja função do NLI" (Entrevista XIV, 2024)

No entanto, em alguns núcleos, a produção de novos conhecimentos e de matérias informativas já foi um assunto colocado em debate nas reuniões como sendo uma proposta para o futuro.

" (…) Não, é uma das ações que o NLI pretende realizar futuramente" (Entrevista II, 2024);

" (…) É uma proposta que já foi lançada nas reuniões e que pretendemos colocar em prática" (Entrevista V, 2024);

" (…) Não, mas seria uma mais-valia porque contribuiria para divulgação do trabalho que é realizado. Entretanto, ao mesmo tempo, seria mais uma responsabilidade que ficaria a cargo apenas da coordenação" (Entrevista XII, 2024)

5.5.3. Perspetiva: competência profissional

Uma das sugestões da pesquisa é verificar se os integrantes do NLI possuem as habilidades necessárias para conduzir um processo de investigação. Nesse contexto, quando questionados sobre o assunto, grande parte dos entrevistados acreditam ter a competência para realizá-la.

Entretanto, foram encontrados desafios a prática da investigação que estão relacionados com à "falta de interesse dos profissionais" e à "indisponibilidade de tempo". Ademais, foi destacado o constrangimento arraigado na "cultura institucional", que impede a implementação de novas estratégias de intervenção.

" (…) Sim, mas não há tempo para dedicar esta função que requer disponibilidade para isso" (Entrevista II, 2024)

" (…) Sim, mas não há disponibilidade técnica devido ao excesso de funções" (Entrevista III, 2024)

" (…) Sim, mas não há um tempo de trabalho dentro da carga de horário dos membros que seja dedicada para isso" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Sim, é necessário que haja mais disponibilidade de tempo porque nós temos a outras rotinas diárias" (Entrevista V, 2024)

" (…) Sim, há competência (…) mas não há uma cultura institucional voltada para a realização de uma acção do tipo investigação. Os setores estão organizados num formato enraizado, setorizado e não é fácil romper com esta situação porque já vem da própria entidade que esta a representar". (Entrevista VI, 2024)

" (…) Há competência, mas há um grande volume de processos, mesmo o município sendo pequeno e um acumular de ações (…) não sendo facultativo a realização de investigação" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Sim, mas outros serviços acabam por tomar o tempo" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Sim, a equipa é composta por profissionais capacitados como o assistente social" (Entrevista XV, 2024)

" (…) Estamos acostumados a acabar as formações, ir trabalhar, parece que tudo é diferente (…) porque não há espaço nas instituições para fazermos como nos é ensinado" (Entrevista XIX, 2024)

Em relação ao discurso abordado na Entrevista XIX, reafirma-se o que se tornou um jargão no Serviço Social: "na prática, a teoria é outra". Um assunto que já foi objeto de muitos debates e estudos investigativos. E, contraditoriamente, na maioria das vezes, está ligada ao conceito de "práxis" na teoria crítica, na qual teoria e prática estão interligadas.

Marilda Iamamoto (2000) faz uma crítica interessante a este tipo de posicionamento, considera ser uma visão "fatalista". Afirma que um dos maiores desafios do presente é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e elaborar propostas de trabalho criativas que permitam preservar e efetivar direitos. Devemos ser profissionais proativos e não apenas executantes. O exercício da profissão é uma ação do sujeito profissional que tem competência para negociar com a instituição os seus projetos, defender o seu campo de trabalho, as suas qualificações e funções profissionais.

Desta forma, é necessário ir além das rotinas institucionais e procurar compreender o movimento da realidade para detetar possibilidades passíveis de serem impulsionadas. As alternativas não surgem de uma suposta "cartola mágica" e há sempre um espaço para a ação dos sujeitos. É como se a realidade já estivesse dada na sua forma definitiva, com os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma que pouco se pode fazer para os alterar. Tal conduz à acomodação, à otimização do trabalho, ao burocratismo e à mediocridade profissional.

Por fim, alguns coordenadores compreendem que, no âmbito do NLI, existem profissionais competentes para realizar estudos aprofundados através da investigação, mas esta não é vista como um tema de interesse.

" (…) Sim, mas não vejo interesse, acredito que não seria algo aceito" (Entrevista XIII, 2024)

" (…) Até ao momento nada a registar" (Entrevista VII, 2024)

" (…) Sim, mas não há o interesse" (Entrevista I, 2024)

" (…) Não vejo como sendo uma das responsabilidades do NLI" (Entrevista VI, 2024).

5.5.4. Perspetiva: sugestão aos representantes de desenvolver investigação no NLI

Com base na "cultura institucional" e visando promover a implementação de práticas mais audaciosas nas chamadas "novas políticas sociais", questionou-se aos entrevistados se, em algum momento, haviam sugerido aos integrantes dos núcleos a oportunidade de realizar uma pesquisa colaborativa interdisciplinar e a maioria dos coordenadores afirmou que nunca havia discutido o tema com os demais colegas.

Os entrevistados apontaram os seguintes fatores que estão associados a esta lacuna: i) a impossibilidade dos representantes de assegurar essa responsabilidade; ii) equipa reduzida que não pode dedicar o tempo necessário; iii) o medo de que isso se torne uma atribuição exclusiva da coordenação e não dos demais membros; iv) o medo de haver um aumento do volume de trabalho; v) considera não ser uma responsabilidade do NLI.

" (…) Apesar de compreender a importância deste processo, enquanto melhoria da qualidade do serviço oferecido, não foi proposto realizar investigação por parte dos membros do NLI porque todos estão atarefados e não terão como garantir esta responsabilidade" (Entrevista III, 2024)

" (…) Não, até este momento" (Entrevista VI, 2024)

"(…) Não" (Entrevista VII, 2024)

" (…) Não, acabaria por ser mais uma função da coordenação. Isso ocorre porque há um volume de trabalho para os técnicos que acompanham a medida e pelas dificuldades apresentadas pelas entidades parceiras" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Não é o nosso papel social" (Entrevista IX, 2024)

" (…) Não" (Entrevista XII, 2024)

" (…) Não (…) toda responsabilidade ficaria para coordenação e para os técnicos que já têm muitos processos para acompanhar. Este trabalho requer dedicação" (Entrevista XIII)

" (…) Não" (Entrevista XIV, 2024)

" (…) Não" (Entrevista XVI, 2024)

Houve coordenadores que disseram já ter apresentado esta proposta aos membros e o tema vinculou-se as seguintes discussões: i) a necessidade de se posicionar fundamentada em estudos aprofundados para pedir um orçamento específico aos gestores; ii) a necessidade de se ter um financiamento específico para contratar uma equipe dedicada a implementar essa função; iii) atribuir esta função à equipe técnica do RSI.

" (…) Sim, como proposta de contribuir com a qualidade do serviço, a ser realizada pelos técnicos que estão nas áreas (…) não para ser realizada por agora " (Entrevista II, 2024)

" (…) Sim, mas será necessário ter um profissional, ou uma equipa dentro do NLI, que seja contratado para exercer esta função" (Entrevista IV, 2024)

" (…) Sim, é uma das propostas a ser realizada futuramente. A coordenação já desenvolve algumas funções com o uso de metodologias científicas, como dados estatísticos, condensação e sistematização dados" (Entrevista V, 2024)

" (…) Sim, é uma das metas do NLI" (Entrevista VIII, 2024).

Por último, após as entrevistas, dois coordenadores despertaram o interesse em discutir este tema nos espaços de atuação.

" (…) Não (…) pode ser uma sugestão para apresentar ao NLI" (Entrevista X, 2024)

“ (…) Eu nunca havia pensado (…) é algo novo não só para mim, mas para o trabalho que é realizado pela autarquia (…) pode ser algo a se pensar no futuro” (Entrevista XV, 2024)

CONCLUSÃO

Uma análise teórica sucinta sobre a pobreza em Portugal evidencia que, desde a consolidação do Estado de Providência pela Constituição de 1976, o governo tem buscado garantir os direitos sociais. Esse esforço tem desempenhado um papel importante na melhoria das condições de vida de uma parte significativa da população.

Contudo, mesmo com avanços como a consolidação do Sistema de Segurança Social através da Lei de Bases de 1984 e a criação do Rendimento Social de Inserção com a aprovação da Lei nº 13/2003, de 21 de maio, destinada a combater a pobreza extrema no país, tanto a sociedade quanto o governo ainda enfrentam inúmeros desafios sociais.

No parlamento, os debates em torno do RSI refletem diferentes perspetivas e interesses políticos, económicos e sociais. Porém, observa-se uma notória ausência de discussões sobre as potencialidades oferecidas pelo RSI/NLI, assim como sobre os desafios existentes para a formulação de estratégias eficazes, sobretudo no contexto de parcerias entre os setores responsáveis pelas políticas sociais.

Com o objetivo de enriquecer o debate sobre o objeto de estudo, os dados analisados destacam, na "dimensão conceitual", um conjunto de características que fortalecem o processo de consolidação do conceito de parceria. Características que também são identificadas na base fundamentação teórica que sustenta o modelo de parceria intersetorial.

Nesse sentido, a parceria se estabelece como uma prática que facilita a aproximação entre diferentes atores e agiliza a articulação de soluções diante das demandas sociais. Valoriza a troca de saberes, a complementaridade entre distintos pontos de vista, conhecimentos e experiências, promovendo uma perspetiva multidimensional sobre os fatores associados à pobreza.

Além disso, contribui para a resolução de problemas com maior eficácia, oferecendo respostas mais adequadas às diversas exigências sociais. Essa abordagem abrange múltiplos aspetos da vida social, viabiliza a prestação de serviços e melhora a gestão dos recursos disponíveis, fortalecendo a eficiência da aplicação da medida de RSI.

No entanto, na prática, os dados fornecidos sobre a aplicação da parceria divergem das informações recolhidas acerca do conceito. Observa-se uma predominância de práticas fragmentadas, com grande parte das intervenções sendo conduzidas principalmente pelos representantes dos setores públicos. Especialmente através da coordenação do NLI e das equipas técnicas do RSI. Além disso, outros membros se dedicam a atender as demandas específicas dos setores que representam nos núcleos.

O principal motivo para a fragmentação está relacionado principalmente à falta de tempo de determinados representantes para se dedicarem ao NLI. Deve-se a consequência da sobrecarga

gerada pelas atividades desenvolvidas em seus respectivos setores, além do acúmulo de diversas funções.

Dois desafios que envolvem não apenas a desarticulação entre os membros, mas também a exploração causada pelo excesso de trabalho e jornadas prolongadas, que podem resultar no esgotamento físico e psicológico dos trabalhadores, agravada ainda mais pela ausência de uma compensação financeira proporcional ao esforço excedente.

Observa-se também a existência de protocolos mínimos estabelecidos com os setores privado, social e solidário. Isto significa que a setorização na maioria dos núcleos é predominantemente composta por representantes do setor público, facto que acontece devido ao desafio relacionado com o desinteresse por parte dos membros dos núcleos, que consideram desnecessária a inclusão de um maior número de representantes em sua composição. Ademais, a ausência do setor da educação na estrutura dos Núcleos Locais de Inserção ganha relevância nas discussões sobre as principais necessidades dos beneficiários do RSI.

Quanto às estratégias metodológicas técnico-operacionais aplicadas no desenvolvimento da parceria no NLI, verifica-se, mais uma vez, que a responsabilidade tende a ser concentrada na figura do coordenador, que trabalha em conjunto com a equipe técnica do RSI. Observa-se que a maioria dos núcleos não se tem empenhado na elaboração de instrumentos técnicos, como relatórios mensais, agendas integradas, mapeamento da rede e outros recursos destacados no campo teórico e considerados essenciais para viabilizar a prática da parceria intersetorial.

A concentração de tarefas num único representante aparece mais uma vez como um desafio, na medida em que pois limita a partilha de conhecimentos e experiências adquiridas. Além disso, esta configuração tende a gerar apreensão entre os coordenadores, dificultando a elaboração e implementação de novas estratégias nos núcleos. Esta resistência deve-se, em grande parte, à perceção de que tais iniciativas podem ser interpretadas como responsabilidades adicionais da coordenação, o que pode causar sobrecarga e ter um impacto negativamente na fluidez das ações intersetoriais.

No entanto, destaca-se a implementação de estratégias realizadas em parceria de forma informal, por meio da participação de representantes em reuniões comunitárias e em ações promovidas por diferentes setores da comunidade. Algumas dessas iniciativas são planeadas conjuntamente com esses setores, embora estejam mais relacionadas a ações pontuais.

Outra abordagem consiste na integração dos beneficiários do RSI às atividades promovidas por outros setores, alinhadas às necessidades previamente identificadas pelos núcleos. Adicionalmente, busca-se fomentar debates organizados pelos núcleos, envolvendo os beneficiários e discutindo temas de interesse comum entre os participantes dos diversos setores.

Os desafios relacionados ao eixo de comunicação facilitada demonstram uma limitada diversidade nas ferramentas empregadas, restringindo-se, em grande parte, ao uso de mensagens móveis e correio electrónico. Nenhum dos núcleos analisados conta com canais próprios destinados à transparência social.

Além disso, no que diz respeito à dimensão da investigação no âmbito dos núcleos, apesar de alguns coordenadores considerarem esta abordagem eficaz (a maioria dos quais são profissionais de serviço social para quem esta prática constitui uma competêmcia fundamental e indissociável), ainda não está a ser implementada nos núcleos. Observa-se a execução de algumas abordagens quantitativas, sobretudo voltadas para a produção de dados estatísticos.

Destaca-se a diversificação da organização e no desenvolvimento de estratégias de parceria entre diferentes núcleos analisados. Neste sentido, é fundamental ressaltar a importância da narrativa referente à garantia de um espaço físico destinado à estruturação do NLI. Iniciativa que pode ser considerada uma estratégia fortalecida pela articulação e engajamento dos membros nessa discussão com os profissionais responsáveis pela concessão, alinhada em interesses comuns entre os envolvidos.

É igualmente importante salientar, a necessidade de abrir espaços para discussões voltadas sobre os temas transversais à investigação empírica sobre a intersetorialidade, que foram recolhidos durante a coleta de dados, como o tema da feminização nas coordenações dos núcleos e a escassa produção sobre o tema da parceria plurissetorial, apesar de este ser frequentemente referido nos marcos normativos da Segurança Social.

Observa-se que o conceito de parceria apresentado pelos entrevistados reflete no potencial reconhecimento sobre a importância de adotar o modelo de parceria intersetorial, visando garantir os direitos sociais e promover uma aplicação mais eficiente das medidas por meio da integração entre os setores. Entretanto, na prática, a atuação no NLI ainda segue enraizada na lógica de uma cultura institucional setorizada, o que compromete a essência do modelo de parceria intersetorial.

Desta forma, compreende-se a necessidade de que aja uma mudança de paradigma a partir da reforma do pensamento dos representantes, gestores e pessoas da comunidade. Em contrapartida a ruptura com a "cultura institucional setorizada" proposta a partir da promoção de formações específicas sobre o tema da parceria, com objetivo de impulsionar mudanças significativas na forma de compreender e lidar com as demandas sociais, adotando plenamente o modelo de parceria intersetorial.

Com vista a alcançar este objetivo, foi possível organizar um conjunto de tópicos que contemplam tanto os aspetos subjetivos quanto os objetivos dessa parceria, servindo como pilares temáticos para o desenvolvimento das formações. No âmbito subjetivo, focam na construção de

conceitos como harmonia, respeito, participação, sinergia, coesão, partilha, comunicação, escuta ativa, diálogo, conscientização, compromisso e responsabilidade.

No campo da objetividade, o enfoque recai sobre os modelos de parceria, com especial destaque para a parceria intersetorial. Neste contexto, dá-se ênfase à prática de elaboração de instrumentos e técnicas de trabalho, tais como: mapeamento socio-territorial, cronogramas e agendas coletivas, planeamento, formulários técnicos, relatórios, tabelas de dados estatísticos, pareceres e diagnósticos. Esses instrumentos são desenvolvidos com base numa abordagem integrada e contínua. Além disso, destaca-se a relevância dos orçamentos integrados.

Em jeito de síntese final, cabe referir que a presente tese demonstra que do ponto de vista conceptual e retórico as noções de parceria são conhecidas e é reconhecida a vantagem da sua mobilização, mas continua a prevalecer a máxima de que "na prática, a teoria é outra", tendendo-se para centralização de responsabilidades na coordenação do NLI.

Os dados recolhidos permitem concluir que a potencialidade da mobilização de recursos construídos em parceria é descartada, não por razões de princípios, mas por dificuldades de várias ordens, entre as quais se destacam:

- O que se pode designar como um "formalismo institucional", alicerçado numa lógica de funcionamento por silo contrárias às lógicas de governação integrada (Marques, 2018), o que conduz a um centramento da intervenção entre os serviços públicos, que se relacionam com os demais parceiros, mais enquanto provedores de serviços do que enquando pares;

- O que Amaro e Ribeiro (2023) conceptualizam como uma "deriva burocrática do Serviço Social", que conduz a que o trabalho com os beneficiários do RSI seja constituído mais como um cumprimento formal de procedimentos tecnocráticos e menos como uma construção de relação baseada na ajuda e na aliança terapêutica e na capacitação do *empowerment* (Pena, 2012).

- As tensões para um Serviço Social Ativo, segundo a nomenclatura proposta por Branco e Amaro (2011), que incorpora as regras da Nova Gestão Pública e deixa o tempo do acompanhamento sem tempo disponível para relação e para tivação de recursos comunitários.

O serviço social, como área que privilegia uma visão multinível dos problemas e de acordo com a sua base multidisciplinar, apresenta-se como profissão privilegiada para mobilizar parceria intersetorial em prol da resolução de problemas necessariamente complexos que afetam a vida das pessoas em sitação de pobreza.

Fontes

Banco de Portugal (Taxa de Inflação): https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/1299

Carta Social, Portaria n.º 66/2011, de 17 de Março: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/66-2021-15961484

Código de Conduta Ética ISCTE: https://www.iscte-iul.pt/assets/files/2022/01/24/1643044824553_Codigo_de_Conduta_Etica_na_Investigacao_ISCTE.pdf

Constituição de 1976: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf

DATALABOR – RSI (2020): https://datalabor.pt/rendimento-social-de-insercao-contributos-para-o-conhecimento-de-uma-prestacao-de-ultimo-recurso

Diário da República: //www.seg.social.pt/documents/10152/807636/Portaria_257_2012_27_agosto/c85a6234- 9743-43cc-8bcf-ea27effd1c17Eurostat: https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/ddn-20220915-1

Diário de Notícias (2023): //www.dnoticias.pt/2023/11/27/384579-madeira-com-a-2a-mais-alta-taxa-de-risco-de-pobreza-ou-exclusao-social-do-pais/

Diário Oficial do México: https://dof.gob.mx/nota_detalle_popup.php?codigo=4944430

ENIPSSA 2025-2030: https://pessoas2030.gov.pt/wp-content/uploads/sites/19/2024/04/RCM-n.61.2024_02.04.pdf

ENIPSSA, Inquérito de caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – síntese de resultados 2023, in https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2023+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/6fef4b31-d76c-4c20-a80a-4e2725956b65

ENIPSSA, Inquérito de caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – síntese de resultados 2022, in https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2022+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/0485efbb-0839-46c3-81cc-43e054bc20a0

ENIPSSA, Inquérito de caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – síntese de resultados 2021, in https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2021+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/983812db-ef1e-4238-96c8-2ef4f472e9f1

ENIPSSA, Inquérito de caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – síntese de resultados 2020, in https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2020+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/94f523e8-88c7-4b0e-89c8-f14711feb94d

ENIPSSA, Inquérito de caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – síntese de resultados 2019, in https://www.enipssa.pt/documents/10180/11746/S%C3%ADntese+de+Resultados+31dez2019/84d79df8-f7a9-4080-9f21-1434ca700ccb

ENIPSSA, Inquérito de caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – síntese de resultados 2018, in https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo+-+31+dezembro+2018+%E2%80%93+S%C3%ADntese+de+resultados/c982bee2-475e-42e4-9be6-756c09a2ed9f

Gabinete de Estratégia e Estudos (República Portuguesa) https://www.gee.gov.pt/pt/indicadores-diarios/ultimos-indicadores/34244-taxa-de-desemprego-eurostat-43

Guia de Mobilizações de Parceria para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2021): https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/br/db96f51dffdc78f4575f90306e0b0a7d6a87f5b5cf87fc4a3a9afba301620569.pdf

Guia Prático do Rendimento Social Inserção (Manual RSI): https://www.seg-social.pt/documents/10152/15010/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441

Instituto Nacional de Estatística (2018): Taxa de Risco de Pobreza em 2022 (2023): file:///C:/Users/HGT/Downloads/27ICOR2023_Destaque_retif_20231213.pdf

Jornal Estadão (2020): https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,programas-de-transferencia-de-renda-sao-adotados-por-30-paises-para-proteger-populacao-de-pandemia,70003244689

Lei 13/2003: 21 de Maio (RSI): https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2027 HYPERLINK

Lei 26/2016, de 22 de Agosto: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2591 HYPERLINK

Lei nº 147/99, de 1 de Setembro: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/147-1999-581619

Ministério da Solidariedade e Segurança Social – Gep (2019): http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/79620/RSI_20anos.pdf/8c2d70b1-6b80-4b3b-93dc-cb44d59be2c8

Notícias na Europa (2023): https://www.rfi.fr/br/europa/20230801-fim-da-renda-m%C3%ADnima-para-todos-governo-italiano-reforma-programa-de-ajuda-para-os-mais-pobres

Observatório Nacional: https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2022/10/Pobreza-e-Exclusao-Social-em-Portugal-2022-REAPN05.pdf

Portugal: Balanço Social 2020 (2021): https://www2.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/Portugal%2C%20Balanco%20Social%202020-Relatorio.pdf

Programa Jefes de Hogar (Argentina): http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/75000-79999/75049/texact.htm

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/SQ_Vconc_PNPOT_0.pdf

Público: https://www.publico.pt/

Relatório Intercalar – AIMA: https://aima.gov.pt/media/pages/documents/4a518251d7-1744128191/relatorio-intercalar-recuperacao-de-processos-pendentes-na-aima-populacao-estrangeira-em-portugal.pdf

Relatório NLI (2018) Santa Maria da Feira: http://rede-social.cm-feira.pt/rede-social/conselho-local-de-accao-social-1/plenarios-2019/relatorio-nli

Relatório Plano de Acção (2019) NLI Cascais: https://www.redesocialcascais.net/files/uploads/2019/11/PA-NLI-Cascais-2019.pdf

República Dominicana (Decreto 536 – 05): https://www.superate.gob.do/wp-content/uploads/2020/10/Creacion-prosoli.pdf

RTP Memória: https: //www.youtube.com/watch?v=RBBUqAdiKEs

Referências Bibliográficas

Akerman, M. et al. (2014). Intersetorialidade? Intersetorialidades! Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4291- 4300.

Akerman, M. (2024). Intersetorialidade: Lições aprendidas para trabalhar fora da caixa. São Paulo

Alves, J.F. & Carneiro, M. (2013). Estado Novo e discurso assistencialista (1933 a 1944). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amaral, L. M. (2015). A intersetorialidade na gestão das políticas sociais: O contexto da produção científica brasileira. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. https://repositorio.ufscar.br/items/96046347-c73e-4c65-9939-3d55a09e96fa

Amaro, M. I. (2008). Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença. Locus Social, 1/2008, 65-80.

Amaro, M. I. & Ribeiro, S. M. (2023). Contemporaneidade do serviço social na Europa: uma análise reflexiva. Intervenção Social. ISSN 0874-1611. N. 62 (2023), 7-28.

Amorin, S. & Neto, S. (2011). O que é um paradigma? Revista Ciências Humanas. Vol.45. n.2.

Araujo, M.R.M. & Morais, K.R.S. (2017). Precarização do Trabalho e o Processo de Derrocada do Trabalhador. Universidade Federal de Sergipe. Vol.20 n.1

Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. 1.ed. Editora Persona 70. São Paulo.

Barreto, M. (2017). Desigualdade em Saúde: uma perspetiva global. Revista Ciência e Saúde Coletiva. Vol. 22. Nº7.

Batista, M. (2015). O legado da construção do sistema de protecção social brasileiro para instersetorialidade. Trabalho Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v.13. n 2.

Bellini, M. I. B. & Faler, C. S. (2014). Intersetorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos. Intersetorialidade e fragmentação: Partículas a respeito. Porto Alegre, EDIPUCRS.

Behring, E.R. & Boschetti, I. (2011). Política Social: fundamentos e história. 9º ed. Editora Cortez.

Bidarra, Z.S. (2009). Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. Serviço Social & Sociedade. Vol. 99. p. 483.

Bordenave, J.E.D. (1982). O que é Comunicação. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. Vol.67

Branco, F. (1993). Crise do Estado Providência, Universalidade e Cidadania: um programa de acção e investigação, Brasil. Serviço Social & Sociedade. Vol. 40.

Branco, F., & Amaro, M.I. (2011). As práticas do Serviço Social active "no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. Serviço Social & Sociedade. (110). 241 – 266.

Cabrera, C. C. (2015). Características e tendências dos Programas de Transferência de Renda na América Latina: destaque às experiências, brasileira e peruana, Brasília, Unb.

Cachapa, C.I.S. (2021). O Núcleo Local de Inserção na implementação da política do RSI: o caso do concelho de Beja. Instituto Politécnico de Beja. Escola Superior de Educação. Beja.

Campos, L.E., Faur, E. & Pautassi, L.C. (2007). Programa familias por la i n c lusi ón social Entr e e l discurs o d e derechos y la práctica asistencia. CELS (Centro de Estúdios Legales y Sociales). Argentina.

Capucha, L.M.A. (2005). Desafios da pobreza- 1ª ed. Editora Celta. Oeiras.

Cardoso, J. (2013). Assistência, acção Social e municípios: apontamentos históricos e desafios actuais, docente no ISSSL_UL e no ISCTE-IUL. Lusíada. Intervenção Social, Lisboa, n.º 41.

Carolo, D. F. S. (2014). Novas Políticas Sociais e Complexidades em Torno da Equidade: um desafio para teoria social. E – Cadernos CES. Portugal. Vol. 2.

Carvalheiro, C. M.S. (2015). Rendimento Social de Inserção: alterações das condições de acesso no período de 2006 a 2012, Universidade de Lisboa, Lisboa. 24 Decreto-Lei n.º 42/2006, Disponível em: https://dre.pt/pesquisa/-/search/676606/details/normal?p_p_auth=Cta5OiwI.

Castro, B.P. & Penida, C.M.F (2022). Intersetorialidade: mútiplos olhares. Editora Pedro e João. https://arquivos.pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/06/03171051/EBOOK_Intersetorialidades-umultiplos-olhares.pdf

Ceccim, R.B (2018). Conexões e Fronteiras da Interprofissionalidade: forma e formação. Scielo Brazil. Vol.22.

Costa, A.L.M. (2021). A criação do sistema português de segurança social: 1962-1984. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

Damasceno, H. J. (2013). Serviço Social na Educação: A intersetorialidade no exercício profIssional do assistente social no IFBA. São Cristovão – Universidade Federal de Sergipe. https://ri.ufs.br/handle/riufs/6210

Dias, M.C.C. (2010). Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção: trajectórias sociais e processos de inclusão. Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55753

Dias, T.F., Sano, H. & Medeiros, M.F. M. (2019). Inovação e Tecnologia da Comunicação e Informação na Administração Pública. Coleção Gestão Pública. Enap. Brasília. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4284/1/8_Livro_Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20tecnologias%20da%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20informa%C3%A7%C3%A3o%20na%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica.pdf

Diogo, F. (2021). Faces da pobreza em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

Drago, A., Reis, J., Ferreira, G. & Serra, N. (2024). Portugal tem uma das crises maiores da Europa: consequências para o desenvolvimento do país. Estudo causa pública. Ed. Causa Pública.https://causapublica.org/estudos/portugal-tem-uma-das-maiores-crises-habitacionais-da-europa/

Esping, A. G.(1990). The Three Economeis of the Welfare State. Cambridge.

Fazenda, I. (2008). O que é interdisciplinaridade? Ed. Corteza. São Paulo.

Ferreira, M. (1999). A Reconstrução do Estado social na Europa meridional. Análise Social, vol. XXXIV.2000

Ferreira, A.B.H. (2010). Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa. 5.ed. Rev. Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

Ferreira, J. M. L (2014). Estudos de pós-graduação e de doutoramento em Serviço Social. A experiência Portuguesa, REVISTA INTERNACIONAL DE TRABAJO SOCIAL Y BIENESTAR. N.º3. Portugal ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Figueiredo, A.C. (2013). Autonomização/Inserção no Mercado de Trabalho. Universidade dos Açores. Ponta Delgada. file:///C:/Users/HGT/Downloads/content%20(16).pdf

Gamboa, S.S. (1995). Teoria e da Prática: uma relação dinâmica e contraditória. Anais da V Colóquia de Epistemiológica da Educação Física. Brasil.

Garajau, N.I. (2013). Articulação Intersetorial: uma estratégia de gestão para o Programa. Cozinha

Comunitária [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte. https://www.paulus.com.br/assistencia-social/wp-content/uploads/2018/07/Reflex%C3%B5es-sobre-a-Intersetorialidade-como-Estrat%C3%A9gia-de-Gest%C3%A3o-Social.pdf

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª ed. Editora Atlas. São Paulo.

Gomes, V. (2022). Intersetorialidade: mútiplos olhares. Editores Pedro e João. https://arquivos.pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/06/03171051/EBOOK_Intersetorialidades-umultiplos-olhares.pdf

Guerra, I. C. (2016). Participação e Acção Coletiva. Interesses, Conflitos e Consensos. Editora Princípia. Estoril.

Guimarães, G.T.D. & Orth, T. (2014). Intersetorialidade e Inclusão Produtiva: um desafio para as políticas sociais. Intersectorialidade e Política Sociais: interfases e diálogos. EdiPUCRS. Porto Alegre.

Habermas, J. (1978). Teoria e práxis: estudos de filosofia social.Editora UNESP. (Tradução e apresentação Rúrion Melo)

Hespanha, P (2008). Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios. Revista Ciências Sociais. Vol.39, n.º1.

Iamamoto, M. V. (2000). Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3ª ed. Editora Cortez. São Paulo.

Inosoja, R. M. (2015). Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. Cadernos Fundap. PUC/SP n. 22. p. 102-110.

Inojosa, R. M. (1998). Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v. 32. n. 2, p. 35-48.

Jesus, T., Vargas, T.M. & Correa, F.A. (2014). A Intersetorialidade das políticas públicas no processo de remoção da Vila Dique: tecendo a rede da promoção de saúde. Intersetorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos. EdiPUCRS. Vol.38. n.1.Porto Alegre.

Junqueira, L.A.P (2000). Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais de saúde. RAP. Rio de Janeiro. Vol.34. n.º6.

Junqueira, L. A.P. (2004). A gestão Intersetorial das Políticas Sociais e o Terceiro Setor. Saúde e Sociedade, v.13, n.1. p.25-36.

Junqueira, L. A. P. (1998). Descentralización, intersectorialidad y red en la gestión de la ciudad. Reforma y Democracia, Caracas: CLAD, n.12, oct., p. 89-108.

Kuhn, T. S. (1991). A Estrutura das Revoluções Científicas – 12° ed, São Paulo.

Lakatos, E.M. & Marconi, M.A. (2007). Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. rev. e ampl. Atlas, São Paulo.

Lombardi, M.S., Ávila, M.A., Paula, M.A.B. & Wada, M.I. (2021). O prazer da entrevista em pesquisa qualitative. A Entrevista Semiestruturada. Editora CRV. Curitiba.

Lopes, E. (2008). Breves considerações sobre os aspectos – chave do RMG/RSI e suas Contradições. Revista Cidade – Comunidades e Territórios. Nº17. p. 133-140.

Martins, H. (2011). Interdisciplinaridade no agir profissional do assistente social nas CPCJ`s, repositório do ISCTE

Matos, I.M.N. (2002). O Estado - Providência em Portugal e as oolíticas sociais: avaliação da implementação das Cantinas Sociais. ISCTE. Lisboa

Minayo, M.C.S. (2010). Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. Emancipação - Ponta Grossa, v. 2, n. 10, p. 435-442.

Minayo, M.C.S. & Costa, A.P (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Pesquisa Qualitativa. Revista Lusófona de Educação. Vol. 40. 139 – 153.

Mioto, R.C.T. & Nogueira, V.M.R. (2013). Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção professional. Revista Kalálysis. Vol. 16. Nº especial. p.61-71

Monteiro, L.M.L (2012). Parceria entre Estado e Terceiro Setor no RSI: um estudo de caso: a perspetiva dos beneficiários (2012). Universidade de Lisboa.

Moraes, V.D. (2015). A Gestão das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família: relações intergovernamentais e intersetoriais. Fundação Oswaldo Cruz. Ministério da Saúde, Brasil. Escola Nacional de Saúde Pública.

Nobre, M. (2004). A Teoria Crítica. 1ª ed. Ed. Zahar. Rio de Janeiro.

Oliveira, M.M.C. (2022). O processo de construção em parceria. Instituto Fonte. https://www.institutofonte.org.br/sites/default/files/Magalhaes_M_O%20processo%20de%20construcao%20de%20parcerias.pdf

Ornelas, A.L. & Teixeira, M.G.C. (2015). Intersetorialidade ou dialogos setoriais? Revista Saúde em Debate. Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Rio de Janeiro. Vol.19. n.º106 https://www.redalyc.org/pdf/4063/406342828008.pdf

Paccheco, V.R.A. (2009). Entre a fobia da cigarra e a apologia da formiga: a Inclusão Activa e os Esquemas de Rendimento Mínimo na Europa. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Passet, R. (2002). L'illusion néo-libérale. Paris: Flammarion.

Pato, M. T. S. S. (2011). O Rendimento Social de Inserção: instrumento facilitador a inserção? Instituto Superior de Ciências Política (ISCSP) Portugal. https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/45121663-9828-481d-9c0b-cc60972a30a8

Peduzzi, M., Norman, I.J., Germani, A.C.C.G. & Silva, J.A.M. (2013). Educação Interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. Revista da Escola de Enfermagem da USP. Vol.47.n.º4.

Pena, M.J.B. (2012). Relação professional: utopia ou realidade? Tese de doutoramento. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Repositório de ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6348

Pereira, J. (2023). O que pode definir o Estado Novo e a pobreza a todos os níveis. Revista Cajixira. Ano XIII. Nº36. Trimestral.

Pereirinha J.A. & Branco, F. (2013). Uma abordagem histórica dos padrões de rendimento mínimo em Portugal. Ler História. Vol.64. p.55 - 84.

Pereirinha, J. A. & Carolo, D. (2006). A Construção do Estado - Providência em Portugal: evolução da despesa social de 1935 a 2003. ISEG (Universidade de Lisboa). WP30/2006/DE/CISEP.

Pimentel, I. (2016). Assistência Social e Previdência Corporativa no Estado Novo. Interveção Social. Lusíadas nº47/48.

Pires, M.F.C (1988). Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino.

Interfase. Comunicação, Saúde, Educação 2. Scielo

Prodanov, C. & Freitas, E. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da oesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Editora FEEVALE.

Quintanilha, B.C. & Wandekoken, K.D. (2022). Intersetorialidade: mútiplos olhares. Editores Pedro e João. https://arquivos.pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/06/03171051/EBOOK_Intersetorialidades-umultiplos-olhares.pdf

Richardson, R.J. (1985). Pesquisa Social: métodos e técnicas. 1ª ed. Editora Atlas.

Rodrigues, E.V. (2010a). O Estado e as políticas sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. Revista do Departamento de Sociologia da FLUP. Vol.XX. p.191-230.

Rodrigues, E.V (2010b). Escassos Caminhos: o processo de imobilização social dos beneficiários do rendimento social de inserçao, Lisboa, biblioteca das ciências sociais.

Romagnoli, R.C. & Silva, B.C. (2019). O cotidiano da intersetorialidade e as relações entre as equipes. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro. Vol.19. n.º1.

Saccol, A.Z. (2009). Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. Vol. 2. n.º 2.

Salgado, F.P. (2018). Segurança Social em Portugal: passado, presente e futuro. Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/117194/2/301275.pdf

Samara, A. M. & Henriques, R.P. (2013). A Questão da Fome no Estado Novo. Livro: Pobreza e Fome, uma História Contemporânea: Temas, metodologias e estudos de caso. P. 177-184.

Samuel, S. (2020). Everywhere Basic Income Has Been Tried, in One Map, Vox, 20. Out. Disponível em: https://www.vox.com/future-perfect/2020/2/19/21112570/universal-basic-income-ubi-map.

Santos, R.I.H.J. (2016). Intervenção Social em Parceria. Universidade Lusófona. Escola Superior de Educação e Comunicação. Lisboa. file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/content%20

Santos, A.D. (2022). A época de oura da economia portuguesa. Universidade Autónoma de Lisboa. Departamento de Ciências Sócio Económicas e Empresariais. https://repositorio.grupoautonoma.pt/server/api/core/bitstreams/64fcd17f-4160-4524-822f-fb28f7a7c155/content

Santos, C. M. R. (2014). Rendimento Social de Inserção: caracterização e perspetivas de alguns beneficiários, LISBOA, ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8829/1/2014_ECSH_DEP_Dissertacao_C%c3%a1tia%20Santos.pdf

Santos, B.S. & Ferreira, S. (2002). A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes. Universidade de Coimbra.

Santos, B.V. & Ferreira, S. (1998). Uma reforma realista da Segurança Social. Communio: Revista Internacional Católica. Vol.15. n.º4. 373 – 377.

Santos, W. G. (1979). Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Contribuições em Ciências Sociais. Editora Campus. Vol.1. Rio de Janeiro.

Silva, L.L. (2012). Diagnóstico socioterritorial – conceito, etapas e responsabilidades. Educação a distância. Caderno de Estudos da CAPES/UAB.Texto 3.

Silva, P.A (2002). O Modelo de Welfare da Europa do Sul. Revista Sociologia e Prática. Editora Mundos Sociais. Volume 38. P. 25 a 59.

Silva, F. C. (2013). O futuro do Estado Social. Ensaios da Fundação Franscisco Manuel dos Santos. Coleção n.º32.

Silva, O. (2016). A Pobreza enquanto categoria teórica de fundamentação e foco de intervenção dos programas de trasnferência de renda na America Latina. Universidade Federal do Maranhão. Revista de Políticas Públicas. Brasil. https://www.redalyc.org/pdf/3211/321149304018.pdf

Silva, M. (1982). Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950 – 1974), Analise Social vol. XVIII (72-73.74): 1077-1086. https://www.jstor.org/stable/41010372?seq=1

Silveira, S.A.A.A. & Araújo, M.D. (2022).Intersetorialidade: mútiplos olhares. Editores Pedro e João. https://arquivos.pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2022/06/03171051/EBOOK_Intersetorialidades-umultiplos-olhares.pdf

Soares, S. & Sátyro, N. (2009). "O Programa bolsa família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras". IPEA. Disponível em www.ipea.gov.br

Soeiro, D.C. (2017). As crianças de famílias beneficiárias de rendimentos social de inserção. Universidade Lusófona. Lisboa.

Souza, M.C.O. & Araujo, M.D. (2021). Intersetorialidade entre as políticas de saúde e assistência social. Faculdade de Serviço Social UFJF. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 632-652, jul. / dez. 2021 ISSN 1980-8518 file:///C:/Users/HGT/Downloads/32589-Texto%20do%20artigo-150765-5-10-20211205%20(1).pdf

Souza, M.C.O. & Araujo, M.D. (2022). Intersetorialidade: mútiplos olhares. Editores Pedro e João. https://arquivos.pedroejoaoeditores.com.br/wp-

Stein, R. H. A, (2009). A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. SER Social, [S. l.], n. 6, p. 133–168, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v.06.12853.

Suplicy, E. M. (2013). Renda de cidadania a saída é pela oorta, 7 ed. Editora Cortez, São Paulo

Tralhão, C.S.J. (2022). Problematizar as práticas de service social nos domínios da pobreza e da exclusão social. Tese de doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Torrão, B.P.(2022). A diferença da pobreza no território. Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Gestão e Economia. Lisboa.

Trivinos, A.N.S. (1987). Introdução á pesquisa em Ciências Sociais. Editora Atlas. S.A. São Paulo

Valle, R.D. (2025). Análise de Conteúdo na Perspectiva de Barsin: contribuição e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. Revista Educação e Qualidade.Vol. 41

Viana, M. C. (2017). A Potência da Educação Interprofissional para o Desenvolvimento de Competências Colaborativas no Trabalho em Saúde. Interprofissionalidade e Formação na Saúde: onde estamos? 1ª ed. Rede Unida. Porto Alegre. https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183942/001064798.pdf

Vitor, E. (2010). O Estado e as políticas sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. Revista do Departamento de Sociologia. Portugal. Vol.XX. p.191/230.

Yazbec, M.C (2004). A Dimensão política do trabalho do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade. N.º27. Vol.26. p. 11-29.

Yazbec, M. C. (2001). Pobreza e Exclusão Social: expresses da questão social no Brasil. Revista Temporalis. ABEPSS. Vol.2 n.º3.

ANEXO 1

Termo de Consentimento Informado

A situação de pobreza extrema perspetiva-se que seja um problema difícil de erradicar pelo facto de ser determinada por múltiplos fatores. É um problema que atinge toda sociedade de forma directa ou indireta. Seja pela ausência de bens materiais e subjetivos, pela falta de acesso aos direitos constitucionais, ou pela geração de violência (urbana, doméstica). Constitucionalmente, o Estado Providência tem o dever de combater, em parceria com a sociedade civil, para a erradicação destes problemas.

No presente estudo, destaca-se o trabalho realizado pelos Núcleos Locais de Inserção Social, através do chamado novo modelo de gestão intersetorial de combate a pobreza extrema e exclusão social. Os objetivos da pesquisa perpassam, pelo Objetivo Geral: analisar a operacionalização das estratégias intersectoriais realizadas no NLI, a partir da percepção dos representantes de diferentes sectores que atuam neste espaço de política social. Objetivos Específicos: a) analisar a Política de Segurança Social a partir do processo histórico da Constituição do Estado Providência Português (1976); b) estabelecer uma análise comparativa entre programas de transferência de renda mínima de diferentes países, através da identificação dos pontos comuns no campo intersectorial; c) apresentar as características dos conceitos de interdisciplinaridade, interprofissionalidade, e "intersetorialidade através de uma leitura sistemática das literaturas disponíveis; d) apresentar estratégias metodológicas da gestão intersetorial realizadas pelos NLI. O estudo é anónimo e confidencial, pelo que os dados pessoais ficarão apenas na posse dos autores e não serão divulgados. Em qualquer momento, os participantes poderão ter acesso à informação recolhida, a não ser o acesso as informações referentes a outros participantes. O resultado do estudo constituirá a elaboração de tese de Doutoramento, que ficará arquivada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), e o qual terá acesso através do Repositório

Anexo 2

Declaração de Consentimento

Eu,_____ , declaro que compreendi a importância deste processo de estudo, e aceito participar colaborando com as minhas experiências na área pesquisada.

Colaborador:

Pesquisador: Simone Barreto Dativo - (Matrícula 83252 – ISCTE)

ANEXO 3

Carta II - Solicitação de Participação na Pesquisa

Prezado (a) Coordenador (a),

O meu nome é Simone Dativo, sou brasileira, estudante de doutoramento em Serviço Social no ISCTE, e estou a desenvolver a minha tese no âmbito do RSI. Venho através deste, pedir a sua colaboração de forma a conseguir analisar os diferentes trabalhos realizados pelos NLI em Portugal.

O presente estudo pretende recolher informações para a elaboração da tese intitulada "A Operacionalização do Trabalho em Parceria no RSI: desafios e potencialidades intersectoriais nos Núcleos Locais de Inserção", sob a orientação da Professora Doutora Maria Inês Amaro e da Dra. Maria João Pena. O instrumento de colecta de dados foi elaborado no intuito de questionar aos representantes que integram o Núcleo Local de Inserção Social, acerca da parceria, enquanto operacionalização de estratégias metodológicas de trabalho.

Desta forma, poderemos conhecer como vem sendo feita a gestão das acções integradas entre sectores na implementação das chamadas "Novas Políticas Sociais", a fim de contribuir para luta contra a extrema pobreza, e garantia de direitos por parte do Estado Providência Português. E, servir de modelo de gestão no Brasil.

No entanto, devido à Pandemia do COVID-19, e às contingências que vivemos, não foi impossível solicitar-lhe uma entrevista presencial. Sendo necessário retornar a pesquisa na etapa que havia sido parada. Desta forma, peço-lhe se possível, para conseguir entregar a tese dentro do prazo estabelecido (Junho), que me conceda uma entrevista via Teams, até mesmo por telefone (Whatsapp).

Será garantida a confidencialidade de todos os dados recolhidos de forma assegurada. No respeito pelas normas éticas de investigação, a entrevista é anónima e salvo guardaremos a confidencialidade das respostas.

Segundo Portaria 31/2023, referente a transferência e descentralização de competências da administração directa e indirecta do Estado para as autarquias locais no que diz respeito ao NLI, e da área da Acção Social. Por isso, estou enviando o presente pedido.

Na ocasião, informo que este correio electrónico está sendo enviado por blocos divididos por regiões. Por isso, eu sugiro que o retorno seja encaminhado directamente para Simone Dativo.

Desde já, agradeço a sua atenção.

Melhores Cumprimentos,

Simone Dativo

Anexo 4

Guião da Entrevista

No âmbito do Doutoramento em Serviço Social (ISCTE-IUL), o presente guião pretende recolher informações para a elaboração da tese intitulada "A Operacionalização do Trabalho em Parceira no RSI: desafios e potencialidades intersectoriais nos Núcleos Locais de Inserção", da autoria de Simone Barreto Dativo, sob a orientação da Professora Dra. Maria Inês Amaro, e co-orientadora Dra. Maria João Pena. O instrumento foi elaborado no intuito de questionar aos representantes dos Núcleos Locais de Inserção Social, a cerca da parceria integrada entre os sectores, enquanto operacionalização de estratégias metodológicas de trabalho.

Desta forma, poderemos conhecer como vem sendo feita a gestão das acções integradas entre os sectores na implementação das chamadas "Novas Politicas Sociais", a fim de contribuir para a qualidade do serviço ofertado, enfrentamento da extrema pobreza, e garantia de direitos por parte do Estado Providência. Desde já, garantimos a confidencialidade de todos os dados recolhidos de forma assegurada. No respeito pelas normas éticas de investigação, a entrevista é anónima e salva guardaremos a confidencialidade das respostas.

PARTE I - Caracterização do entrevistado:

1 – Sexo:

☐ Masculino

☐ Feminino

2 – Habilitação Literária:

☐ Ensino Básico ☐ Ensino Secundário ☐ Ensino Superior ☐ Mestrado

☐ Doutoramento

3 – Entidade Institucional representativa no NLI:

☐ Privada ☐ Pública

PARTE II

Eixo I) Dimensão Conceitual:

Objectivo: definir as características do conceito de "intersectorialidade
Rose Inojosa (2021, p.107) em relação a rede intersectorial, o Estado vai permeabilizando-se e abrindo-se à sociedade, trabalhando não em sectores, não em clausuras, mas com outros parceiros que também estavam fazendo o provimento de necessidades e expectativas da sociedade também com uma lógica disciplinar isolada, sectorial. O trabalho integrado entre sectores permite que esses atores independentes, ligados ao aparato governamental e à sociedade, sejam atraídos e se mobilizem para, juntos, trabalharem determinado problema da sociedade.

Questões investigativas:

01- Considera que na prática é possível implementar o modelo de intersectorial de forma eficaz como sugerem as chamadas novas políticas sociais?

02 - Quais são as potencialidades do modelo intersectorial para o enfrentamento da pobreza extrema?

03- Quais são as dificuldades que limitam a intervenção intersectorial no âmbito do NLI?

Elisabete Lopes (2008, p.135), a ausência da participação dos agentes económicos e suas organizações representativas nas comissões locais de acompanhamento do RSI, é também sintomático do desinteresse das entidades com responsabilidade. **Dora Mira (2017, p.98),** em relação ao plano de inserção do usuário, identificam-se os recursos do meio e da comunidade, como as redes de serviços e respostas locais, a fim de permitir a realização pessoal, familiar, social, profissional e ambiental, intervir a nível de qualidade de vida. No entanto, não existe um verdadeiro sentimento de parceria entre as instituições locais como uma forma de facilitar a inserção plena dos beneficiários

Questões investigativas:

04- Como se dá o processo de ajuntamento das entidades parceiras com os sectores públicos?

05 - No âmbito do NLI foi realizado o mapeamento das instituições públicas e entidades privadas que prestam serviços a comunidade no território de actuação?

06 - Existe a preocupação por parte dos representantes em convidar novos parceiros sociais para participar do NLI?

07- Qual o seu comentário em relação as citações apresentadas? Existe um envolvimento genuíno dos representantes institucionais e entidades parceiras neste processo?

Heide Damasceno (2013, p. 18) o desafio de pactuar a intersectorialidade perpassa tanto pelo interesse político de gestões governamentais, quanto a capacidade e interesse dos profissionais pautadas na interdisciplinaridade. Assim, a intersectorialidade possui desafios de realização, por diversos aspectos que envolvem o interesse político, e os projectos distintos de sociedade, impregnados nas acções profissionais e gestões das políticas sociais.

Questões investigativas:

08 - A prática desenvolvida no NLI está direccionada para um projecto de sociedade, ou apenas para o plano individual de inclusão social do usuário?

09 - Qual a sua percepção quanto o interesse dos dirigentes institucionais dos sectores representados em relação ao trabalho desenvolvido pelo NLI?

10 - Há incentivo por parte dos dirigentes institucionais em dar continuidade aos assuntos definidos nas reuniões realizadas pelo NLI que não sejam específicos ao plano individual do usuário?

11 - Há constantes desencontros de interesses entre os representantes dos diferentes sectores nas acções executadas pelo NLI? Os representantes atuam com a mesma objectividade?

12 - Caso aconteça divergência de interesses, como o grupo consegue gerenciar os conflitos existentes?

Luciana Jaccoud (2014, p.9) a intersectorialidade requer, não apenas articulação dos objectivos e trajectórias comuns entre sectores, como também a articulação entre os recursos humanos e orçamentários.

Questões investigativas:

13 - Existe disposição de recurso humano suficiente, por parte das instituições públicas e entidades parceiras, para participar na execução das actividades definidas pelo NLI?

14 - Em meio as rotinas de cada sector, os representantes conseguem dedicar um tempo exclusivo para trabalhar com as acções específicas no NLI?

15- Existe um orçamento específico para realização das acções do NLI? Há discussões voltadas para o tema "orçamentos integrados entre os sectores" para realização das acções planeadas no NLI?

16- Há um espaço físico próprio do NLI, com recursos matérias próprios, que possibilite a actuação dos representantes? Considera necessário que aja este espaço?

Eixo II) Dimensão Metodológica Operacional:

Objectivo: definir as características metodológicas do conceito de "intersectorialidade; e apresentar propostas metodológicas de base intersectorial.

Rose Inojosa (1988, p.46): o modelo que tem como paradigma de organização a intersetorialidade, visa propiciar a introdução de práticas de planeamento e avaliação participativas e

integradas, na perspectiva situacional, de compartilhamento de informações e de permeabilização ao controle social.

Questões investigativas:

17 Há elaboração de instrumentos técnicos criados conjuntamente entre os representantes do NLI? Ou, são utilizados os instrumentos prontos disponibilizados pela Segurança Social? Se a resposta for sim, quais?

18

19 - Há um instrumento técnico comum, elaborado através do mapeamento sócio – territorial, disponibilizado para todos os sectores integrantes do NLI?

20 - Os planeamentos das acções são realizados com a participação de todos os representantes dos diferentes sectores?

21

22 - Durante as acções intersectoriais, acontece a partilha efectiva de todos os representantes nas decisões tomadas pelo NLI?

23

24 Todos os representantes são ouvidos de forma harmonizada?

25

26 - São elaborados diagnósticos conjuntos entre os representantes que contemplem indicadores dos problemas sociais existentes no território de actuação? - São elaborados relatórios periódicos (trimestrais, semestrais, anuais), com a participação de todos os representantes, que descrevam os planos de intervenção e a evolução das acções? 23 - Há elaboração de uma agenda de actividades definida com objectivos e estratégias capazes de responder aos problemas detectados? Caso exista, a agenda foi elaborada com a participação de todos os representantes do NLI?

27

28 - Há formações no âmbito do NLI, direccionadas aos representantes dos sectores, onde o tema seja o modelo de intervenção intersectorial (plurissectorial, parceria, rede)?

29

30 – No âmbito do NLI, já foram realizadas acções externas colectivas que contemplem a participação da comunidade e entidades territoriais?

Eixo III) Dimensão Comunicação

Objectivo: apresentar propostas metodológicas de base intersectorial
Ministário da Solidariedade e Segurança Social/Grupo de Trabalho no MTSSS: recomenda que a aplicação de actualizar sistemas informativos como SISS/ASIP para documentos: relatório social, contrato de inserção, convocatória para entrevistas, comunicação de informação no âmbito do CI, relatório de avaliação que possam ser extraídos da aplicação e não haver necessidade de os elaborar manualmente.

Questões investigativas:

25 - São utilizados sistemas tecnológicos de informação, como Software de vídeos conferência e reuniões on-line, como meio de interligar os sectores de forma que auxilie na comunicação entre os representantes?

26**-** Há um sistema informativo oriundo do conjunto de informações colectadas a partir de outros sistemas disponibilizados pelo governo e pelas entidades parceiras de visualização comum aos representantes?

27- Há um sistema tecnológico informático de acompanhamento dos dados produzidos pelo NLI acessível ao gerenciamento de todos os representantes?

28- Há um cronograma digital que integre os prazos e metas de tarefas definidas conjuntamente pelos sectores que integram o NLI?

29- Há um sistema de tecnologia de informação (aplicativo, site, rede social etc) construído conjuntamente entre os sectores, utilizado enquanto canal de comunicação e transparência do trabalho realizado no NLI com a sociedade?

Eixo IV) Dimensão Investigativa

Objectivo: sistematizar a dimensão da prática de investigação realizada pelos representantes dos sectores no NLI.
Ministério da Solidariedade e Segurança Social/Grupo de Trabalho no MTSSS (2021, p.134)

Desafios do RSI: está o desafio de promover trabalhos científicos regulares (nomeadamente sobre a inserção social); conceber indicadores estatísticos comparáveis para a inserção social; e promover estudos concretos através de entrevistas aprofundadas.
Maria Pato (2011, p.36), sobre o RSI, é importante a criação de equipas de investigação no terreno, que acompanhem a aplicação desta medida para uma melhor percepção de como decorre na prática. Para isso, é necessária à criação de equipas de investigação no terreno para ajudar a identificar as lacunas existentes na aplicação da lei.

Questões investigativas:

30- Entre os representantes dos sectores, há o interesse em perceber os problemas identificados pelo NLI, de forma mais aprofundada, ao ponto de sugerir investigações baseadas em ferramentas cientificais sobre os assuntos abordados?

31- Em relação aos registos dos dados colectados no processo de actuação do NLI, são elaborados dados estatísticos por parte dos representantes relacionados com a situação da pobreza extrema no território de actuação, ou sobre os serviços ofertados?

32- No NLI já foram produzidos materiais informativos baseados em estudos investigativos por parte dos representantes do NLI?

33- Há competência por parte dos profissionais que integram o NLI para desenvolver um trabalho de investigação interdisciplinar no próprio âmbito de actuação?

34- As funções específicas pré-definidas para os representantes do NLI, contribuem para que os profissionais desenvolvam investigação no processo de trabalho?

35- Alguma vez já propôs realizar um trabalho de investigação através do NLI?

Anexo 5

Lista de Contactos de Representantes dos NLI´s

1 ABLA: geral@abla.org HYPERLINK 2."MAILTO:GERAL@ABLA.ORG@ABLA.ORG"@ABLA.ORG – 214549000.

2 Associação Juventude Gaivotas das Torres: cgaivotasdatorre@gmail.com - Equipa RSI 932448672.

3 Fundação Jerome Usera : ajusera@gmail.com - 214821442/ 927404853

4 Centro Comunitário e Paroquial da Parede: geral@ccpp-parede.pt – 214573180.

5 Centro Paroquial de Estoril: geral@cpestoril.pt-214678610.

6 Segurança Social: CDSSLisboa@seg-social.pt - Fax. 300512 300

7 Câmara Municipal de Coimbra: geral@cm-coimbra.pt 2398755008

8 Centro de Qualificação e Emprego: sfp.coimbra@iefp.pt 239158860

9 Ministério da Educação: atendimento.dsrc@dgeste.mec.pt 239798800

10 CHUC: correio@chuc.min-saude.pt239 800100/239 488700

11 Segurança Social: CDSSCoimbra@seg-social.pt FAX 300518 200

12 AMI: delegacao.centro@ami.org.pt 239436 263

13 Inovinter: geral@inovinter.pt/coimbra@inovinter.pt 239 822253

14 Cáritas (Coimbra): caritas@caritascoimbra.pt+351 239792 430/+351 966825 595

15 Concelho de Setubal/Segurança Social: CDSSSetubal@seg-social.pt Fax. 300 514 300

16 Associação Jardim de Infância “O Sonho”: geral@osonho.pt 265 741 572

17 Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras: apaccf@apaccf.pt 2 65 548 410

18 Instituto do Emprego e Formação Profissional: sfp.setubal@iefp.pt 26 514 68 00

19 Câmara Municipal de Setúbal: susana.ullrich@mun-setubal.pt 65 541 500

20 Cáritas Diocesana de Setúbal: geral@sfxavier.caritas-setubal.com265 50 90 80

21 Centro Comunitário Paroquial de S. Sebastião: ccomunitario.ssebastiao@gmail.com 265 227 601

22 Associação Baptista Shalom: shalom@abshalom.pt 265 720 380

23 Associação Crista Da Mocidade: acmgeral@acmsetubal.com.pt +351265739540

24 Liga dos Amigos da Terceira Idade: geral@lati.pt 265 729 630

25 Centro de Emprego do Barreiro: se.barreiro@iefp.pt 21 580 24 30

26 Câmara Municipal da Moita: cmmoita@mail.cm-moita.pt 212 806 700

27 RUMO: geral@cldsmoita.pt 212 090 207/961 143 135

28 CRIVA: criva.catlviva@gmail.com 212 039 198

29 CPCJ: cpcj-moita@mail.cm-moita.pt 21 2890930/21 2890932

30 Instituto do Emprego e Formação Profissional: sfp.setubal@iefp.pt/se.setubal@iefp.pt 26 514 68 00

31 Centro Comunitário Paroquial de S. Sebastião: ccomunitario.ssebastiao@gmail.com265 227 601

32 Camara Município de Azambuja: geral@cm-azambuja.pt 263400400

33 Centro de Saúde de Azambuja: ucsp.azambuja@arslvt.min-saude.pt 263486219

34 Centro Social Paroquial de Azambuja: geral@csparoqazambuja.pt 263418311

35 Concelho de Mesão Frio: scmmfrio@gmail.com 254 893 133

36 Câmara Municipal de Beja: geral@cm-beja.pt 284311800

37 Segurança Social de Beja: cdssbeja@seg-social.pt 30051700

38 Concelho Municipal de Olhão: 289 710 580

39 Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar: geral@mis ericordia-gondomar.pt 2 24648786

40 Câmara Municipal de Vila Flor: geral@cm-vilaflor.pt 278 510 100

41 Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor: scmvila.flor@mail.telepa c.pt

42 Camara Municipal de Alenquer: geral@cm-alenquer.pt263 730 900

43 Câmara Municipal da Melhada: sasocial@cm-mealhada.pt

44 Camara Municipal de Mirandela: geral@cm-mirandela.pt 278 200 200

45 Concelho de Silves Parceiro: Centro Distrital de Segurança Social de Faro – Cdssfaro@seg-social.pt

46 Serviço Local de Segurança Social de Silves: expediente@cm-silves.pt 300 519 000

47 Direção Regional de Educação do Algarve: atendimento.dsral@dgeste.mec.pt 351 289 893 900

48 Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento: cefp.portimao@iefp.pt 282440620

49 Centro de Saúde de Silves: direccao-slv@arsalgarve.min-saude.pt 282440020

50 Câmara Municipal de Silves: luis.santos@cm-silves.pt

51 Concelho de Vendas Novas Parceiros: geral@cm-vendasnovas.pt 265807700

52 Associação “Os Amigos da Landeira”: asslandeira@iol.pt 265 913 211

53 Guarda Nacional Republicana de Vendas Novas: 265 809 780

54 Associação “25 de Abril”: ass25abril@hotmail.com 265 892 069

55 Centro de Emprego de Montemor-o-Novo: Se.montemor@iefp.pt 266 093 910

56 Casa do Povo de Vendas Novas: casadopovo-vn@iol.pt 265 892 210

57 Agrupamento dos Centros de Saúde – Centro de Saúde de Vendas Novas: 214992400

58 Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas: geral@scmvn.mail.pt 265 807 100 / 935390 225

59 Concelho de Seixal Unidade de Cuidados na Comunidade do Seixal:

ucc.seixal@arslvt.min-saude.pt 21 227 48 19

60 Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros: geral@cm-macedodecavaleiros.pt / atendimento@cm-macedodecavaleiros.pt 278 420 420

61 Município de Satão Serviço Ação Social: geral@cm-satao.pt

62 Câmara Municipal Paços de Ferreira: geral@cm-pacosdeferreira.pt 255806700

63 Câmara Municipal do Cadaval: geral@cm-cadaval.pt 262690100

64 Município de Anadia Serviço de Ação Social: geral@cm-anadia.pt 231 510 730

65 Município de Azeméis Divisão Municipal de AçãoSocial: geral@cm-oaz.pt 256 600 600

66 Câmara Municipal de Vila Real de Santo António: geral@cm-vrsa.pt 281 510 000

67 Câmara Municipal Penacova: geral (at) cm-penacova.pt 239 470 300

68 Câmara Municipal de Aveiro: geral@cm-aveiro.pt 234 406 300

69 Câmara Municipal de Torres Nobre: geral@cm-torresnovas.pt 249 839 430

70 Município de Tondela: geral@cm-tondela.pt 232811120

71 Município de Açores - Entidade: O Castelinho Lardas Crianças da Horta: geral@castelinho.pt 292202270

72 Câmara Municipal de Nazaré: geral@cm-nazare.pt 262 55 00 10

73 Câmara Municipal Município de Tomar: redesocial@cm-tomar.pt 249 329 887

74 CIRE Centro de Integração e Reabilitação de Tomar: ciretomar@gmail.com/ direcao@cire-tomar.org +351 249 310 330

75 Município Gouveia: abpgouveia@abpg.pt 238 490 000

76 Municipal de Mondin de Bastos: geral@cm-mondimdebasto.pt 255 389 300

77 Entidade: EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza: geral@eapn.pt 225 420 800

78 Segurança Social de Braga: CDSSBraga@seg-social.pt Fax. 300 522 222

79 Câmara Municipal Guimarães: geral@cm-guimaraes.pt 253 421 200

80 Município de Viseu: CDSSViseu@seg-social.pt Fax. 300 515 515

81 Municipal de Lagoa (Ação Social): Lagoasocial@cm-lagoa.pt 282 380 429

82 Câmara Municipal - Montemor – o – Velho: geral@cm-montemorvelho.pt 239687300

83 Município de Lamego – Santa Casa da Misericórdia de Lamego: scmlamego@scmlamego.com 254 612 057

84 Município de Condeixa SASS - Ação Social: accao_social@cm-condeixa.pt 239 940 142

85 Município de Santo Tirso: santotirso@cm-stirso.pt 252 830 400

86 Concelho Municipal de Sintra: dsas@cm-sintra.pt 219 238 500

87 Vila do Conde – Câmara Municipal: rita.costa@cm-viladoconde.pt 252 248 481

88 Município de Bragança Segurança Social: CDSSBraganca@seg-social.pt Fax. 300 516 200

89 Município de Castelo Branco Segurança Social: CDSSCastelobranco@seg-social.pt

FAX:300514800

90 Concelho de Évora - Segurança Social: CDSSEvora@seg-social.pt Fax. 300 517 300

91 Concelho da Guarda - Segurança Social: CDGuarda@seg-social.pt Fax. 300 515 271

92 Concelho de Faro – Segurança Social: CDSSFARO@seg-social.pt Fax. 300 518 818

93 Concelho de Leiria - Segurança Social: CDSSLeiria@seg-social.pt Fax. 300 518 001

94 Concelho de Porto - Segurança Social: CDSSPorto@seg-social.pt 300 520 520

95 Concelho de Santarém Segurança Social: CDSSSatarem@seg-social-pt Fax. 300 514 300

96 Concelho de Viana do Castelo: DSSViana-do-Castelo@seg-social.pt

97 Segurança Social de Batalha: redesocial@cm-batalha.pt 244 769 110

98 Caldas da Rainha instituição Instituto de Reinserção Social: 262824524

99 Câmara Municipal - Aguiar da Beira: geral@cm-aguiardabeira.pt 232 689 100

100 Ponta Delgada – Açores: geral@mpdelgada.pt - ISSA@seg-social.pt -issacontingencia@seg-social.pt